



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

ENTRE APLAUSOS, VAIAS E TERRA: UMA ANÁLISE DA
CONSTRUÇÃO DO DISCURSO POLÊMICO EM TORNO DO USO DE
AGROTÓXICOS NO BRASIL

SÃO CARLOS

2020



Universidade Federal de São Carlos

MAYARA QUIRINO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**ENTRE APLAUSOS, VAIAS E TERRA: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO
DISCURSO POLÊMICO EM TORNO DO
USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL**

MAYARA QUIRINO
Bolsista: Capes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Roberto Leiser Baronas

São Carlos - São Paulo - Brasil

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Mayara Quirino, realizada em 31/05/2021.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas (UFSCar)

Profa. Dra. Érika de Moraes (UNESP)

Profa. Dra. Paula Camila Mesti (UEL)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Dedico este trabalho à pessoa que me apoiou no ano em que eu estava tentando ingressar no Programa. Foi um período de muitas dificuldades, superações e desafios. À minha mãe, por fazer de tudo para que eu chegasse até aqui, mesmo no cenário mais difícil de nossas vidas. Com todo meu carinho e minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Demonstrar meu enorme agradecimento a todos os envolvidos na realização da minha formação não é tarefa fácil, mas tentarei me expressar nestas breves linhas. Início minhas palavras em agradecimento à amiga Karina, que faz parte da primeira turma de graduandos em Linguística, a qual me apresentou o curso quando eu ainda tinha dúvidas sobre a carreira que iria escolher. Não poderia ter feito melhor escolha. O curso é inovador e, por meio dele, pude mover várias áreas do conhecimento de meu interesse, além de descobrir a paixão pela língua e pelas artes.

Conhecer a Universidade Federal de São Carlos mudou a minha vida e abriu portas que eu jamais imaginei. Tive a oportunidade de estagiar num lugar acolhedor, viajar, conhecer outras culturas e estar em contato com tanta diversidade e experiências (profissionais e pessoais). Vejo a UFSCar como uma segunda casa. Eu digo, sem dúvida alguma, que é um dos meus lugares favoritos no mundo. Dessa forma, agradeço imensamente a toda equipe desta Universidade que ajuda a manter nossos sonhos vivos todos os dias, especialmente os docentes do Departamento de Letras e Linguística, que há sete anos agregam tanto saber a minha vida. Deixo registrado meu enorme obrigado ao Roberto Leiser Baronas pelo profissionalismo, pela orientação, atenção e dedicação para tornar este trabalho possível. É uma honra tê-lo como meu orientador. Uma personalidade que traz diversidade de autores e está sempre na correria para nos proporcionar eventos incríveis, com grandes nomes dos estudos da linguagem.

Fui inserida no meio acadêmico durante a minha Iniciação Científica Junior, quando ainda estava no colegial, através de uma bolsa concedida pelo CNPq. É de grande valor a iniciativa de permitir que alunos da rede pública como eu tenham acesso ao mundo da ciência sendo tão jovens. E nada mais justo do que relembrar e agradecer à entidade que permitiu o início de tudo isso.

Agradeço aos familiares que estiveram presentes, pelo apoio emocional e financeiro que permitiu a dedicação exclusiva aos meus estudos por todos esses anos. Se hoje cheguei até aqui, é porque minha mãe Márcia trabalhou duramente para proporcionar tudo o que precisei, desde uma conversa até alimentação e livros. Agradeço à minha avó, Maria, que sempre morou comigo e não teve acesso ao estudo, e que se orgulha muito de me ver pós-graduada.

Agradecimentos aos amigos da cidade e da UFSCar que, não menos importantes, estiveram disponíveis para uma conversa, um café e esclarecimento de dúvidas. Sempre que precisei de apoio durante esse período, tive a sorte de contar com pessoas iluminadas e de bom coração que encontrei pelo caminho. Agradeço às amigas Adriele, Isabelle e Suska, pela amizade que ultrapassou os muros da Universidade para a vida. À minha amiga Karina, que está no ramo da pesquisa há mais tempo que eu, pela disposição e ajuda em todas as vezes que tive dúvidas. À amiga Tamires, pela atenção e dicas feitas com tanto cuidado ao meu trabalho.

Finalizo meus agradecimentos ao grupo de estudos LEEDiM, pelas indicações de leitura, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela oportunidade do desenvolvimento desta pesquisa por meio de seu financiamento e apoio.

“Não lemos e escrevemos poesia porque é bonito. Nós lemos e escrevemos poesias porque pertencemos à raça humana, e a raça humana está cheia de paixão”.

(Sociedade dos poetas mortos)

RESUMO

A discussão sobre o uso de agrotóxicos se tornou intensa após a aprovação do Projeto de Lei 6299 de 2002 – PL6299-2002, nomeado como Lei dos Agrotóxicos, por uma Comissão da Câmara dos Deputados, em 2018. Outra questão discutida foi a intenção da mudança da nomenclatura “agrotóxico” para “pesticida”, que remete à reflexão sobre memória e amemória discursiva. Considerando este panorama, este trabalho tem como objetivo analisar como se dá a construção discursiva em torno da polêmica sobre o uso de agrotóxicos no Brasil, principalmente no tocante às nomenclaturas. O *corpus* de estudo é composto por notícias acerca da questão dos agrotóxicos, trazendo argumentos tanto favoráveis quanto contrários. A pesquisa se fundamenta na Análise do Discurso francesa, a partir das ideias de Maingueneau. Também foram utilizadas as recentes discussões de Ruth Amossy (2017) acerca do caráter argumentativo do discurso polêmico, além das contribuições de Marie-Anne Paveau (2015) sobre o conceito de amemória discursiva. Ao longo das análises, por meio de um percurso diacrônico, identificaram-se escolhas linguísticas e argumentativas que estão articuladas na construção e propagação da polêmica em questão. Foi feita uma mescla entre análises qualitativas e dados gerados a partir do programa de tratamento de textos chamado *Logiciel AntConc*. Este *software* permitiu a organização de todo o material que se acredita ser essencial para o estudo. Concluiu-se que, apesar do Brasil ter construído uma forte imagem negativa em relação aos agrotóxicos em seus discursos ao longo da história, a mídia não segue esse raciocínio. Existem mais materiais favoráveis do que contrários, e até mesmo os isentos. Quando se aprofundam as análises, eles revelam uma argumentação mais propensa ao discurso pró-agrotóxico. Além disso, observou-se que os termos relacionados a agrotóxicos não são sinônimos, mas sim argumentos de grupos ideológicos, e que a mídia não deu a devida importância à questão da nomenclatura no recorte analisado.

Palavras-chave: discurso polêmico; agrotóxicos; notícias.

ABSTRACT

The discussion around the use of agrochemicals have become intense after the approval of the Law Project 6299 from 2002 – PL6299-2002, named as the Agrochemical Law, by a Commission of the House of Representatives in the year of 2018. Another discussed question was the intention of changing the name “agrochemical” to “pesticide”, which drives us to reflect upon discursive memory and amemory. Considering this panorama, this paper has the objective of analyzing how the discursive construction happens around the polemic of the use of agrochemicals in Brazil, mainly in what concerns nomenclatures. The corpus of study is composed by news about the agrochemicals question, presenting arguments both favorable and against the topic. The research is based in the French Discourse Analysis from the ideas of Maingueneau. We also used the recent discussions of Ruth Amossy (2017) around the argumentative character of the polemic discourse and the contributions by Marie-Anne Paveau (2015) about the concept of discursive amemory. Throughout the analysis, using a diachronic path, we identified linguistics and argumentative choices that are articulated in the building and propagation of the polemic in question. A blend was made among qualitative analyses and data generated from the program of textual treatment called Logiciel AntConc. This software allowed us to organize all the material that we believed to be essential for the study. We concluded that, besides the fact that Brazil has built a strong negative image in relation to the agrochemical in its discourses through history, the media does not follow this line of thoughts. There are more materials that are favorable than against, and even the impartial people, when we deepen the analysis, reveal a more prone argument toward the pro-agrochemical discourse. Besides that, we observed that the terms related to agrochemicals are not synonyms, but actually arguments of ideological groups, and that the media did not give the due attention that the question of the nomenclature deserves in the analyzed piece.

Keywords: controversial speech; agrochemical; news.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Ministra diz que Brasil vai aprovar mais agrotóxico	21
Figura 2	Agrotóxicos na Berlinda	24
Figura 3	“Copa do mundo dos Agrotóxicos”	26
Figura 4	Relator Luiz Nishimori na votação do Projeto de Lei nº 6.299/02	33
Figura 5	Lei dos Agrotóxicos - entenda a polêmica da "PL do Veneno"	35
Figura 6	Chamada para manifestação contra a “PL do Veneno”	36
Figura 7	QUEREM TE ENVENENAR (ainda mais) – Entenda a PL do Veneno	37
Figura 8	<i>Google Trends</i> : possibilidades de busca na linha do tempo	40
Figura 9	“Pesticida” nos últimos doze meses	40
Figura 10	“Pesticida” nos últimos cinco anos	41
Figura 11	“Defensivos agrícolas” nos últimos doze meses	41
Figura 12	“Defensivos agrícolas” nos últimos cinco anos	42
Figura 13	“Agrotóxico” nos últimos doze meses	42
Figura 14	“Agrotóxico” nos últimos cinco anos	43
Figura 15	Estado com maior número de buscas para “Agrotóxico”	43
Figura 16	Estado com menor número de buscas	44
Figura 17	Agricultura libera mais agrotóxicos	45
Figura 18	<i>Logiciel AntConc</i> : página inicial	47
Figura 19	Resultados gerados pelo <i>Logiciel AntConc</i>	68
Figura 20	Gráfico com a frequência dos termos coletados pelo <i>AntConc</i>	69
Figura 21	Resultados para “agrotóxicos” no <i>Logiciel AntConc</i>	69
Figura 22	Resultados para “pesticidas” no <i>Logiciel AntConc</i>	70
Figura 23	Resultados para “agroquímicos” no <i>Logiciel AntConc</i>	70
Figura 24	Resultados para “convencionais” no <i>Logiciel AntConc</i>	71
Figura 25	Resultados para “veneno” no <i>Logiciel AntConc</i>	71
Figura 26	Resultados para “defensivos” no <i>Logiciel AntConc</i>	72
Figura 27	Resultados para “fitossanitários” no <i>Logiciel AntConc</i>	72

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	CAPÍTULO 1: PERCURSO TEÓRICO	15
1.1	Destacamentos	15
1.2	O Discurso Polêmico	22
1.3	Memória e Amemória Discursiva	25
2	CAPÍTULO 2: DADOS HISTÓRICOS SOBRE O USO DOS AGROTÓXICOS NO BRASIL: DE 1965 ATÉ OS DIAS ATUAIS	30
2.1	Contexto Histórico	30
2.2	Problemáticas e Polêmicas Contemporâneas: Lei dos Agrotóxicos, Questões de Nomenclatura e “PL do Veneno”	32
2.3	Justificativa da Escolha do <i>Corpus</i>	38
2.4	Metodologia	46
3	CAPÍTULO 3: DAS ANÁLISES	50
3.1	Agrotóxicos no Brasil: um Percurso Diacrônico da Argumentação	50
3.2	Uma Discussão sobre Memória e Apagamento	67
4	ÚLTIMAS PALAVRAS E APONTAMENTOS CONCLUSIVOS	81
	REFERÊNCIAS	87
	APÊNDICES	90
	APÊNDICE A: CORPORA (RESULTADO ANTCONC)	91
	APÊNDICE B: LINKS	93

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa em nível de mestrado busca contribuir para a discussão teórico-metodológica sobre como se dá a construção do discurso polêmico em torno do uso de agrotóxicos no Brasil. A discussão se tornou intensa após a aprovação do Projeto de Lei 6299 de 2002 – PL 6299-2002 –, nomeado como Lei dos Agrotóxicos, por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em junho de 2018. O projeto foi apelidado de “PL do Veneno” pelos contrários à proposta. Dentre as polêmicas que envolvem o caso, há a tentativa de mudança da nomenclatura: de “agrotóxico” para “pesticida”.

Ao observar um grande aumento de notícias sobre a questão dos agrotóxicos circulando nas redes sociais no início de 2018, surgiu o interesse em pesquisar mais a fundo a questão. Partindo do pressuposto de que a grande mídia exerce poder sobre a sociedade e que também é influenciada por ela, concluiu-se que a teoria de Amoussy se encaixa perfeitamente nos objetivos de pesquisa.

Considerando esta problemática, este trabalho busca descrever e interpretar os contextos nos quais os agrotóxicos e suas “variáveis” circulam no *corpus* mobilizado, respondendo às seguintes questões: Sobre o uso dos agrotóxicos no Brasil, como o discurso polêmico é construído no gênero analisado para fomentar o debate? Considerando o caráter argumentativo da polêmica, como as nomenclaturas referentes aos agrotóxicos são articuladas nessa construção?

É importante salientar que o emprego do termo “variáveis” não representa uma intenção por parte desta pesquisa de considerar o uso dessas expressões como sinônimas. Pretende-se propor uma reflexão terminológica, descrevendo em quais contextos elas são utilizadas como sinônimos, e argumentar, dentro das ciências da linguagem, a adequação desses usos.

Não é do interesse desse trabalho expor uma interposição discursiva midiática sobre a questão, apontando um lado como calunioso e cruel enquanto o outro seria verídico e idôneo. Intenta-se compreender de modo crítico tudo que envolve e fomenta o debate em questão. A pesquisa também não pretende fazer novas considerações sobre como a polêmica se forma, pois Ruth Amoussy já trouxe em sua obra “Apologia da Polêmica” muitas contribuições satisfatórias sobre o tema. Serão aplicados os conceitos em um novo assunto.

A intenção é ir além do que unicamente evidenciar a existência de opiniões bastante polarizadas sobre o assunto; tenciona-se mostrar o modo como esses argumentos estão

fundamentados. Em relação à proposta de alterar a nomenclatura “agrotóxico” para “pesticida”, buscou-se contribuir com discussões acerca do conceito de amemória discursiva, além da historicidade que envolve os processos de nomeação.

Devido aos avanços tecnológicos de divulgações de notícias, especialmente por redes sociais, em que muitas vezes os leitores tem acesso a apenas parte do conteúdo veiculado, compreende-se que tal prática de interpretação dos leitores pode influenciar essa questão, que é tanto um tema político quanto de saúde pública.

Em relação ao que mais aguça o olhar dessa pesquisa, especificamente, busca-se compreender o funcionamento do noticiário em torno do uso dos agrotóxicos no Brasil, principalmente no período que compreendeu a aprovação do Projeto de Lei, em junho de 2018. É importante salientar que um acontecimento discursivo não é um fato isolado que passa a ser discutido em seu clímax, o que torna necessária a coleta de notícias de datas anteriores a esse acontecimento. Optou-se por selecionar notícias entre 2016 e 2019, além de uma do ano de 2015 para fins de contextualização. A hipótese levantada é de que, considerando os aspectos críticos que o uso de agrotóxicos carrega, boa parte dos materiais coletados apresentam argumentos desfavoráveis ao uso.

Ao fim do trabalho, apontam-se considerações conclusivas. Espera-se ter conseguido a difícil missão de transmitir aos leitores todas as ideias pensadas, todo o conhecimento gerido nessa transição para o texto digital. Considerando a área de concentração desses estudos, não se pode deixar de alertar que as inconclusões e questionamentos estão no ímpeto do analista do discurso e, sendo assim, sempre há a possibilidade de novas interpretações. Concluiu-se, no entanto, que, apesar do Brasil ter construído uma forte imagem negativa em relação aos agrotóxicos e seus discursos, a mídia não segue esse raciocínio. Existem mais materiais favoráveis do que contrários, além dos isentos. Quando se aprofundam as análises, os discursos pró-agrotóxico são mais favorecidos e bem mais fundamentados. No que se refere às nomenclaturas, constatou-se que os termos relacionados aos agrotóxicos não são sinônimos, mas sim argumentos de grupos ideológicos, para os quais a mídia não deu a devida importância.

Desta maneira, esta dissertação foi organizada em três principais capítulos, além de uma seção com alguns apontamentos conclusivos para melhor concentrar estes esforços. Os caminhos traçados para este trabalho são desafiadores, em especial por trazer um contexto contemporâneo: *corpus*, teorias e assunto selecionado. No entanto, para um analista do discurso, é uma enorme satisfação mergulhar nesses percursos um tanto opacos, pois, como diria o poeta Manuel de Barros, “[...] as coisas muito claras me noturnam”. Em outras

palavras, mesmo que se tenha conseguido trazer algumas respostas e contribuições para os estudos discursivos e sociais, sempre fica um universo de possibilidades em aberto.

O primeiro capítulo expõe a teoria mobilizada, que está concentrada nos trabalhos em Análise do Discurso de linha francesa, especificamente em estudos sobre recortes midiáticos incritos numa perspectiva histórica e materialista. A partir das ideias de Maingueneau, em especial o conceito de destacamento na AD, são feitas as primeiras considerações. Ademais, serão utilizadas as contribuições de Marie-Anne Paveau (2015) sobre o conceito de amemória discursiva e as recentes discussões de Ruth Amossy (2017) acerca do caráter argumentativo do discurso polêmico. Neste capítulo, procurou-se apontar os principais conceitos teóricos trabalhados, situando o tema de pesquisa para realizar breves exemplificações.

No capítulo 2, fez-se um percurso discursivo diacrônico da história da inserção dos usos de agrotóxicos no Brasil, passando por fatos relevantes e citando Leis que foram instauradas conforme os interesses mudavam. Entendeu-se que era necessário contextualizar o leitor por meio de uma espécie de “linha do tempo” dos acontecimentos antes de apresentar a polêmica em questão. Ao mostrar essa introdução geral, ainda no primeiro capítulo, apresentaram-se os desdobramentos da polêmica gerada em torno da tentativa de alteração na Lei dos Agrotóxicos em vigência, dos grupos defensores até o pessoal que a denomina “PL do Veneno”. Após a contextualização, realizou-se uma descrição do *corpus* e de como foi feita a coleta, além de serem apresentadas as devidas justificativas para as escolhas desse trabalho. É neste ponto que a pesquisa começa a avançar, especialmente quando foram traçadas, no fim, as linhas metodológicas que ampararam os rumos da investigação.

Feito todo o percurso acima, chegou-se, por fim, ao terceiro capítulo, em que foram realizadas as análises do material coletado. O *corpus* é composto por 46 textos (artigos e notícias) retirados de *sites* que possuem páginas no Facebook. O critério dessa delimitação é a capacidade de grande alcance e compartilhamento que os textos divulgados nessa rede conseguiram atingir. Foi feita uma mescla entre análises qualitativas e dados gerados a partir do programa de tratamento de textos chamado *Logiciel AntConc*. Este *software* permitiu a organização de todo o material que se creditou enquanto essencial para o estudo.

As análises começam traçando um percurso diacrônico sobre os acontecimentos em torno da polêmica aprovação do projeto de alterações na Lei dos Agrotóxicos de 1989. A segunda etapa busca estabelecer um tratamento do grupo de textos no *Logiciel AntConc*, em que se terá acesso a dados quantitativos de recorrências da palavra agrotóxico e de algumas “variáveis”, bem como o contexto em que essas frequências costumam aparecer. Porém, como já foi enfatizado, essas ferramentas não foram consideradas satisfatórias para os objetivos

dessa pesquisa, sendo úteis como uma forma de aguçar o olhar inicial de pesquisador e servir como fio para análises mais complexas. Finalizando, foi apresentada uma discussão a cerca da intenção de alteração do uso do nome agrotóxico, que está presente no projeto aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em junho de 2018.

CAPÍTULO 1: PERCURSO TEÓRICO

1.1 Destacamentos

A princípio, será traçada uma introdução sobre como surgiu a Análise do Discurso (AD); em seguida, serão apresentadas as ideias mais contemporâneas. A história da AD se iniciou nos anos 60 do século XX, de forma interdisciplinar, unindo conceitos linguísticos, das ciências sociais e da psicanálise (ORLANDI, 2006). Ela vem como uma forma de questionar a linguística por excluir fatores sociais, bem como para questionar a sociologia por não refletir sobre a ciência linguística. São teorias que se constituem. De acordo com Mussalim, [...] “a AD concebe o discurso como uma manifestação, uma materialização da ideologia decorrente do modo de organização dos modos de produção social” (2003, p. 111) [...]. Ou seja, não se pode olhar para as formas sintáticas sem considerar que elas possuem ideologias. Também não é possível desconsiderar a importância do discurso para os avanços sociais. Inicialmente, a AD tinha o objetivo de mostrar, por meio do discurso, que as classes submissas estavam sendo oprimidas. O autor precursor desses estudos foi Michel Pechêux, apoiando-se nos conceitos de Althusser, a respeito de ideologia, e em Foucault, sobre discurso.

Avançando para autores mais contemporâneos, foram muitas as contribuições do autor Dominique Maingueneau para a Análise do Discurso. Consequentemente, é difícil discorrer sobre todas elas. Embora o trabalho de selecionar um amparo teórico-metodológico seja árduo, principalmente pelo amplo leque de possibilidades que o francês traz para os pesquisadores, optou-se por trabalhar com alguns de seus conceitos, de acordo com os objetivos desta dissertação. Para esta pesquisa, o conceito de destacamento tem maior relevância, considerando que a maioria das análises é baseada em fragmentos de textos destacados. Nem todos os conceitos apontados necessariamente aparecerão nas análises, mas é importante citá-los para uma explicação mais ampla das possibilidades de analíticas.

Explica-se o seu inovador quadro teórico-metodológico, apresentado na obra “Gênese dos Discursos” (2005), além de alguns conceitos propostos pelo autor que funcionam além do quadro regido por uma semântica global. A essa noção, começa-se por dizer que ela é base de todo o livro citado. A obra foi lançada inicialmente na França, em 1984, e é composta por sete hipóteses que fundamentam o quadro teórico. São elas: primado do interdiscurso; intercompreensão; sistemas de restrições semânticas globais; competência interdiscursiva; prática discursiva; um esquema de correspondência.

O autor procura estabelecer uma articulação entre os discursos que, segundo ele, são

restritos pelo dizível na língua e o dizível em determinado espaço histórico, considerando as condições de produção e enunciabilidade. Esta pesquisa se limitará a apresentar somente as três primeiras, que serão mais importantes para os seus fins. No âmbito dessa ligação, o pesquisador diz que “[...] é preciso explicitar uma distinção conceitual inicial entre superfície discursiva e formação discursiva” (MAINGUENEAU, 2005, p. 20). Em outras palavras, a formação discursiva está relacionada com a formação ideológica, restrita por uma formação semântica, e a superfície discursiva são conjuntos de enunciados produzidos de acordo com a formação discursiva.

Analisando o discurso do humanismo devoto e do jansenismo, duas correntes de pensamentos religiosos polêmicos da época, Maingueneau contribui com a ideia de Semântica Global. Os vários discursos nos quais o autor se debruçou tinham um objetivo prático: ensinar a forma como um homem cristão deve se portar em uma sociedade cristã.

De fato, estamos diante de vastos conjuntos textuais, produzidos por numerosos autores durante longos períodos, em gêneros muito variados (panfletos, hagiografias, tratados, sermões etc...). Trata-se de um tipo de objeto que é visado de forma privilegiada quando se fala de “ideologias”, de “visões de mundo”... conjuntos muito bem delimitados historicamente, que tiveram uma ação durável sobre amplas camadas da população, ou, ao menos, sobre grupos cuja a posição é estratégica (MAINGUENEAU, 2005, p. 26-27).

Em seus capítulos, Maingueneau apresenta cada uma das hipóteses aplicadas a esse vasto *corpus* religioso. A primeira hipótese trata do conceito de *Primado do Interdiscurso*, que defende a ideia de que os discursos devem ser estudados em relação com outros discursos, e que não existem isoladamente para depois serem colocados nessa relação. Eles coexistem e se formam no interior de um espaço regulador chamado interdiscurso. O conceito de interdiscurso privilegia a heterogeneidade, afirmando que ele se define como anterior e constitutivo do discurso. Para melhor explicar essa formulação, o autor propõe uma tríade composta por: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo.

O universo discursivo corresponde “[...] ao conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (MAINGUENEAU, 2005, p. 35), isto é, um grupo finito, apesar da impossibilidade de compreendê-lo em sua totalidade. Ao campo discursivo, atribui-se um conjunto de formações discursivas que possuem uma mesma função social, ainda que tenham divergências entre si. É errôneo pensar que o recorte desses campos é tarefa fácil para o pesquisador, mas cabe a ele fazê-lo de acordo com seus objetivos, bem como formular hipóteses e escolhas.

É em meio ao campo discursivo que os discursos se constituem, sendo regulados por formações discursivas que já existem. Essa noção abre o caminho para a definição de “espaço discursivo”, que vem a ser um subconjunto de formações discursivas recortado pelo pesquisador que descobrirá, ao longo das análises, se suas hipóteses são confirmadas ou não. O mais tocante nesta dissertação são as pontuações que Maingueneau faz a cerca da polêmica. O autor explica que o espaço polêmico entre duas formações discursivas é privilegiado para a coleta de um *corpus*, mas não limita a concepção de interdiscurso a embates polêmicos. Desta maneira:

“Concorrência” deve ser entendida de maneira bem mais ampla; inclui tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente etc.. entre discursos que possuem mesma função social e divergem sobre o modo pela qual ela deve ser preenchida. Pode se tratar do campo político, filosófico, dramático, gramatical etc. (MAINGUENEAU, 2005, p. 36).

A segunda hipótese traz o conceito de Competência Discursiva, que diz respeito à maneira como as Formações Discursivas interagem semanticamente, e integra o histórico ao cognitivo. Maingueneau discorre sobre o processo de interincompreensão intrinsecamente ligado às formações discursivas, isto é, uma forma de analisar a compreensão do discurso do outro. Em termos mais simples, o discurso do outro é sempre compreendido e regrado pela formação discursiva do sujeito ouvinte/leitor. Desse modo, na verdade, o que ocorre é uma interincompreensão, pois só se compreende o Outro com base em nosso entendimento do mundo: “[...] esse Outro se dá sempre sob a forma do – simulacro – que dele constrói” (MAINGUENEAU, 2005, p. 22). Logo, por exemplo, se um ambientalista contraria os usos de agrotóxico e o mesmo entra em contato com o discurso de um defensor do produto, ele só entende ou traz a voz do outro para contrariar, para fazer oposição, para citar a forma “errônea” de tratar a questão. Nesse capítulo, o referido autor explica que a interação semântica acontece por conta do primado do interdiscurso, sendo então relacionados, assim como a terceira hipótese se relaciona à noção de interincompreensão.

No terceiro capítulo, é apresentada a principal hipótese que rege a obra “Gênese do Discurso” (2005): o sistema de restrições semânticas globais. É uma metodologia inovadora para se pensar a ideologia. Segundo o autor, todos os discursos são regrados por uma semântica global, ou seja, é um sistema que engloba tudo o que pode ou não ser enunciado dentro de uma determinada formação discursiva. Esse sistema permite que o enunciador reconheça ideologias que se aproximam ou se afastam das suas. De acordo com o autor, entender esse sistema como apenas “uma visão de mundo” seria reduzir o discurso, que na

realidade abrange vários fatores, como o tom, a corporalidade:

O que seria necessário pôr em causa é o primado do ver, de uma ideologia – “visão” do mundo, a assimilação do discurso a uma doutrina [...] As restrições da semântica global não são somente destinadas a analisar “ideias”. Elas especificam o funcionamento discursivo que, em graus diversos, investiu o vivido dos sujeitos [...] O sistema de restrições define tanto uma relação com o corpo, com o outro... quanto com ideias, é o direito e o avesso do discurso, toda uma relação imaginária com o mundo (MAINGUENEAU, 2005, p. 101).

Maingueneau fornece análises de recortes do discurso humanista devoto para ilustrar a explicação de como o sistema de restrições organiza todo tipo de relação de interincompreensão com outros discursos dentro de um mesmo local discursivo. Suas análises englobam os conceitos de “intertextualidade”, “o vocabulário”, “os temas”, “o estatuto do enunciador e do destinatário”, a “dêixis enunciativa”, o “modo de enunciação” e o “modo de coesão”, apontando que todos eles são gerenciados por esse sistema. Na parte em que o autor apresenta o modo de enunciação, também aparece pela primeira vez concepções que posteriormente foram relacionadas ao que hoje se conhece como “*ethos* discursivo”.

Como já dito, alguns conceitos formulados posteriormente por Maingueneau, como o *ethos* discursivo, mostraram-se úteis além do sistema da semântica global, mantendo-se alinhada com as exigências iniciais da AD (POSSENTI; MUSSALIN, 2010). A proposta do autor deriva da semântica global de formações discursivas. Em outras palavras, ele alerta que as escolhas do sujeito enunciador não são intencionalmente livres para conseguir transmitir a impressão desejada, porque estão relacionadas à formação discursiva em que ele está inserido, e não ao sujeito em si.

Em Maingueneau (2004), na obra *Análise de Textos de Comunicação*, traz os conceitos de *ethos* e fiador. O *ethos* corresponde aos traços de caráter e características psíquicas que o enunciador deixa transparecer em seu discurso, e alega que ele pode abranger outros discursos, até mesmos textos escritos; portanto, é possível aplicá-lo às análises deste trabalho. O autor apresenta uma concepção de *ethos* que se afasta da antiga retórica aristotélica, que o relaciona a aspectos éticos e morais (verdadeiros ou não), além de reduzi-lo ao campo da oratória, do “mostrado”, como afirma a seguir:

[...] esse *ethos* não diz respeito apenas, como na retórica antiga, a eloquência judiciária ou aos enunciados orais: é válido para qualquer discurso, mesmo para o escrito. Com efeito, o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir

uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito (MAINGUENEAU, 2004, p. 98).

Segundo Maingueneau (2004), o conceito de fiador está intimamente relacionado ao de *ethos* e pode ser entendido como uma voz ou tom inserido num enunciado para dar garantia de veracidade. O rosto do fiador “[...] deve ser caracterizado ‘psicologicamente’, ver-se dotado por disposições mentais que sejam o correlato dos afetos que o modo de enunciação engendra” (MAINGUENEAU, 2005, p. 96); ou seja, ele possui uma corporalidade e um caráter. O caráter está associado a características psicológicas, e a corporalidade ao corpo (movimentos, vestimentas, aparência etc.).

O caráter e a corporalidade do fiador provêm de um conjunto difuso de representações valorizadas ou desvalorizadas, sobre as quais se apoia a enunciação que, por sua vez, pode confirmá-las ou modificá-las. Esses estereótipos culturais circulam nos domínios mais diversos: literatura, fotos, cinema, publicidade etc. (MAINGUENEAU, 2004, p. 99).

Como se pode observar a partir do trecho acima, somos sujeitos sociais inseridos em uma sociedade que constrói estereótipos, muitas vezes equivocados ou precocentuosos, mas, de todo modo, pertencemos a uma rede de formações imaginárias a respeito do outro. É importante a explicação que o autor insere ao final sobre a variedade de domínios em que essas características podem ser construídas, até mesmo em textos escritos, em que existe apenas uma impressão construída por meio da imaginação. Na publicidade, por exemplo, é comum que uma marca não muito famosa no mercado procure figuras famosas para divulgar seus produtos, assim se inserindo no mercado, do mesmo modo que é comum que marcas muito consolidadas não se preocupem tanto em veicular suas mercadorias ou serviços através de rostos famosos, porque elas já falam por si mesmas.

No livro “Gêneses do Discurso” (2005), Maingueneau descreve o *ethos* dos enunciadores do humanismo devoto com um tom amável, doce, jovem e disponível. No caso dessa pesquisa, pode-se exemplificar o conceito de *ethos* e fiador através de uma pequena análise de um trecho retirado de um artigo publicado pela Revista Fapesp, em setembro de 2018, que se encontra em uma prova para linguistas:

Mas, afinal, os agricultores brasileiros utilizam excessivamente agrotóxicos? O país é mesmo um paraíso para os fabricantes de defensivos agrícolas? “Somos o maior mercado global de produtos fitossanitários porque temos uma das maiores áreas agrícolas do mundo”, explica o engenheiro-agrônomo

José Otavio Menten, da Esalq-USP. “Mas nosso consumo é muito menor do que o da França, Reino Unido, Japão e outros países quando relacionamos o volume de defensivos usados no Brasil com a área plantada ou a produção agrícola. [...] Um estudo elaborado pelos professores Edivaldo Velini e Caio Carbonari, da FCA-Unesp, mostrou que o Brasil cai para sétimo lugar no *ranking* mundial do uso de defensivos por área plantada e para 13º quando se analisa a taxa de consumo de agroquímicos pela produção agrícola. Críticos do emprego intensivo de pesticidas sustentam que, mesmo usando diferentes critérios, o país figura entre os líderes no consumo dessas substâncias, com o agravante de que muitos defensivos vendidos no país não são permitidos em nações desenvolvidas (VASCONCELOS, 2018, p.22-23).

Considerando as afirmações expostas no artigo, é possível observar que, quando se trata de trazer argumentos sobre os agrotóxicos não serem tão nocivos à saúde, o autor, segundo o recorte, coloca instituições de ensino renomadas associadas aos nomes. Por exemplo, as frases “[...] explica o engenheiro-agrônomo José Otavio Menten, da Esalq-USP” e “[...] um estudo elaborado pelos professores Edivaldo Velini e Caio Carbonari, da FCA-Unesp” passam credibilidade ao que é dito. Tanto as instituições quanto seus pesquisadores servem como fiadores de informações confiáveis, enquanto que a parte que se opõe aos usos do produto é representada de forma indefinida, como “[...] críticos do emprego intensivo de pesticidas sustentam”. Mas quem são esses críticos? Por que deveríamos confiar no que eles dizem? Desse modo, a forma como os flexibilizadores de agrotóxicos se colocam cientificamente passam mais confiabilidade.

O conceito de destacabilidade está associado à circulação do discurso e tem grande importância para essas análises. Trata-se de “[...] enunciados que se dão como autônomos, de um ponto de vista textual (não há nenhuma necessidade de considerar o que precede e o que segue para compreendê-los)” (MAINGUENEAU, 2014, p. 14). O autor diz que, independentemente do gênero que está sendo veiculado (de cunho político, filosófico, moral, jornalístico etc), um enunciado é capaz de se destacar e criar, pode-se dizer, uma espécie de vida própria. Atualmente, especialmente em mídias de notícias que possuem páginas em redes sociais, os destaques ganham cada vez mais importância, pois um conteúdo todo pode ser interpretado apenas pela leitura do destaque. A esse respeito, é importante distinguir frase destacada de frase sobreasseverada. Nem sempre os enunciados destacados foram proferidos com a intenção de produzir esse efeito. Isso levanta a questão da responsabilidade pelo destaque, uma vez que não foi o enunciatador que o destacou, assim como não foi o destacador que o enunciou.

A enunciação sobreasseverada é aquela que foi enunciada com a intenção de ser destacada em algum momento. Essa é uma prática muito comum entre políticos, artistas que

dão entrevistas, publicidades etc. O enunciador pretende alcançar algum objetivo com esse destaque, como visibilidade na mídia, sucesso, vendas, entre outros. Porém, como já foi citado, nem toda frase destacada é uma sobreasseveração.

Outro conceito complexo associado ao processo de destaque é o de aforização. Entende-se por enunciação aforizante aquela que, após o destaque, circula em outros contextos, com novas retomadas (em contextos destextualizadores ou não). Segundo Maingueneau (2014, p. 28):

A aforização, lembremos, não resulta necessariamente do destaque de um novo texto e de uma inserção em um novo texto. Ao lado dessas aforizações destacadas “secundárias”, há um grande número de aforizações “primárias” (provérbios, divisas, slogans...) [...] uma mesma frase poderá funcionar ora como aforização primária, ora como aforização secundária

Com base na explicação do autor, é importante diferenciar aforizações primárias de secundárias. As primárias são aquelas que, muitas vezes, não se pode dizer a origem fonte exatamente, mas que já estão cristalizadas no saber popular, como frases de efeito, provérbios, *slogans*. Já as secundárias são as que foram diretamente destacadas de um texto fonte para compor outros textos. Os destaques que mantêm proximidade e fácil acesso ao texto fonte são chamados de “destacamentos fracos”. Os destaques que dificultam o acesso ao texto fonte, como, por exemplo, um *site* de notícia que tem página em redes sociais e que o conteúdo completo só pode ser lido por assinantes, colobra para que um maior número de pessoas julgue o conteúdo somente pelo *post*. Observe a figura abaixo:

Figura 1: Ministra diz que Brasil vai aprovar mais agrotóxico



Fonte: <https://www.facebook.com/estado/posts/3486528391362198>. Acesso em: jul. 2020.

Analisando a postagem feita pelo Jornal Estadão, em agosto de 2019, há um caso de destaque forte, uma vez que o conteúdo é exclusivo para assinantes, mas o destaque está numa plataforma livre (Facebook), em modo público. As falas da Ministra da Agricultura estão destacadas. Porém, o leitor não assinante não pode ter acesso ao texto fonte para verificar o enquadramento contextual em que elas foram enunciadas. Ainda assim, a postagem tem milhares de compartilhamentos, e mais de três mil reações de raiva, o que mostra a desaprovação do público leitor em reação ao conteúdo, levando em consideração o número das outras reações que, caso somadas, não dão o número de reações contrárias. As reações levam a concluir que o público, em sua maioria, não acha correto modernizar o sistema de agrotóxicos no país, ainda que a notícia apresente argumentos favoráveis a tal feito.

1.2 O Discurso Polêmico

Ruth Amossy, em sua recente obra “Apologia da Polêmica” (2017), traz grandes contribuições para a pesquisa, especialmente na missão de evidenciar o funcionamento sociodiscursivo. A autora analisa a polêmica da tentativa de proibição do uso da burca na França, com base no projeto de lei que visa proibir a vestimenta, no período entre junho de 2009 e outubro de 2010, explorando três diferentes gêneros: uma entrevista televisiva, um artigo de opinião e comentários de pessoas em um fórum de discussão sobre o assunto. Aqui será analisado apenas o gênero notícia, mas não com o mesmo objetivo de Amossy, o qual demonstra como um assunto encontra lugar na polêmica. A ideia dessa pesquisa é aprofundar o debate e mostrar como a argumentação se constrói sob esse tema. Desse modo, o tipo de análise que mais interessa seria a que é feita sobre o artigo de opinião:

[...] escolhemos focalizar as mídias. Elas, certamente, não têm a exclusividade da polêmica: esta se faz ouvir também nas discussões parlamentares, nos debates das reuniões profissionais, nas conversas particulares [...] Mas é nelas que a polêmica se difunde – até mesmo se elabora – no espaço público. É pelo canal das mídias que os discursos parlamentares são reportados ao conhecimento do grande público; é nesse espaço que as discussões cidadãos podem se dar a ler e a ouvir (AMOSSY, 2017, p. 72-73).

O texto analisado se chama “Cinco anos depois do véu, o debate se agrava: hoje é a burca que vira problema” (Bénédite Charles, Marianne, 18 de junho de 2009). No início das análises, Amossy acredita que o autor do artigo traria argumentações contrárias e favoráveis sobre os lados que constroem essa polêmica, mas isso não foi observado em suas observações

minuciosas. O autor se refere ao uso da burca como um problema, refere-se às mulheres como oprimidas e sombrias, usa verbos no futuro supondo falas de um determinado grupo (e.g.: “dirão fulanos”), não traz bons fiadores para apresentar opositores ao projeto de lei, entre outros pontos que denunciam o posicionamento da autoria sobre o assunto, ainda que com certa opacidade. Nesse ponto, Amossy fala sobre a responsabilidade e a função dos jornalistas do debate público, como explica em:

O locutor (o jornalista) não assume, necessariamente, a responsabilidade do que dizem os polemistas (os enunciadores). Frequentemente, ele cuida, ao contrário, de se distanciar. A maneira pela qual o locutor assume a fala de cada um dos dois campos determina o papel do jornalista na polêmica (AMOSSY, 2017, p. 78).

A polêmica surge por conta de uma questão de interesse público (aqui, no caso, a Lei dos Agrotóxicos), que se torna um dos mais importantes debates da atualidade. A teoria da autora explica que a polêmica tem caráter argumentativo e apresenta três marcas dessa descrição, que serão de muita utilidade para as análises: dicotomização, polarização e a desqualificação lançada sobre o outro.

A dicotomização significa iniciar uma discussão sem ter a intenção de chegar num acordo, de avançar em algum sentido, que só gira em torno de discussões cada vez mais polarizadas. A polarização indica que existem atores sociais fortemente inseridos em suas ideologias, como os que acreditam que mudanças na Lei dos Agrotóxicos são não só aceitáveis, mas também muito necessárias, e os que entendem o projeto como “PL do veneno”, colocando-se em uma posição extremamente contrária à proposta. São estes que fomentam o debate sobre opiniões opostas. A desqualificação é um recurso utilizado para fazer com que a fala do outro caia em descrédito. A dicotomização, a polarização e o descrédito vêm “[...] eventualmente acompanhados de paixão e de violência” (AMOSSY, 2017, p. 71), ou seja, esses aspectos facilitam a identificação dos oponentes no debate. Mas nem sempre tudo está explícito, tornando necessário análises bastante esmiuçadas dos materiais em questão. Eis o título do artigo sobre agrotóxicos, publicado pela Revista Fapesp em 2018:

Figura 2: Agrotóxicos na Berlinda

Fonte: <https://revistapesquisa.fapesp.br/agrotoxicos-na-berlinda/>. Acesso em: maio 2021.

A escolha pelo título “Agrotóxicos na Berlinda” (substantivo comum/ contracção de preposição em + artigo o/ substântivo comum) ativa a memória discursiva sobre a frase popularizada “estar na berlinda”, que pode se configurar como uma aforização primária, já que não se sabe exatamente em que momento passou a circular com o sentido que carrega nos dias atuais. Antigamente, na Itália, ir para berlinda significava ficar em evidência, no centro de uma praça pública para ser julgado e, por vezes, condenado a morte por picota, objeto de madeira, semelhante a um poste, em que a extremidade superior se expunham as cabeças dos justicados. Hoje a expressão “estar na berlinda” exige um substantivo (próprio ou comum) e significa ser alvo de comentários, estar em evidência, ser motivo de julgamentos. No caso, o autor traz essa intertextualidade, puxando a memória discursiva e ilustrando o espaço que os agrotóxicos ganharam nesse momento da história.

É importante, lembra a autora, diferenciar formalmente discurso polêmico e interação polêmica. São duas formas distintas pelas quais as intervenções que constituem a polêmica podem assumir. Na interação polêmica, há uma interação face a face ou um diálogo que pressupõe duas ou mais pessoas com pensamentos divergentes em debate. Ela tem base no diálogo que tenta “vencer” a discussão. O discurso polêmico é aquele produzido por uma das partes, mas que, em seu interior, encontra o discurso do outro; é “[...] dialógico, no sentido que dialoga com discursos antecedentes, aos quais se opõe” (AMOSSY, 2017, p. 72).

Em suma, pode-se dizer que a polêmica se inscreve fortemente no campo da refutação, carregando traços recorrentes, como vocabulário bem selecionado, depreciação do outro e de

suas ideias, subjetividade na linguagem. A polêmica apresenta diversas funções, entre elas protestar, denunciar, evidenciar e persuadir. No sentido da persuasão, ela busca convencer uma terceira pessoa, e não o oponente. O polemista procura incentivar seu público já convencido para que se mantenham sempre ativos nas discussões, da forma mais hostil possível, para “[...] que eles não caiam na indiferença e que isso ative sua hostilidade contra a posição combatida e o grupo que a sustenta” (AMOSSY, 2017, p. 99). Os procedimentos da polêmica, nos diferentes materiais midiáticos analisados pela autora, apresentam traços idênticos em seu “modo operante”, ainda que não obedeçam à mesma forma de gerir a polêmica.

1.3 MEMÓRIA E AMEMÓRIA DISCURSIVA

Marie-Anne Paveau, em sua obra “Linguagem e Moral” (2015), especificamente no capítulo 6, chamado “Memória e Virtude”, fornece amparo para a reflexão em torno da intenção de mudanças na nomenclatura de “agrotóxicos” para “pesticidas”. O capítulo está dividido em três partes: a questão da memória em análise do discurso; memória das palavras: uso e abuso; e memória ética do discurso científico. De acordo com a autora, em todo o capítulo, as Ciências da Linguagem têm o dever de tomar decisões éticas em suas escolhas, como afirma nos seguintes termos: “[...] Compreender os discursos é também compreender suas propriedades éticas, pois elas participam do sentido deles” (PAVEAU, 2015, p. 232). Para os fins deste trabalho, o foco se dará na primeira parte do capítulo.

Iniciando o capítulo, a autora faz uma retomada acerca do conceito de memória em Análise do Discurso, trazendo as contribuições de notáveis autores que dissertaram sobre a questão, como Pêcheux, Courtine, Foucault, Moirand, além da própria autora, quando recoloca a noção de memória discursiva no âmbito da sóciocognição. Eis as postulações seguintes:

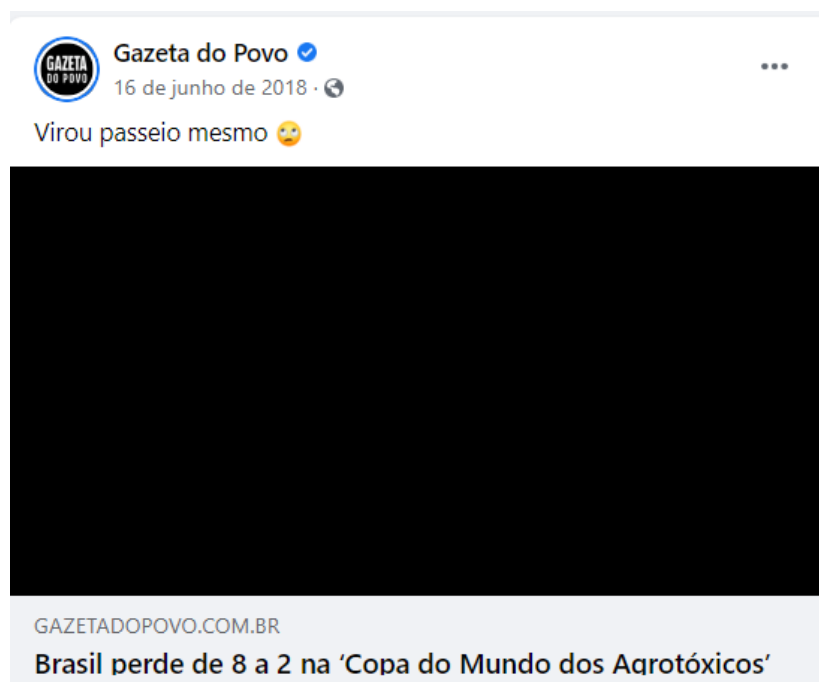
Em minha perspectiva, a memória cognitivo-discursiva é uma tecnologia discursiva ao mesmo tempo interna (memória humana) e externa (instrumentos linguísticos e discursivos, mas também vestígios materiais da memória do conjunto do ambiente), que constitui um forte contribuinte para a produção dos discursos. Isso quer dizer que a memória não é apenas uma capacidade do agente falante, mas uma capacidade distribuída nos ambientes: um monumento, um computador, uma inscrição, uma caderneta ou mesmo um objeto sem inscrição constituem memórias externas que vêm sustentar e aumentar a memória humana. (PAVEAU, 2015, p. 234).

Desse modo, trata-se de um deslocamento do campo da cognição para a ideia de

memória discursiva. Em um ponto do capítulo, no qual essa pesquisa se ancora, Paveau propõe a noção de desmemória e amemória discursiva. Paveau (2015) inicia explicando que suas considerações são um novo olhar à proposta de Regina Robin (2000) sobre “passados frágeis”. Esta autora fez longos estudos sobre o que chamou de “desbatismo” e “rebatismo” de ruas após a queda do muro de Berlim.

A desmemória comporta ancorar, desancorar, fazer disjunções e subjetivações em relação aos sentidos que uma palavra ou expressão carregam em suas linhagens históricas, ou seja, “[...] designa um conjunto de fenômenos de disjunção dessas evocações e inserções no fio memorial” (PAVEAU, 2017, p. 236). Propor um processo de desmemória é o mesmo que realizar uma revisão da língua e da história utilizando ferramentas da tecnologia discursiva, como é o caso dos nomes das ruas em Berlim. Pode-se dar início ao ensaio observando o chamado da seguinte notícia, situando-a no contexto desta pesquisa.

Figura 3: “Copa do mundo dos Agrotóxicos”



Fonte: <https://www.facebook.com/gazetadopovo/posts/10158303727674572>. Acesso em: jul. 2020.

O autor da matéria se utilizou de um processo de ancoragem para argumentar negativamente o fato do Brasil ser colocado como maior consumidor de agrotóxicos do mundo, reprovando tal designação. Para realizar essa afirmação, é feito um processo de intertextualização com um marcante acontecimento vivenciado pelos brasileiros na Copa do Mundo de 2014. Na partida da semifinal entre Brasil e Alemanha, em julho de 2014, o Brasil

sofreu uma goleada de 7x1 do time alemão, trazendo enorme tristeza aos torcedores brasileiros. No entanto, o estudo realizado na notícia se refere à posição que alguns países ocupam na “disputa” entre os maiores consumidores de agrotóxicos em escala mundial.

A ancoragem é feita quando se transfere uma memória para outra, realizando um tipo de rememoração do acontecimento. O processo de desancoragem, ao contrário do postulado anterior, tenta tirar um significado já cristalizado em seu contexto referencial originário e reescrever outro. A disjunção faz uma separação entre o significado e o referente, principalmente no caso dos nomes próprios. Já a subjetivação memorial se refere à construção de sentidos de um nome próprio baseada em história e cultura. Em suma, nas palavras da autora:

[...] chamo de desmemória discursiva um conjunto de fenômenos do discurso que possibilitam a revisão das linhagens discursivas, ou seja, das transmissões semânticas cultural e socialmente realizadas pelos instrumentos da tecnologia discursiva [...]. Essas revisões podem ser mudanças semânticas, neologismos semânticos, redenominações, reformulações etc. [...] um conjunto de fenômenos da linguagem que produzirão efeitos transgressivos ou contraintuitivos num contexto no qual reine um acordo semântico e, em minha perspectiva, ético (PAVEAU, 2017, p. 237).

O conceito de amemória discursiva não remete a uma revisão, mas sim um apagamento das linhas históricas. Paveau explica que essa prática não se trata de negar o passado, mas sim de negar determinado discurso sobre o acontecimento que o faria existir de outra maneira, de uma forma que não se deseja, e alerta que suas contribuições não estão no campo da pisanálise, dos apagamentos inconscientes gerados por traumas. Para a autora, trata-se de um “[...] esquecimento voluntário e orquestrado, um esquecimento ativo motivado pelo fato de que lembrar-se ou ‘ter em mente’ seria insuportável, por razões que podem ser muito variadas” (PAVEAU, 2017, p. 238).

Para melhor situar o leitor, Paveau traz alguns exemplos, entre eles um dito popular antigo: “Em casa de enforcado, não se fala de corda”. A frase mobiliza a compreensão de que, em determinados lugares onde muito já se falou e muito já se pensou sobre certa “dor”, “incômodo” etc., não devemos nunca mais falar. É uma espécie de lei entre membros de determinada comunidade em que tal fato ocorreu.

Tornando a questão mais próxima do contexto atual, a noção de desancoragem se exemplifica com base na análise no título da notícia publicada pelo jornal Estadão em junho de 2020: “Deputada Estadual protocola projeto para remover estátuas de escravocatas em São Paulo”. Essa remoção de estátuas, se realmente ocorrer, não apaga o vergonhoso e longo

histórico escravocata brasileiro, mas abre a possibilidade de debates e de reenscrevê-lo de outro modo, substituindo essas obras por outras, como a de nomes que combateram a escravidão, por exemplo. Até o silêncio sobre determinadas questões pode ser um modo de “falar”.

Eduardo Guimarães, em seu livro “Semântica do Acontecimento”, realizou um estudo sobre como os sentidos são constituídos. Guimarães dedicou sua preferência ao estudo dos nomes e de seus significados numa perspectiva histórico-discursiva. Essas contribuições auxiliam às reflexões acerca da relação entre memória discursiva e nomes.

De um lado tratarei de nomes próprios, ou seja, nomes que se apresentam como nomes de objetos únicos. Para isso vou deter-me no estudo dos nomes próprios de pessoas e dos nomes de ruas. Quero, ao tornar esses objetos de análise, enfrentar diretamente, em análises específicas, nomes que poderiam levar, com alguma facilidade, a uma concepção segundo à qual estes nomes funcionam meramente por suas relações com os objetos únicos que nomeiam (GUIMARÃES, 2005, p. 08).

No segundo capítulo de seu livro, Guimarães fala sobre o processo de nomear os indivíduos e mostra que esse processo tem uma ligação histórica. O nome-sobrenome individualiza os sujeitos por meio de construções morfossintáticas. Isto fica ainda mais claro quando se particulariza por filho, Junior, neto etc. A escolha é feita por um agenciamento enunciativo específico que abre espaço para remeter a algo como, por exemplo, nomes de santo ou de figuras famosas.

O autor explica que, ao passar pela nomeação, o caminho para a construção desse nome é esquecido, “[...] como se não houvesse outra pessoa com o mesmo nome, como se o homonímia se desfizesse pela própria história enunciativa que levou a este nome definitivo” (GUIMARÃES, 2005, p. 38). O ato de nomear pertence à rede semântica do interdiscurso e está intrinsecamente ligado à memória discursiva.

No terceiro capítulo, o autor estuda os nomes próprios de ruas. As análises mostram que “[...] o espaço do homem só é espaço enquanto historicamente determinado, e a linguagem o designa nesse processo histórico” (GUIMARÃES, 2005, p. 44). Dessa forma, os objetos analisados por Guimarães fazem um desenho da memória que se construiu sobre ser brasileiro. Por exemplo, os casos de ruas que carregam nomes remetentes à memória do Brasil colonial, como Rua Dom Pedro I, ou que lembram datas históricas, como Nove de Julho. No entanto, há também um silenciamento sobre a história, que está “dizendo” de forma opaca. Esse exemplo pode ser identificado quando as ruas de determinado município carregam

somente nomes de indivíduos de grande poder econômico ou político, excluindo a existência de nomes de trabalhadores ou políticos de resistência a governos autoritários, como é o caso do mapa de Cosmópolis (SP), analisado pelo autor.

O quarto capítulo apresenta análises de mapas, que evidenciam algo além de uma ferramenta de guia, mas que também carregam produções de sentido e história. Essa história, de acordo com o autor, faz um recorte memorável dos acontecimentos que ali se deram, mas apresentam apagamentos. Guimarães cita o exemplo do nome “Rua dos Trabalhadores”, da cidade de Cosmópolis, e denuncia que a falta de individualização desses trabalhadores é uma forma de silenciamento da importância que tiveram nos acontecimentos do local. É “[...] uma classe vazia de história, portanto de corpos” (GUIMARÃES, 2005, p. 66).

Os capítulos cinco e seis apresentam discussões sobre nomes de cidades, reforçando a ideia de que mapas são mais do que apenas guias de localização, mas sim textos que significam histórica e politicamente.

O modo de significar os espaços da cidade mostra que eles são espaços políticos. O espaço que se dá como objetivo, por uma descrição (referência), atende a objetividade estabilizada do discurso administrativo, que nomeia oficialmente os espaços da cidade (GUIMARÃES, 2005, p. 83).

As contribuições do autor fazem uma ponte com as reflexões anteriores, apresentadas por Paveau a respeito de memória discursiva, ainda que esta pesquisa não trate de nomes próprios, a principal ênfase do autor. No entanto, a obra permite refletir sobre a composição histórica das nomenclaturas, como agrotóxicos, por exemplo. Por meio desta leitura, Guimarães consegue fornecer traços de revisão das histórias enunciativas dos nomes próprios, levantando discussões que vão além da etimologia e que abrangem questões políticas, econômicas e sociais.

Os nomes próprios fazem parte de um processo de subjetivação pelo qual o indivíduo passa, causando o efeito de “ser único”, apesar de existirem outros nomes idênticos. As ruas pelas quais caminhamos carregam a historicidade que seus nomes expressam, não apenas como lembrança de acontecimentos marcantes, mas que significam no presente, e são capazes de significar até mesmo quando se calam.

CAPÍTULO 2: DADOS HISTÓRICOS SOBRE O USO DOS AGROTÓXICOS NO BRASIL: DE 1965 ATÉ OS DIAS ATUAIS

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

A discussão em torno das questões de segurança envolvendo o uso dos agrotóxicos no Brasil existe há pelo menos trinta anos (BARONAS, 2019). Com base em artigos científicos e Projetos de Lei, este capítulo pretende fornecer dados históricos, como um espécie de linha do tempo, a fim de contextualizar acerca dos principais acontecimentos que ocorreram desde o ano de 1965 até a atualidade.

O uso de agrotóxicos ganha força no período posterior à Segunda Guerra Mundial, por conta, segundo historiadores, de novas tecnologias que surgiram naquele contexto. Os produtores sentiram a necessidade de expandir os negócios e buscaram ferramentas para acelerar esse processo. Além disso, as indústrias químicas que fabricavam produtos tóxicos durante os confrontos da guerra enxergaram um novo nicho de mercado: a agricultura. Obviamente, com muitas diferenças dos objetivos anteriores, adaptando a produção para o combate de pragas nas lavouras.¹

Durante a chamada “Revolução Verde”, ou Revolução dos Transgênicos, acontece um processo no qual o campo fica subordinado à indústria. O problema da fome no cenário pós-guerra era bastante preocupante. Desse modo, cientistas desenvolveram as sementes feitas em laboratório, que produziam alimentos em maior escala, utilizando-se fertilizantes químicos. O problema é que sementes alteradas não produziam sementes férteis, fazendo com que os agricultores ficassem dependentes desse novo mercado.

A Revolução Verde foi um novo salto de qualidade dado a partir da articulação de diferentes avanços dessa ciência agropecuária: mecanização pesada, domínio genético sobre raças e variedades e insumos químico-industriais (fertilizantes e agrotóxicos) (CALDART, 2014, p. 80).

O Sistema Nacional de Crédito Rural, através da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, cria um tipo de vínculo de crédito. A Lei incentivava os agricultores a investirem de 10 a 15% na compra de produtos que tinham a finalidade de combater problemas que

¹ Grande parte das informações contidas nesse capítulo foi extraída de uma pesquisa realizada por Joaquim Venâncio (2016), em formato de linha do tempo, que pontua de forma satisfatória os principais fatos históricos sobre agrotóxicos. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Carlilha-Agrotoxicos-final.pdf>. Acesso em: jul. 2021.

prejudicavam a produção agrícola, além de garantir armazenamento seguro. Ocorreu uma interação entre bancos estatais e públicos no fomento dessas práticas que fortaleciam o setor econômico rural. Pessoas físicas ou jurídicas que podiam solicitar o crédito: pesquisadores ou produtores de mudas ou sementes fiscalizadas e de sêmen para inseminação artificial; prestadores de serviços mecanizados para agropecuária; e pescadores que praticavam comércio.

Em 1975, ocorreu a instalação da indústria de agrotóxicos no país. Foi criado o Programa Nacional dos Defensivos Agrícolas, que arrecadou recursos financeiros para criação de empresas nacionais e transnacionais de insumos agrícolas.

No ano de 1989, é criada a Lei nº 7.802, Lei dos Agrotóxicos, que possibilitou o registro de muitos produtos com níveis de toxicidade, alguns inclusive proibidos em outros países. De acordo com a Lei, são produtos de natureza química, física ou biológica que são utilizados no armazenamento, na produção ou no beneficiamento do setor agrícola. As substâncias usadas na preservação de florestas nativas, ecossistemas e ambientes hídricos também eram considerados agrotóxicos, desde que atuassem contra pragas e outros seres vivos danosos.

Após esse período, em 1990, o Decreto 98.816/90 regulamenta a Lei dos Agrotóxicos. Passa a ser permitida a experimentação, utilização, produção, propaganda, transporte e comercialização de agrotóxicos e afins. Já em 1997, conseguiram redução da alíquota a todos os insumos agrícolas em até 60%. Além disso, foram concedidas isenções fiscais e diminuição de impostos por meio do Convênio ICMS 100/97.

De acordo com Venâncio (2016), em 2002, o Decreto nº 4.074, substituiu o Decreto nº 98.816/90, garantindo maior flexibilização para registro de agrotóxicos. A Instrução Normativa Interministerial 49 estabeleceu os novos critérios que deveriam ser seguidos para a concessão do registro. As duas normas simplificaram todo o processo de licenças, reduzindo assim seus custos de produção. A partir desse marco histórico, o uso desses produtos acelerou no país. Segundo dados do IBGE, o aumento nos usos entre os anos de 2002 e 2012 foi de 155%.

A política governamental não apenas estimulou o uso de agrotóxicos, como também incentivou os agricultores e familiares a abandonar a semente tradicional, que há anos eles mesmos selecionavam e plantavam, pela semente híbrida – preconizada como mais produtiva. Em pouco tempo, os agricultores substituíram suas sementes adaptadas ao meio de cultivo por sementes melhoradas que nem sempre estavam adaptadas à realidade sociocultural do produtor, e essas sementes, para expressar suas

produtividades, exigiam o uso crescente de insumos o que foi levando o agricultor a uma dependência de insumos e sementes (MATA; FERREIRA, 2013 apud VENÂNCIO, 2016, p. 08).

O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), implantado pela Resolução RDC nº 119, em 2003, ficou com o compromisso de averiguar continuamente os níveis de resíduos de agrotóxicos presentes nos alimentos. O Decreto 5.630/05, do ano de 2005, isenta os agrotóxicos classificados na posição 38.08 na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) da cobrança de PIS/ PASEP. Produtos feitos com essas substâncias também estariam isentos.

Em 2006, o Decreto 5.981 deixou o registro de agrotóxicos ainda mais simples, dando nova leitura e anezando dispositivos ao Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002. O Decreto nº 6.000/08 isentava a cobrança de IPI agrotóxicos fabricados a partir de lista com dezenas de princípios ativos por completo, facilitando o consumo. Atualmente, como nunca antes na história, há um forte dissenso sobre agrotóxicos no Brasil. Os motivos e a questão será tratada mais a fundo no próximo subtítulo.

2.2 Problemáticas e Polêmicas Contemporâneas: Lei dos Agrotóxicos, Questões de Nomenclatura e “PL do Veneno”

Ao longo de toda a trajetória exposta, surgiram fortes debates sobre a legislação que regula o uso de agrotóxicos no Brasil. Após a aprovação do Projeto da Lei dos Agrotóxicos, em Comissão Especial da Câmara dos Deputados em Brasília, as partes envolvidas no conflito (ruralistas, médicos, ambientalistas, agricultores, empresas de agroquímicos etc.) ficaram ainda mais polarizadas. No entendimento deste trabalho, não se atribuiu a nenhuma classe profissional ou empresarial, de forma generalizada e etiquetada, uma “bandeira política”. Inclusive, as exceções dessas classes podem ser usadas para defesa de uma ideia, justamente por fazer parte de uma minoria. Sobre isso, mais detalhes em outro momento.

O Projeto de Lei nº 6.299, escrito pelo Ministro da Agricultura do governo Michel Temer, Blairo Maggi, foi aprovado em junho de 2018. O texto foi elaborado em 2002 e, com base em alterações na Lei nº 7.802, de 1989, tem como objetivo flexibilizar o sistema de registro de agrotóxicos e seus derivados no país. Ele alega que as mudanças são necessárias porque as atuais regulamentações não atendem às necessidades do setor, e que “agro” traz a ideia de que esses produtos só são utilizados no meio rural. De acordo com Maggi, todos os princípios ativos similares, em termos físicos, químicos e toxicológicos, seriam registrados em

um único órgão: o Ministério da Agricultura. Além disso, o texto permite à União o direito de legislar sobre destruição de embalagem do defensivo agrícola.

Antes dessa aprovação, outros projetos foram apresentados, entre eles: PL nº 2.495, de 2000; PL nº 2.495, de 2000; PL nº 5.852, de 2001; PL nº 5.884, de 2005; e PL nº 6.189, de 2005. A PL teve diversas propostas similares enviadas ao Congresso. Mas somente no dia 25 de junho de 2018 a Comissão Especial da Câmara aprovou o Projeto, por 18 votos a 9. O texto foi modificado e apresentado pelo Deputado Luiz Nishimori (PR-PR), novo relator. Em abril de 2020, o Projeto tramitou na Câmara em situação PLEN (Pronta para Pauta no Plenário), ou seja, significa que já recebeu parecer de todas as comissões que o Presidente da Câmara dos Deputados solicitou. Observa-se, a seguir, algumas imagens e partes da matéria oficial sobre o dia da aprovação:

Figura 4: Relator Luiz Nishimori na votação do Projeto de Lei nº 6.299/02



Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/541040-comissao-especial-aprova-parecer-que-muda-legislacao-brasileira-sobre-agrotoxicos/>. Acesso em: maio 2021.

A comissão especial que analisa a proposta de mudanças na legislação brasileira sobre agrotóxicos aprovou nesta segunda-feira (25) o parecer do relator, deputado Luiz Nishimori (PR-PR). Foram 18 votos a favor e 9 contrários ao texto principal. A análise dos destaques apresentados manteve inalterado o parecer, que deve seguir agora para o Plenário da Câmara dos Deputados.

O relator apresentou substitutivo ao Projeto de Lei 6299/02 e 29 apensados. O relatório rechaça a palavra agrotóxicos, adota o termo pesticida e prevê que esses produtos possam ser liberados pelo Ministério da Agricultura mesmo se outros órgãos reguladores, como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), não tiverem concluído análises

sobre os eventuais riscos.(...)

Os parlamentares contrários à matéria tentaram impedir a votação por meio de recursos regimentais. A maioria favorável ao substitutivo, por outro lado, valeu-se de mecanismos semelhantes e conseguiu acelerar a análise do texto, inclusive abrindo mão, em alguns momentos, da oportunidade de discursar durante a reunião e defender o substitutivo.

A minoria reclamou ainda que a comissão especial ignorou estudos científicos contrários ao uso de pesticidas e até mesmo o alerta da Organização das Nações Unidas com críticas às modificações na legislação brasileira. (...)”²

Não interessa a essa pesquisa fazer uma análise da notícia exposta. Fez-se apenas a contextualização do momento exato em que a polêmica se espalhou. A partir desse acontecimento, vários textos, notícias e movimentos surgiram. O Deputado Luiz Nishimori propôs 14 justificativas para a alteração da Lei nº 7.802, de 1989. Ele expõe seu entendimento de que alguns pontos da antiga legislação não acompanham as atuais necessidades desse negócio. O principal ponto do Projeto é a defesa de uma proposta menos rígida para o registro desses produtos, modificando a expressa proibição de:

[...] agrotóxicos para os quais o Brasil não possui métodos para desativação de seus componentes ou para os quais não haja antídoto ou tratamento eficaz no Brasil; além disso, proíbe aqueles que revelem características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas, que provoquem distúrbios hormonais, danos ao aparelho reprodutor, e se revelem mais perigosos para o homem do que os testes de laboratório, com animais, tenham podido demonstrar, e cujas características causem danos ao meio ambiente (BARONAS, 2019, p. 66).

Outro fator importante das linhas desse Projeto é a proposta de alteração da designação de “agrotóxicos” para “pesticida”. Apoiadores argumentam que o nome é depreciativo, e não é usado em outros lugares do mundo, somente no Brasil. Esse é um ponto que muito interessa a esta pesquisa, dedicando boa parte de nossas análises para compreender tudo que envolve tal mudança, como a inegável memória discursiva construída sobre o primeiro termo, emoções ligadas a ele, e uma sutil tentativa de apagamento histórico.

O que um nome designa é construído simbolicamente. Esta construção se dá porque a linguagem funciona por estar exposta ao real enquanto construído materialmente pela história. O que uma expressão designa não é assim nem um modo de apresentação do objeto, nem uma significação reduzida a um valor no interior de um sistema simbólico. Designar é constituir significação

² MACHADO, Ralph. **Comissão especial aprova parecer que muda legislação brasileira sobre agrotóxicos.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/541040-comissao-especial-aprova-parecer-que-muda-legislacao-brasileira-sobre-agrotoxicos/>. Acesso em: maio 2021.

como uma apreensão do real, que significa linguagem na medida em que o dizer identifica este real para os sujeitos (GUIMARAES, 2005 p. 91).

A questão da mudança de nomenclatura foi debatida com pouca profundidade pela mídia. De acordo com Baronas (2019, p. 86), embora os *mídiuns* que circularam tenham trazido muitas informações sobre a polêmica para sociedade brasileira, “[...] houve uma clara negligência por parte desses *mídiuns*, especialmente no tocante à discussão mais aprofundada sobre um dos pontos mais importantes da proposta, que é justamente a mudança de designação de agrotóxico para pesticida”. Poucas notícias que fazem parte do *corpus* desta pesquisa falam sobre a proposta de alteração dos nomes e, mesmo quando citam, é de forma rápida, sem maiores explicações. Nós, analistas do discurso, sabemos que o deixar de dizer também diz.

No mesmo cenário em que tramita o Projeto de Alteração da Lei PL nº 6.299/2002, escrito e apoiado por aqueles que acreditam na necessidade dessas mudanças, há um grupo que antagoniza fortemente às novas propostas, e até mesmo às antigas. De acordo com a Agência Câmara de Notícias, do Ibama e da Anvisa, o Ministério da Saúde e o Instituto Nacional do Câncer (Inca) apresentaram críticas ao texto.

Figura 5: Lei dos Agrotóxicos - entenda a polêmica da "PL do Veneno"



Fonte: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/lei-dos-agrotoxicos-entenda-a-polemica-da-pl-do-veneno.htm>. Acesso em: jul. 2020.

O Projeto ganhou um nome popular por parte do grupo antagônico: PL do Veneno.

Esse grupo alega irresponsabilidade das autoridades competentes na aprovação do texto, porque estariam ignorando pesquisas científicas que apontam os malefícios dos produtos para a saúde, e até mesmo recomendações da Organização das Nações Unidas. Os agrotóxicos são apontados como causadores de problemas graves de saúde pública, como câncer, má formação fetal, mutações genéticas, entre outros. Desde as primeiras Leis de incentivo ao uso dos insumos, começaram a surgir movimentos contrários, como o dos orgânicos, por exemplo. O movimento dos orgânicos ganhou força durante a apelidada “Revolução Verde Verde”, por se posicionar contra alimentos transgênicos. Seguem algumas imagens que circularam após a aprovação da PL.

Figura 6: Chamada para manifestação contra a “PL do Veneno”



Fonte: <https://contraosagrototoxicos.org/o-pl-6-299-2002-tambem-conhecido-como-pl-do-veneno-traz-serias-e-perigosas-flexibilizacoes-no/>. Acesso em: maio 2021.

Na Figura 6, há a indicação de uma data de protesto desse grupo (“03/12 Dia Internacional de Luta contra os Agrotóxicos”), que faz referência a um acontecimento histórico ocorrido na Índia, em 1984. Trata-se de uma tragédia, em que cerca de 10 mil pessoas morreram devido a um vazamento de agrotóxico. O que chama a atenção é a cenografia. De acordo com Maingueneau (2004, p. 87), essa “[...] é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra”, ou seja, diferencia um gênero de seus traços comuns ao mesmo gênero. As figuras de alerta de risco de morte, com caveiras e cores escuras, não são habitualmente ligadas às figuras alimentícias, ou às cenas de refeições. É possível observar a figura do prato, simbolizando o momento da refeição. Porém, há uma caveira substituindo a comida, indicando uma associação com a morte.

Figura 7: QUEREM TE ENVENENAR (ainda mais) – Entenda a PL do Veneno



Fonte: <https://conafar.org.br/2018/07/11/querem-te-envenenar-ainda-mais-entenda-a-pl-do-veneno/>. Acesso em: maio 2021

Na Figura 7, observa-se uma ilustração de protesto, com a frase “Diga não ao PL do Veneno”, utilizando cores fortes e alegres, semelhantes às usadas em publicidades de hortifrútis. A diferença é a “brincadeira” em tom depreciativo com o embate das cenas, em que o ilustrador derrama pigmentos pretos no “rosto” (quase sempre alegre) dos alimentos, dando ares fantasmagóricos. As duas imagens despertam no expectador uma associação imediata, por meio da rede semântica que constrói a memória discursiva do PL com a morte, o perigo e as coisas que causam medo e terror. Essas pequenas análises de imagens ilustram o cenário desse embate. Com base na exposição dos argumentos dos contrários à proposta, que

acarretaram até em menções de repúdio, fica evidente o profundo descontentamento dessas pessoas com a aprovação do Projeto, acirrando o campo da polêmica no espaço público.

2.3 Justificativa da Escolha do *Corpus*

O tema de pesquisa foi escolhido não somente pela relevância linguística, mas também pela importância social. Quando se fala sobre agrotóxicos, abre-se um amplo leque de questões relacionadas a eles, como saúde pública, fome, produção de alimento, condições de trabalho e economia. Trata-se de um assunto do interesse de toda a sociedade, que conta com vozes de diferentes profissionais, como médicos, trabalhadores do campo, engenheiros agrônomos, ambientalistas, jornalistas, nutricionistas, além de nós, analistas do discurso. Seguem duas colocações encontradas em pesquisas acadêmicas distintas, que trazem algumas das problemáticas citadas:

Além dos impactos já demonstrados no meio ambiente, são diversos os casos de intoxicações e outros agravos à saúde humana demonstrados em estudos científicos. Um estudo realizado por Teixeira *et al.* constatou que, no período de 1999 a 2009, foram registrados quase 10 mil casos de intoxicação por agrotóxicos no Nordeste do Brasil, e que o estado de Pernambuco foi o mais acometido. Nesse estado, entre os anos de 2007 a 2010, foram identificados 549 casos de intoxicações. São 2.052 óbitos por intoxicação por agrotóxicos no período de 2000 a 2009, e, somente no ano de 2005, foram mais de 1.200 casos de intoxicações no Nordeste brasileiro (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018, p. 524).

Embora o maior consumo de agrotóxicos ocorra nos países desenvolvidos, grande parte de envenenamentos e mortes causados por agrotóxicos ocorre nos países em desenvolvimento, sendo preocupantes os quadros de contaminação humana e ambiental observados no Brasil. Acredita-se que essa realidade possa estar associada à utilização desses produtos em excesso, à ocorrência de inadequados padrões ocupacionais e de segurança, ao desconhecimento dos riscos associados a sua utilização e consequente ineficiente uso de equipamentos de proteção individual, a elevados níveis de analfabetismo, à regulamentação e rotulagem insuficientes, a inadequadas ou inexistentes infra-estruturas para lavagem dos utensílios, ao manuseio inadequado dos resíduos e das embalagens, ao aproveitamento dos recipientes para armazenar alimentos e água, bem como à grande pressão comercial por parte das empresas distribuidoras e produtoras (CASSAL, 2014, p. 441).

Os fatores negativos que o uso dos produtos traz para a saúde humana e ambiental são encontrados nos dois recortes acadêmicos; todavia, com nuances distintas. No primeiro trabalho, os autores trazem dados científicos de pesquisas anteriores para argumentar sobre os malefícios dos agrotóxicos, alegando que podem causar graves intoxicações que acarretam,

muitas vezes, em óbitos. O segundo recorte também trata de problemas relacionados aos insumos, como envenenamentos e mortes, mas não atribui a culpa ao produto em si, mas a um possível mau uso. É citado que o analfabetismo dos trabalhadores rurais pode ser a causa dessas intoxicações, pois não conseguem seguir as instruções de uso contidas nas etiquetas, bem como a má formulação de instruções de uso nos manuais. Somente com base nessa pequena análise é possível ver a gama de profissionais que podem ser envolvidos na questão e reforça a relevância do tema escolhido para a sociedade.

Não será colocado nenhum grupo, de forma generalizada, como de heróis ou de vilões da causa, por não termos baluarte para sustentar esse pressuposto. Por exemplo, não se dirá neste trabalho que médicos são contra o uso de agrotóxicos e ruralistas totalmente a favor, ainda que em sua maioria sejam. Além disso, quando uma classe é vista como defensora de uma das partes polarizadas, podem usar o discurso de alguém pertencente a essa classe para validar argumentações contrárias. É a noção de fiador (MAINGUENEAU, 2004). Se a sociedade vê médicos como pessoas que combatem agrotóxicos, defensores de seu uso podem trazer a voz de algum médico que seja favorável aos usos dos produtos, trazendo uma credibilidade maior ao que é dito. Desse modo, optou-se por analisar os dados expostos, somente, sem fazer rotulações.

No referente à relevância para o campo de estudos da linguagem, especificamente para a Análise do Discurso, esta pesquisa traz um diferencial: a contemporaneidade. O cenário contemporâneo tange à mobilização bibliográfica, ao tema escolhido e à forma de coleta do *corpus*. Serão utilizadas especialmente autoras que fizeram recentes contribuições para os estudos discursivos, como Ruth Amossy (2017), acerca do caráter argumentativo do discurso polêmico, e Marie-Anne Paveau (2015), sobre com o conceito de amemória discursiva.

Sobre o tema escolhido, ademais os argumentos da relevância social, o momento do acontecimento também influenciou a escolha. O contexto histórico está sendo marcado por uma Lei que ainda está em tramitação e, conseqüentemente, no culminar do confronto de ideias no espaço público. Foi utilizada a ferramenta do Google chamada *Google Trends*, que traz dados quantitativos sobre as buscas mais populares através da inserção de palavras-chave, para melhor ilustrar sobre o aumento significativo dessa polêmica na linha histórica dos agrotóxicos. Ela permite verificar a quantidade de vezes que uma palavra ou expressão foram pesquisadas em determinado período de tempo, em qualquer região do Brasil ou do mundo, por meio de gráficos. Há a opção de selecionar o tempo de busca, como demonstra a figura a seguir:

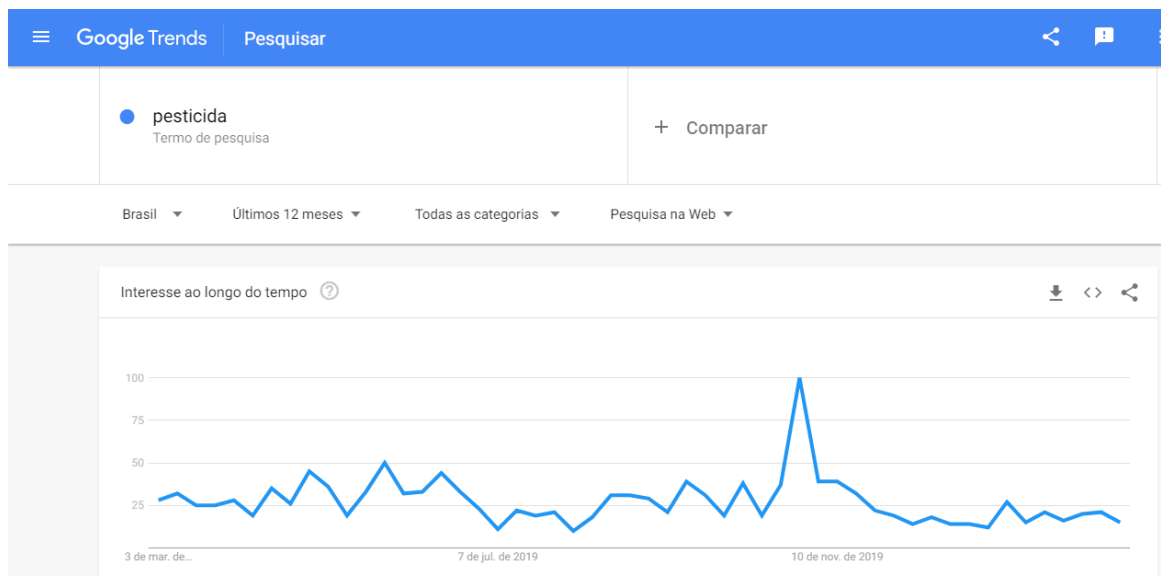
Figura 8: *Google Trends*: possibilidades de busca na linha do tempo



Fonte: *Google Trends*

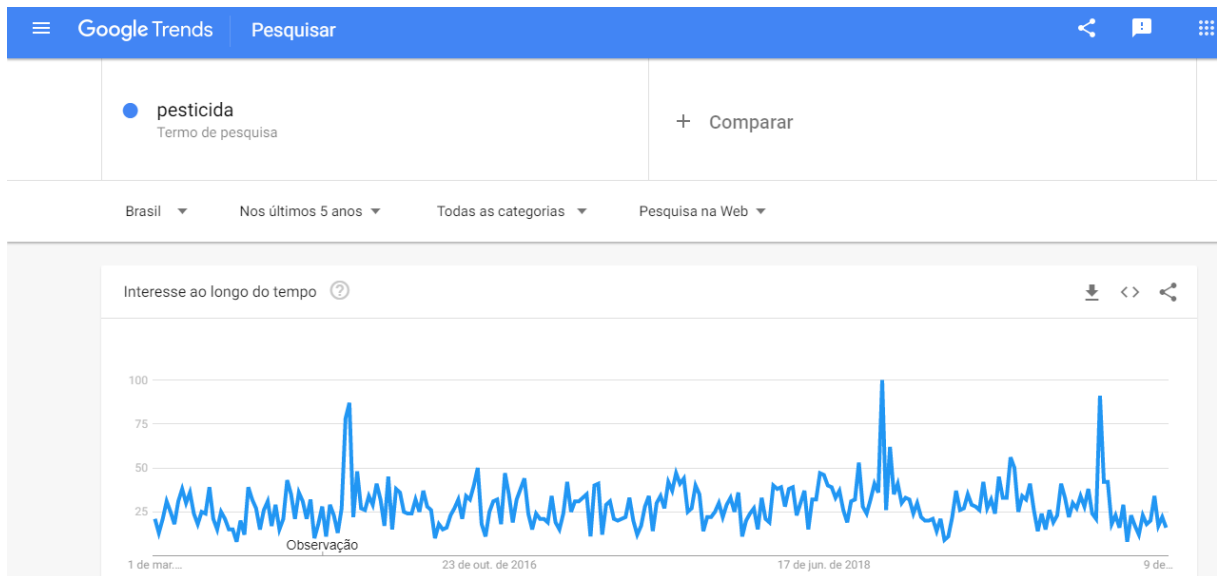
Foi realizada uma busca utilizando a palavra “agrotóxico” para os últimos 12 meses e também para os últimos cinco anos. Conjuntamente, pesquisou-se palavras relacionadas, de acordo com a mesma seleção de período, que são: “pesticida” e “defensivos agrícolas”. A ferramenta também indica quais foram os Estados do Brasil em que a expressão foi mais pesquisada, ajudando a compreender o que estava acontecendo no contexto do Brasil durante os períodos de “picos” de buscas. Eis os gráficos coletados no dia 01 de março de 2020:

Figura 9: “Pesticida” nos últimos doze meses



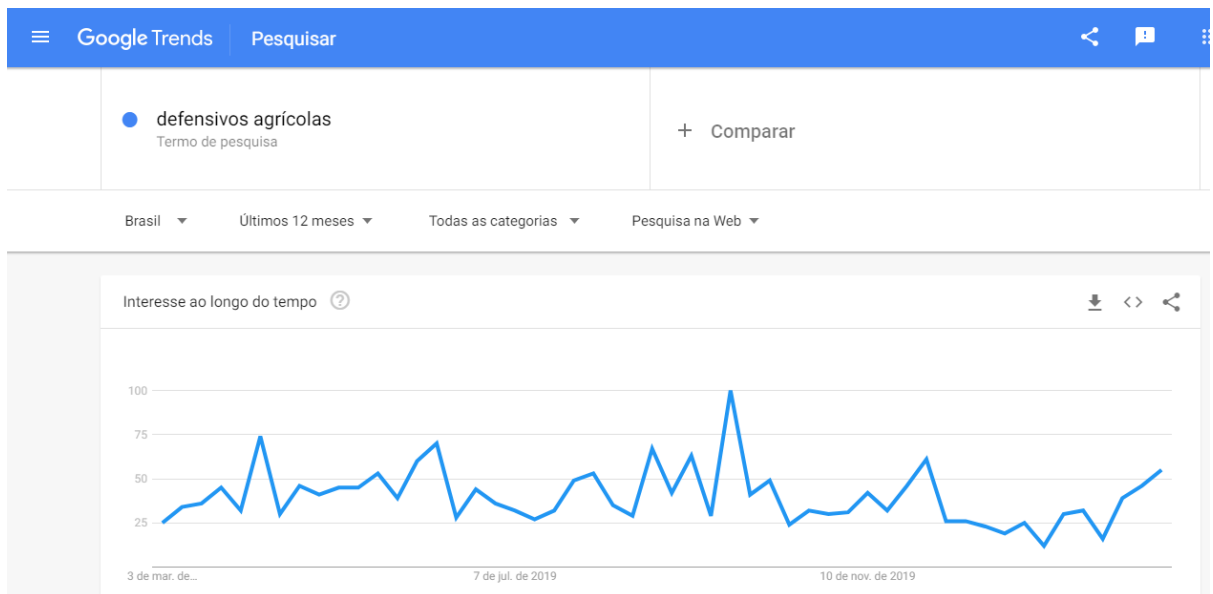
Fonte: *Google Trends*

Figura 10: “Pesticida” nos últimos cinco anos



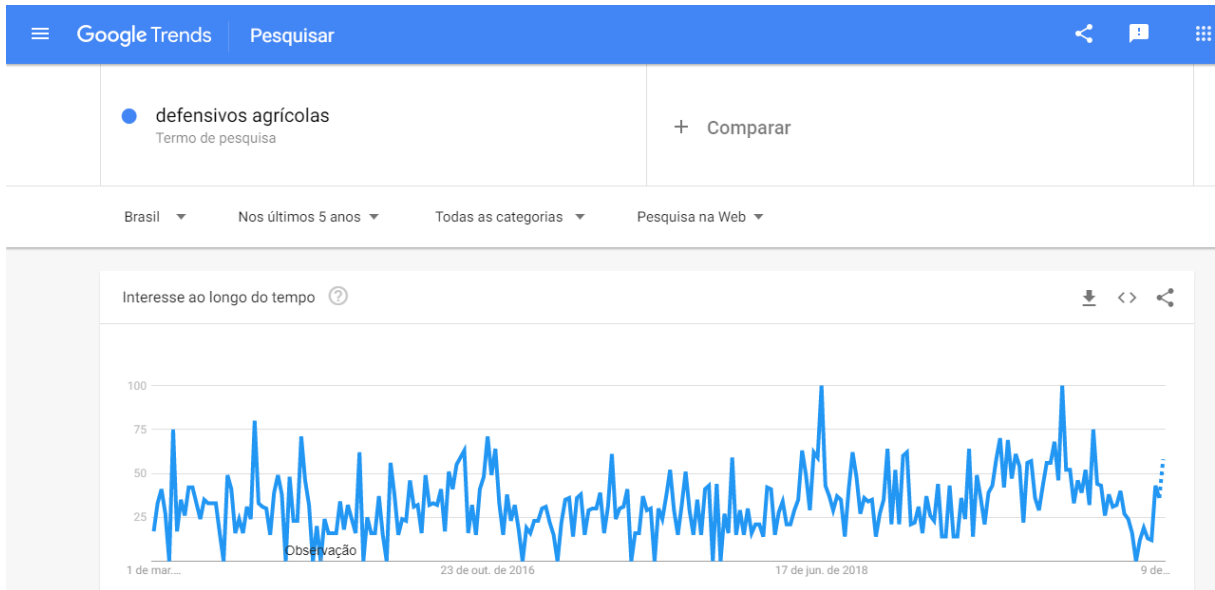
Fonte: Google Trends

Figura 11: “Defensivos agrícolas” nos últimos doze meses



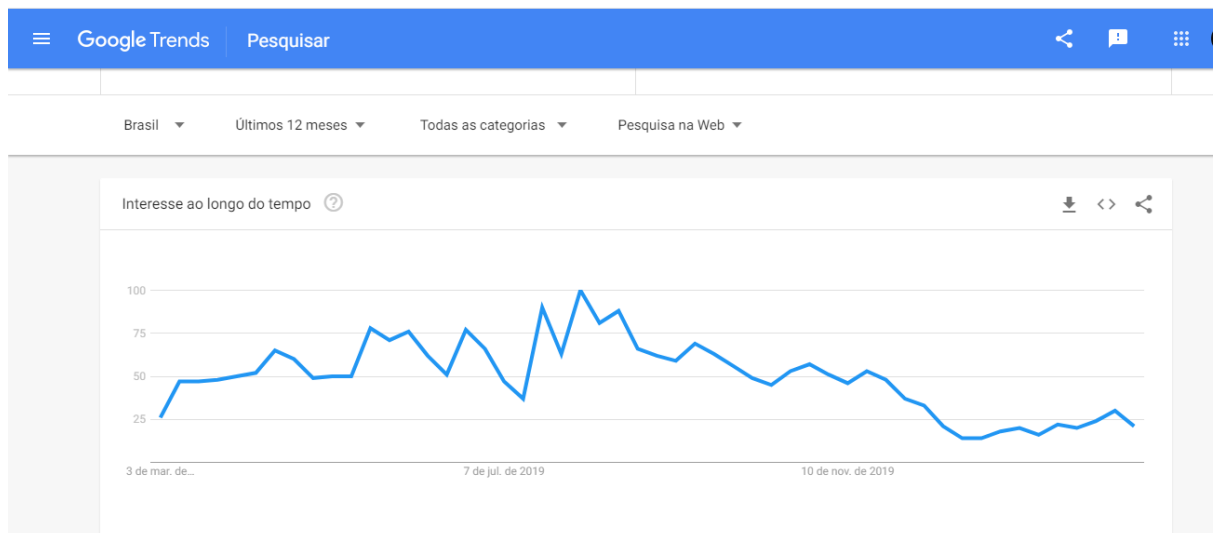
Fonte: Google Trends

Figura 12: “Defensivos agrícolas” nos últimos cinco anos



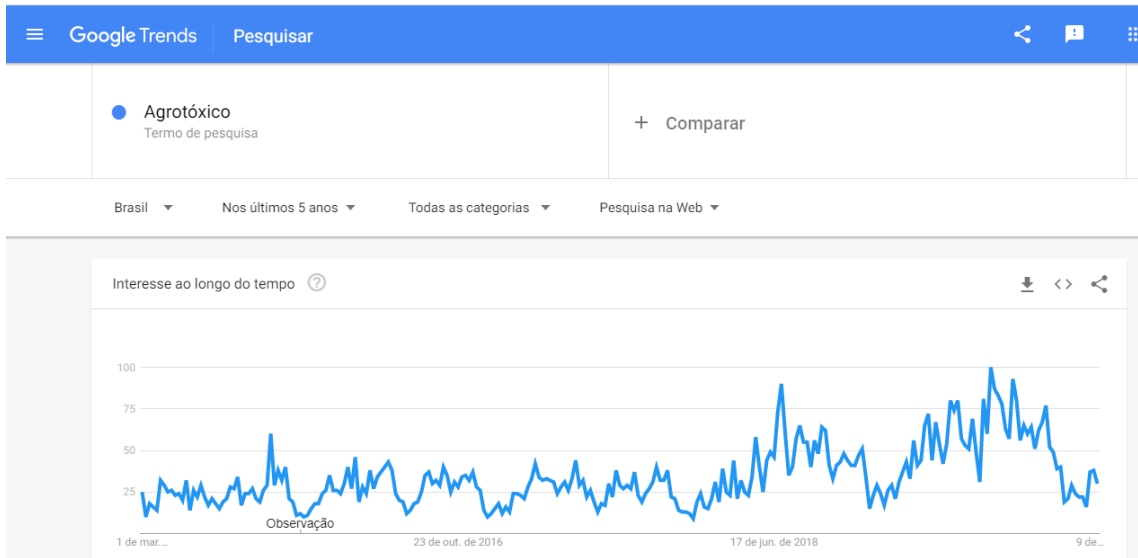
Fonte: Google Trends

Figura 13: “Agrotóxico” nos últimos doze meses



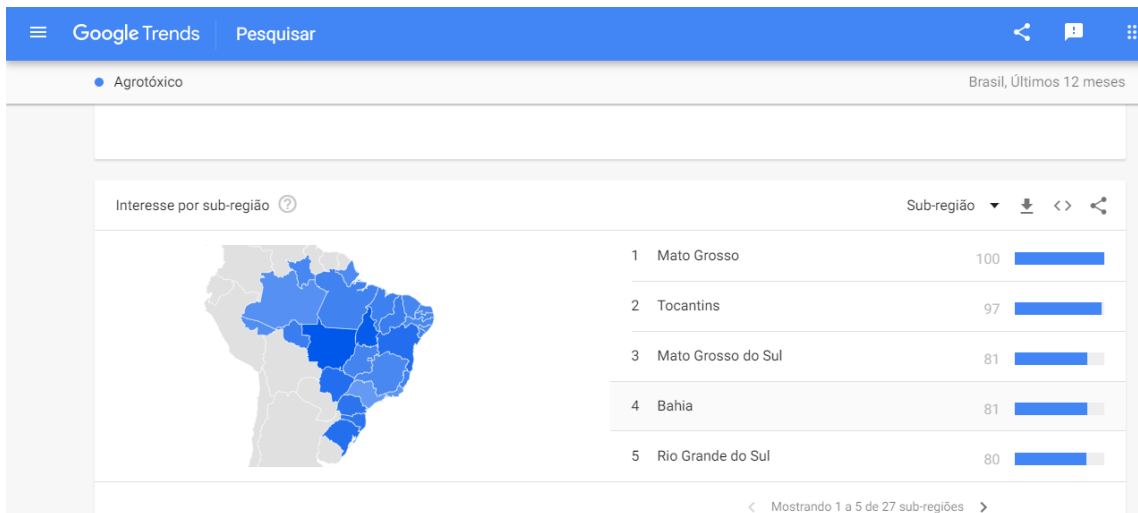
Fonte: Google Trends

Figura 14: “Agrotóxico” nos últimos cinco anos



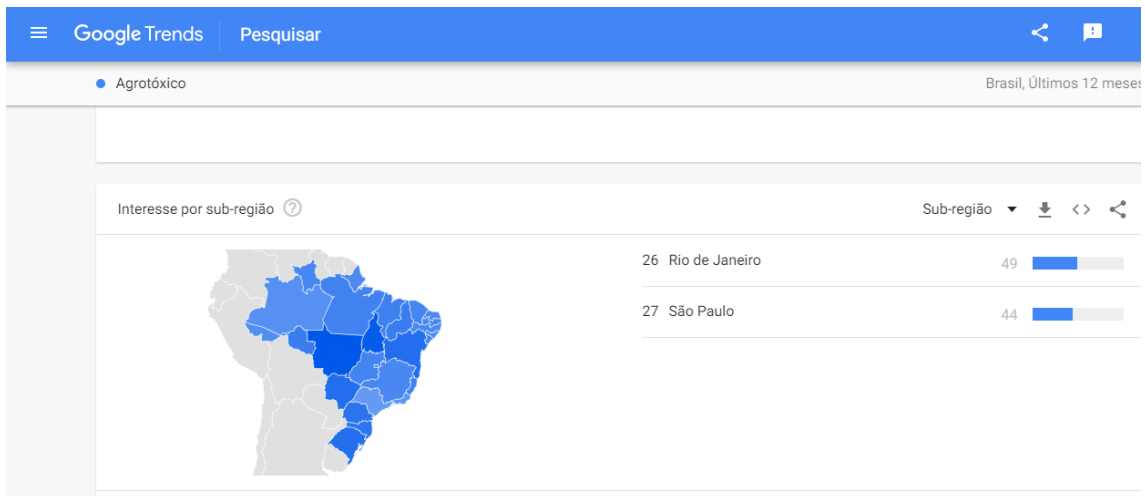
Fonte: Google Trends

Figura 15: Estado com maior número de buscas para “Agrotóxico”



Fonte: Google Trends

Figura 16: Estado com menor número de buscas



Fonte: Google Trends

Com relação aos gráficos, pode-se analisar que as buscas pelas três expressões analisadas aumentaram consideravelmente nos últimos cinco anos, após a aprovação do Projeto de Lei. Observou-se ainda que, nos últimos doze meses, “pesticida” e “defensivos agrícolas” tiveram um pico de buscas no fim de 2019, enquanto que “agrotóxico” apresentou uma queda no mesmo período. Os dados fazem refletir sobre a existência de um possível apagamento entrando em prática. Apagamento seria uma tentativa de camuflar um termo que passa uma ideia negativa, devido à formação histórica da palavra. Outro ponto interessante é o fato de muitas mídias, além de dados do IBGE (2010), apontarem o estado de São Paulo como o “maior consumidor” de agrotóxicos do país. No entanto, de acordo com os gráficos, São Paulo é o estado que menos busca pelo termo. O aumento das curvas nos últimos dois anos evidencia que o assunto está atualmente “na boca do povo”.

O *corpus* é composto por 46 notícias artigos sobre agrotóxicos retirados de *sites*. Realizou-se um recorte entre os anos de 2015 até o fim de 2019 (data da coleta final do material). A maioria dos materiais, naturalmente, é dos anos de 2018 e 2019, após a polêmica das alterações na Lei dos Agrotóxicos. Compreendeu-se que uma polêmica não surge no momento do acontecimento: ela decorre de uma série de acontecimentos que precedem aquele período. Recorreu-se à escolha de um *corpus* bastante heterogêneo, com o objetivo de reunir diversas vozes. São notícias retiradas de vários *sites*, com viés ideológicos distintos, pois essa forma de seleção parece se mostrar mais se adequada aos objetivos desta pesquisa.

Optou-se por buscar somente notícias de *sites* que possuem páginas no Facebook. Esse é outro fator que situa esta pesquisa em um contexto contemporâneo. As redes sociais trouxeram uma forma peculiar de espalhar notícias. Reputações são “enterradas”, pessoas

desconhecidas se tornam famosas em segundos, causas ganham ou perdem força de maneira efêmera e dinâmica. Se por um lado essa tecnologia facilitou o acesso de mais pessoas à informação, por outro também facilitou a propagação das famosas *fake news*, como se fosse uma “via de mão dupla”. A escolha pelo Facebook foi feita por se tratar de um espaço em que a sessão de comentários e de compartilhamentos é mais ativa e dinâmica, e os usuários nem precisam abrir a notícia completa para opinar. A plataforma também fornece seis botões de reações, através dos quais a pessoa pode manifestar a emoção que sentiu ao ler, são eles: raiva, tristeza, riso, amor, surpresa ou curtida. As reações, somadas aos comentários em destaque, permitem uma visão mais ampla do impacto dos destacamentos na opinião pública.

Nas sessões de comentários, encontram-se formações discursivas opostas em debate, além da exposição dos implícitos que a mídia tenta colocar sem se comprometer. A pesquisadora Amossy (2017) fala sobre a interação nos fóruns de discussão, cenário parecido com os comentários de Facebook. Segundo a autora, os fóruns de discussão reúnem pessoas de pensamentos totalmente estranhos. Eles podem unir desconhecidos por ódios ou amores em comum, criando grupos de ataque a opositores e ajudando a fortalecer ou enfraquecer uma “verdade” construída pela mídia.

Figura 17: Agricultura libera mais agrotóxicos



Fonte: https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/12/27/agricultura-libera-o-registro-de-mais-36-agrotoxicos-genericos.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=uol&utm_content=geral&fbclid=IwAR0YnPWbNn29ZsjsiotUkAIN14kxBljycYpqR2KrmizI8UiXUWDKSg6V68. Acesso em: maio 2021.

O primeiro critério de seleção foi o alto número de curtidas em páginas, o que indica que possuem um maior alcance, e também o fato de possuírem o selo de verificação do Facebook. A verificação garante a autenticidade do conteúdo publicado, ou seja, que não se trata de uma página *fake* usando o nome de uma instituição ou empresa. Porém, conforme os avanços da coleta, compreendeu-se que esses critérios são limitadores e excluiriam conteúdos mais polarizados, como, por exemplo, a “Brasil de Fato” e a “Agradeça aos Agrotóxicos por estar vivo”. Essas páginas não possuem selo porque a rede social só libera a verificação se a página obtiver determinado número de curtidas. Desse modo, foram incluídos nos procedimentos de busca algumas páginas não verificadas, mas que representam um grupo real.

Utilizou-se a ferramenta de busca da própria página, com a palavra “agrotóxico”, ou sua forma plural, para selecionar o material linguístico. É importante explicar que não se farão análises de postagens, nem de compartilhamentos com diferentes enquadramentos (MAINGUENEAU, 2014), muito menos das sessões de comentários. Esse seria outro trabalho, muito mais amplo, ficando como sugestão para futuros pesquisadores. Interessa a essa pesquisa analisar fragmentos de notícias que compõem o *corpus* escolhido. Como se trata de uma plataforma de livre acesso, isto é, mesmo pessoas que não possuem cadastro na rede podem visualizá-la, entend-se que não são necessários pedidos de autorização para coleta de dados das páginas. Esses cuidados foram tomados com base nas recomendações do Conselho de Ética e Pesquisa da UFSCar (CEP).

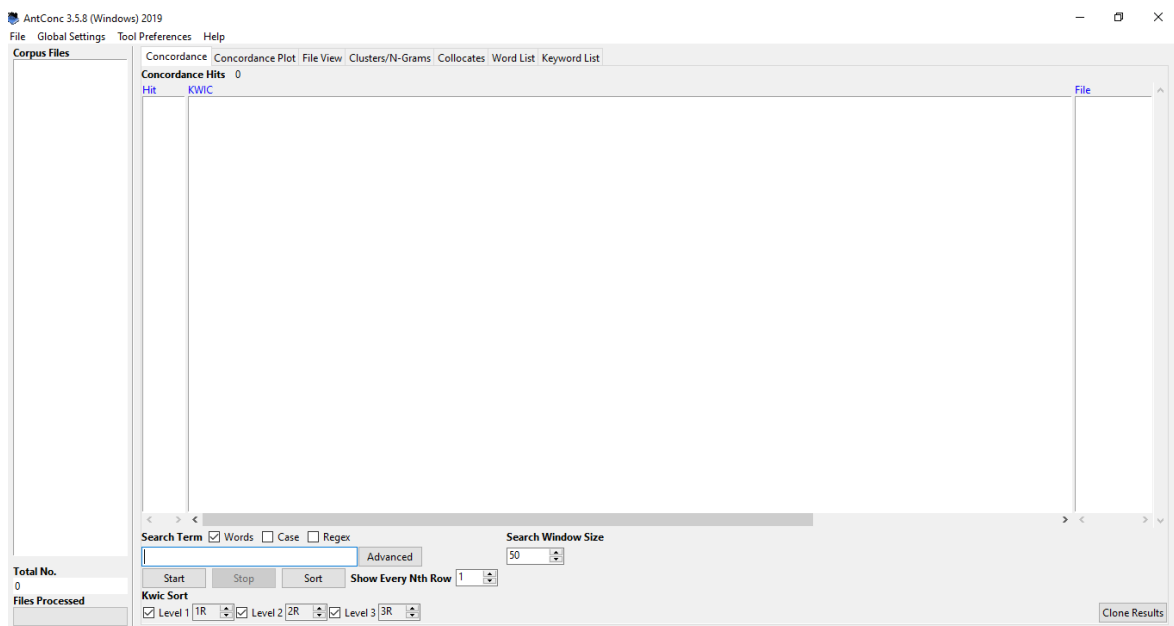
Este trabalho levantará dados que contribuirão para futuras pesquisas, considerando o cenário atual que está sendo mobilizado. As Ciências Humanas devem ganhar espaços interpretando fenômenos históricos e ambientais que afetam diretamente a sociedade. É um contexto desafiador, mas igualmente muito intrigante, de modo a avançar tanto nos estudos linguísticos quanto nos estudos sociais.

2.4 Metodologia

A pesquisa tem caráter qualitativo e objetivo descritivo e exploratório. Estudos exploratórios buscam analisar campos que foram pouco explorados, como é o caso desta pesquisa. Há um cenário bastante contemporâneo, tanto nas teorias quanto no objeto analisado (a polêmica sobre a Lei dos Agrotóxicos), o qual pode inclusive levantar outras questões para futuros pesquisadores. As análises descritivas procuram descrever tudo que envolve o problema levantado, bem como o próprio objeto.

A princípio, o trabalho seria apenas qualitativo, ou seja, feito totalmente “a mão”. Todavia, como a coleta do material acarretou num *corpus* maior do que o previsto, concluiu-se que uma ferramenta de tratamento de textos, que traga dados quantitativos, também poderia ser de interesse, até mesmo para auxiliar nas próprias análises qualitativas, tornando-as mais satisfatórias.

Figura 18: *Logiciel AntConc*: página inicial



Fonte: *Logiciel AntConc*

Existe um programa chamado *Logiciel AntConc*, que é gratuito para *download* e de fácil manuseio. A escolha por esse processador foi feita exatamente com base nessas qualidades. Por se tratar de um *software* gratuito, ele se torna mais acessível e, considerando o fato de que ele não se popularizou entre pesquisadores brasileiros, sua utilização serve para fins de divulgação. Além disso, o funcionamento do *Logiciel* é bem simples de compreender, apesar de não possuir tradução para o português, facilitando o trabalho dos pesquisadores. Ele fornece dados lexicais interessantes, como em quais contextos determinadas palavras aparecem e quais são as palavras associadas a eles no contexto sociopolítico entre os anos de 2016 a 2020. Como já dito, observou-se que, além das palavras “agrotóxicos” e “pesticidas”, outros termos são usados para fazer referência a esse tipo de produto. Utilizando o *AntConc*, fez-se um levantamento não apenas da palavra agrotóxico, mas de todas as outras que são implicadas nesses contextos.

Dessa maneira, o trabalho propõe uma metodologia mesclada, que analisa dados

lexicais fornecidos por *software* juntamente com uma análise qualitativa sobre os dados. Segundo Moirand (2018, p. 02):

Se o trabalho em “pequenos *corpora*” continua apesar das facilidades oferecidas pelo *software* de digitalização e processamento de dados atual para coletar e processar “grandes *corpora*”, é porque eles permitem descrever formas discursivas, raras ou não ainda estabilizadas, para refletir sobre os conceitos e noções envolvidos nessa análise.

Apesar dos *softwares* trazerem grande agilidade nos processos analíticos dos estudos da linguagem, no caso desta pesquisa, não seria suficiente para resultados mais satisfatórios e abrangentes. Desse modo, a noção de análise de pequenos *corpora*, apresentada por Moirand, é de grande ajuda para os objetivos traçados para esse estudo. Em seu artigo chamado “A contribuição de pequenos corpos para a compreensão dos eventos atuais”, a autora apresenta um estudo sobre um pequeno grupo de notícias (5.000 a 30.000 palavras), propondo uma coleta no momento em que determinados eventos surgem, uma nova forma de compreender a atualidade. A mídia, no entanto, tem que lidar com o caráter efêmero dos acontecimentos ao noticiá-los.

Moirand (2018), considerando os tempos em que vivemos (era da *internet* e divulgação de notícias por redes sociais), propõe “[...] capturar o momento em que a linguagem verbal nos permite passar de ‘de um estado virtual para um estado real’ para o que é ‘gravado’, ‘atualizado’” (MOIRAND, 2018, p. 02). Para realizar tal ato, a autora move um pequeno *corpus* sobre a crise migratória na Europa (2015-2016), noticiada por meios midiáticos franceses para exemplificar seu método de estudar a onda contemporânea de divulgação de informações. Uma análise foi feita em torno das palavras “migrante” e “refugiados”, buscando compreender o perfil semântico dessas palavras na imprensa francesa. O percurso adotado por Moirand foi:

[...] observando os cotextos (sintáticos, semânticos, enunciativos, semióticos) de “migrantes” e “refugiados” no jornal diário nacional da França; levando em consideração contextos contíguos, mas também palavras associadas em cotextos mais ou menos “distantes” (na sentença ou parágrafo, em títulos, legendas, intertítulos e textos, entre textos e legendas fotos, fotos ou desenhos de imprensa); finalmente relacionando-os com os contextos do discurso e apelando ao trabalho nas ciências humanas e sociais (que não discutiremos aqui), depois de acumularmos os dados de diferentes pequenos *corpora* ao longo do evento “crise de migrantes na União Européia” ao tratar textos informativos (os que são levados em consideração aqui) de maneira diferente dos textos de análise ou comentário nos quais os pesquisadores de humanidades frequentemente intervêm (MOIRAND, 2018, p. 06).

Em suma, a autora conclui que há uma inserção linguística de “medo do outro” (imigrantes e refugiados) nos discursos da mídia francesa, veiculada não apenas pela palavra “medo”, mas também por seus muitos “sinônimos”, como “[...] ansiedade, medo, pavor, terror, pânico e assustar, entrar em pânico, aterrorizar” (MOIRAND, 2018, p. 10). O medo é sempre colocado sobre o outro.

Para nós, o mais interessante no estudo apresentado por Moirand (2018) é a possibilidade de trabalhar com um *corpus* menor. Segundo a autora (2018, p. 18), “[...] não é a frequência de formulações e associações nos discursos institucionais, da mídia e da política que conta, mas mais o estado de uma sociedade em mudança da qual eles relatam e as relações com a história que elas revelam”. Em vista disto, trabalhar com “pequenos *corpora*” permite olhar detalhes jamais capturados por programas de computador. Isso também possibilita uma compreensão exata da história, considerando a forma como os atores sociais tratam e são tratados durante mudanças sociais e que, conseqüentemente, externam-se em formas linguísticas analisáveis. Há potencial para identificar e descrever datas históricas, reconhecer emoções e identificar construções semânticas associadas à palavra “agrotóxico”.

Definiu-se, por fim, não analisar notícias inteiras, na íntegra, dando preferência a recortes menores. Não significa que, necessariamente, serão feitos recortes tão sucintos como os feitos pelo autor acima; porém, suas contribuições deram um novo “norte” ao modo de analisar, um olhar que inicialmente não havia sido pensado para estas discussões.

CAPÍTULO 3: DAS ANÁLISES

3.1 Agrotóxicos no Brasil: um Percurso Diacrônico da Argumentação

Após expor o método de pesquisa, esse capítulo dará início à análise do *corpus* selecionado. Os 46 textos foram transformados de HTML para PDF e salvos com o título da matéria seguidos do respectivo mês e ano de publicação. Após a leitura minuciosa de cada arquivo, foi analisado o percurso diacrônico dessas notícias. Todas foram armazenadas “às cegas”, isto é, retiradas das páginas e salvas numa única pasta. Obviamente, no momento da coleta, dependendo da página que veicula o conteúdo, é possível ter uma prévia do interior do texto, mas somente através da leitura é possível ter uma visão mais convicta. Ao finalizar a leitura, os textos foram separados em três pastas distintas.

A primeira pasta abrange 23 textos que tem total ou parcial concordância com a alteração proposta para a Lei dos Agrotóxicos. A segunda pasta contém 12 textos que desaprovam ou repudiam por completo a proposta. Na terceira pasta, foram armazenados 11 textos em que o viés ideológico predominante é bastante opaco; todavia, não se pode afirmar que se tratam de textos isentos. As considerações de Maiguenaeu (2005) a respeito da noção de semântica global guiaram nesse momento a distinção das ideologias transpostas nos discursos analisados.

Neste primeiro momento analítico, será feito um percurso diacrônico em torno do noticiário sobre agrotóxicos, desde meados de 2015. A intenção dessa pesquisa é trabalhar o funcionamento semântico da palavra “agrotóxico” em relação a outros termos sob a perspectiva da história da análise do discurso francês, focando em momentos discursivos específicos, como traz um artigo do Jornal EL PAÍS BRASIL, chamado “O ‘alarmante’ uso de agrotóxicos no Brasil atinge 70% dos alimentos”, em abril de 2015:

Imagine tomar um galão de cinco litros de veneno a cada ano. É o que os brasileiros consomem de agrotóxico anualmente, segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA). “Os dados sobre o consumo dessas substâncias no Brasil são alarmantes”, disse Karen Friedrich, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Logo no destacamento da notícia, há o uso de aspas enfatizando a palavra “alarmante”. O leitor, somente ao entrar em contato com o conteúdo, terá a confirmação de que as aspas estão sendo empregadas para concordar que o número de agrotóxicos inseridos na

alimentação do brasileiro é muito alto. Poderia-se tratar de um caso de emprego da palavra para discorrer exatamente ao contrário. No entanto, como se trata de um destacamento fraco, o leitor está próximo do texto de origem (Maingueneau, 2014), pois o Jornal EL PAÍS BRASIL³ mantém esta notícia aberta ao público.

Já na primeira frase do primeiro parágrafo, o autor traz três instituições de renome como fiadores: o Instituto Nacional do Câncer (INCA), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Em apenas um parágrafo, o leitor já tem acesso a vozes respaldadas por nomes institucionais de forte presença, gerando maior confiabilidade ao que está sendo dito. O jornalista, ao citar outras vozes, mantém até então certo distanciamento do tema. Mais adiante, encontra-se o seguinte:

Desde 2008, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos. Enquanto nos últimos dez anos o mercado mundial desse setor cresceu 93%, no Brasil, esse crescimento foi de 190%, de acordo com dados divulgados pela Anvisa. Segundo o Dossiê Abrasco - um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde, publicado nesta terça-feira no Rio de Janeiro, 70% dos alimentos *in natura* consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos. Desses, segundo a Anvisa, 28% contêm substâncias não autorizadas [...] Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre os países em desenvolvimento, os agrotóxicos causam, anualmente, 70.000 intoxicações agudas e crônicas.

O autor segue se distanciando do texto e trazendo vozes de outras pessoas que pertencem a instituições confiáveis. Ele não apresenta, na íntegra do texto, qualquer contra-argumento, ao mesmo tempo em que fornece dados quantitativos advindos de fontes reconhecidas, estabelecendo um *ethos* de credibilidade ao consumidor do conteúdo. Pode se observar que, no momento em que ele emprega o verbo “contaminar”, ao invés de um possível “conter”, por exemplo, aproxima-se da ideia das vozes que argumentam no texto.

Há um noticiário de abril de 2015 alertando a população sobre os riscos dos agrotóxicos na mesa dos brasileiros. O assunto é debatido há mais de trinta anos; porém, de acordo com o texto, aquele era o momento dessa preocupação e desse debate se fortalecer no espaço público. O Brasil, de acordo com os dados, é um país em desenvolvimento, que usa “substâncias não autorizadas” e que, nos últimos anos, teve um aumento 190% no consumo desses produtos que causam problemas de saúde graves e crônicos.

Semanticamente, esse primeiro *corpus* em torno da palavra “agrotóxico” associa a substância com o surgimento de “doenças como o câncer e outras genéticas” em tom de

³ ROSSI, Marina. O “alarmante” uso de agrotóxicos no Brasil atinge 70% dos alimentos. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430321822_851653.html. Acesso em: jul. 2020.

denúncia, preocupação e alerta. De acordo com Amossy (2017), a polêmica também tem o papel de denunciar e alertar. Neste material, não é feita nenhuma menção ao Projeto de Lei para flexibilizar os usos de agrotóxicos no país. Muito pelo contrário, é apresentada uma intenção de “[...] reavaliação toxicológica de uma substância chamada glifosato e que a agência determine o banimento desse herbicida no mercado nacional”, ou seja, um levante para diminuir a utilização de certos componentes, como o glifosato. No ano de 2015, as notícias sobre o assunto eram escassas, pelo menos nas fontes de busca utilizadas neste trabalho. Esse é o único material referente a esse ano que constitui o *corpus*.

Avançando na linha do tempo, chega-se a março de 2016, com o artigo de um doutor em agronomia para a Rede Agronomia:

O termo agrotóxico é muito amplo. De acordo com a nossa legislação, inclui processos e substâncias que controlam pragas. Isto significa que todas as medidas de manejo de pragas são agrotóxicos, incluindo métodos biológicos, físicos, mecânicos e culturais, além dos químicos. O termo agrotóxico se refere não apenas as pragas agrícolas, mas também de pragas não agrícolas e urbanas. Assim, quando estamos tratando de manejo de pragas agrícolas, utilizando substâncias químicas ou biológicas, pode-se usar os termos: produto fitossanitário, defensivo agrícola e outros. Até mesmo agroquímico, pesticida ou praguicida. O termo agrotóxico, embora tenha sido incorporado como sinônimo de produto fitossanitário, não tem similar em nenhum outro idioma, incluindo o inglês e o espanhol.

O artigo de opinião levanta uma pauta que, mais adiante, foi inserida no Projeto de Lei dos Agrotóxicos: a questão da nomenclatura. O texto começa apresentando o autor do artigo por suas qualidades profissionais “Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS), Eng. Agrônomo, Mestre e Doutor em Agronomia, Pós-Doutorados em Manejo de pragas e Biotecnologia, Professor Associado da ESALQ/USP”. Depois que o leitor tem acesso a essas informações, o texto a seguir transmite um fiador que “sabe o que está dizendo”, um doutor na questão. A instituição USP e seu cargo na ABEAS atuam como fiadores desse ator social que transmite informações a respeito da etimologia da palavra agrotóxico.

Segundo o autor, não é adequado para nomear os produtos fitossanitários, porque esse produto se restringe ao uso no campo para controle de pragas, e agrotóxico se refere a outros praguicidas, como urbanos. Ele argumenta que nenhuma língua utiliza o termo da mesma forma que o Brasil, nem mesmo línguas muito populares, como o inglês e o espanhol. Serão discutidas questões etimológicas mais adiante na análise, focando no processo informacional que constitui a polêmica.

Há aqui um artigo e um autor diferente do primeiro texto, escrito por um jornalista que se afastou de um posicionamento pessoal mais evidente. Menten⁴ está escrevendo para uma mídia cujo público alvo, em sua maioria, é formado por agrônomos. Como afirma Maigueneau (2005), todo discurso é regido por uma semântica global que determina o que pode ou não ser dito dentro de determinada condição de produção. Não há aqui uma alegação de que todos os agrônomos defendem o uso de agrotóxicos, mas sim que eles enxergam a questão dentro de suas formações discursivas na condição de agrônomos. O autor, em outro trecho, evidencia mais claramente seu posicionamento sobre o tema, ao afirmar que:

Os produtos fitossanitários são seguros. Para poderem ser comercializados tem que ser registrados e cadastrados. O registro é um processo rigoroso, que segue padrões internacionais. No Brasil, envolve avaliação toxicológica, que é de responsabilidade da ANVISA e do Ministério da Saúde, e avaliação ambiental, incluindo comportamento no solo, água e atmosfera e efeitos nos organismos vivos, que é de responsabilidade do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente, além da avaliação agronômica/eficiência contra as pragas-alvo, que é realizada pelo MAPA. Todos os produtos registrados tem que ser cadastrados em cada Estado, antes de serem comercializados.

Desta maneira, o doutor em Agronomia tranquiliza o consumidor sobre os riscos dos usos de produtos fitossanitários ao afirmar que são seguros e que passam por uma série de cuidados burocráticos antes de serem comercializados. Aqui, em menos de um ano, pode-se observar a polêmica acirrando e atores sociais estabelecendo a polarização (AMOSSY, 2017). Em outras palavras, pessoas com ideologias fortemente opostas inseridas num mesmo debate. De um lado, a notícia do Jornal EL PAÍS afirma que muitos produtos estão sendo consumidos sem autorização e que “os agrotóxicos causam, anualmente, 70.000 intoxicações agudas e crônicas”. Por outro lado, temos um doutor dizendo que a nomenclatura usada não é adequada e que “os produtos fitossanitários são seguros [...] registrados e cadastrados”.

Em dezembro de 2016, o Jornal EL PAÍS⁵ trouxe uma matéria informativa exclusiva sobre produção de alimentos orgânicos. A primeira notícia analisada, a qual associava alimentos com agrotóxicos a doenças graves e denunciava o aumento dos seus usos, já incluía o assunto da produção orgânica. A matéria considerava o alimento advindo de produção orgânica como um produto mais saudável; porém, alertava que é muito mais caro para o consumidor, o que o torna inacessível para muitos brasileiros.

⁴ MENTEM, José Otávio. **Consumo de produtos fitossanitários no Brasil**. Disponível em: <https://www.beefpoint.com.br/consumo-de-produtos-fitossanitarios-no-brasil-por-jose-otavio-menten/>. Acesso em: jul. 2020.

⁵ SULENG, Kristin. **Deixe de comprar comida orgânica se quiser salvar o planeta**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/15/ciencia/1481801597_706486.html. Acesso em: jul. 2020.

A matéria de dezembro, exclusiva sobre o assunto, veiculada pela mesma mídia, traz uma opinião bastante polarizada. Intitulada “Deixe de comprar comida orgânica se quiser salvar o planeta”, o texto alerta:

Embora você não perceba, a agricultura orgânica demanda a utilização de mais terras por causa de seu baixo rendimento em relação à convencional, o que leva à degradação de ecossistemas como as florestas nas zonas tropicais. (...) Outro motivo pelo qual as pessoas escolhem produtos orgânicos é porque se preocupam com a saúde. Mulet considera que comer orgânicos não é mais saudável: “A qualidade nutricional é semelhante tanto no convencional como no orgânico, outra questão é a segurança alimentar, onde fica claro que os maiores alertas se deram no orgânico, a começar pela crise de 2011, que causou 47 vítimas.

A mídia traz como fiadores um especialista em bioquímica, um engenheiro agrônomo e um microbiologista. O destaque aparece logo na chamada da matéria, utilizando o verbo imperativo “deixar”, faz com que o público fique no mínimo impactado. Além disso, o título da matéria apresenta uma consequência grave, caso a ação que é solicitada pelo verbo imperativo não seja executada: “deixar de salvar o planeta”.

Somente no título, há uma chamada autoritária e até ameaçadora, que responsabiliza o consumidor por “não salvar o planeta”, caso opte pelo consumo de alimentos orgânicos. No trecho destacado, a credibilidade das informações é sustentada nas vozes dos especialistas que apresentam motivos concretos para a afirmação da chamada da matéria. A matéria explica que a produção de orgânicos utiliza mais terra e, conseqüentemente, degrada ecossistemas como florestas, por exemplo.

O bioquímico alerta que alimentos orgânicos não são mais saudáveis, como pensa a maioria, e que, inclusive, podem causar doenças por não trabalharem com nenhum método que proteja a plantação de fungos que causam intoxicação alimentar. Aqui, o discurso do outro é compreendido dentro dessa formação ideológica e, em seguida, desqualificado com infirmações. O discurso que defende a qualidade superior dos orgânicos é contestado com uma porcentagem de pessoas que supostamente adoeceram ao consumi-los. Após essa afirmação, nenhuma explicação sobre a crise citada ou sobre as vítimas é fornecida ao leitor. São dados que carecem de informações mais explicativas, que garantam um *ethos* confiável e claro para quem está lendo e não tem conhecimento prévio sobre os eventos citados.

Um fator interessante nesse trecho é a referência a produtos que utilizam agrotóxicos como “produto convencional”. Ao longo do texto, o termo convencional é utilizado várias vezes; no entanto, agrotóxico não é mencionado nenhuma vez. Quando fazem menção ao

produto, usam o termo “pesticida”.

No ano de 2017, foi observado um aumento nos materiais que questionam o motivo dos agrotóxicos serem tão mal vistos no país, e diversos *mídiuns* saíram em defesa da utilização desse método agrícola. Nesse mesmo ano, é lançado o polêmico livro chamado “Agradeça aos agrotóxicos por estar vivo”⁶, em agosto de 2017. O autor de um conteúdo para o *Compre Rural* apresenta o novo livro que está no mercado:

Taí um livro que vai surpreender aqueles que juram que agrotóxicos matam e que churrasco de melancia é o máximo [...] “Agradeça aos agrotóxicos por estar vivo”, do jornalista Nicholas Vital, é uma pedra no sapato dos defensores incondicionais da comida orgânica. Baseado em dados reais, e não em achismos ou preconceitos, Vital garante que espalhar medo é a principal arma da indústria dos orgânicos para ganhar mercado. E este seria seu único interesse: fazer dinheiro vendendo o discurso da comida saudável.

Trata-se de uma entrevista narrada, cujo subtítulo é bastante provocativo, tanto no sentido de despertar a curiosidade do leitor ao utilizar o verbo “surpreender”, quanto na ironia usada para se referir aos opositores (pessoas contra o uso de agrotóxicos). Além do público que faz oposição a essa questão, o autor se excede e provoca também o público vegetariano ou vegano, estabelecendo a linha de raciocínio de que esse público, de forma geral, é contra o uso de agrotóxicos. Entende-se aqui que a afirmação não possui nenhum nexos. O fato de alguém optar por não consumir carne ou nenhum produto de origem animal não implica em que a pessoa seja consumidora de alimentos orgânicos ou militante na briga contra agrotóxicos.

A chamada do jornalista provavelmente está sendo associada ao público-alvo (leitores da *Compre Rural*), consumidores de gado. Estender a questão dos agrotóxicos ao grupo vegetariano/vegano é uma forma de gerir o discurso baseado na semântica global (MAINGUENEAU, 2005). A formação discursiva e ideológica do consumidor em potencial dessa mídia faz com que o papel do jornalista (AMOSSY, 2017) seja mais confortável para sair do tema e “tirar sarro” de quem acha o “churrasco de melancia o máximo”.

Na *lide* do texto, o autor apresenta o contexto da matéria seguindo a linha provocativa, ao se referir ao conteúdo do livro como “pedra no sapato” dos que defendem o consumo de comida orgânica. Em seguida, faz uma desqualificação do discurso do outro (AMOSSY, 2017), alegando que o autor do livro não se baseia em achismos, que os orgânicos utilizam o medo das pessoas ficarem doentes para ganhar o mercado e que o único interesse desse grupo é dinheiro.

⁶ VASCONCELOS, Nelson. **Livro Lançado:** “Agradeça aos Agrotóxicos por Estar Vivo”. Disponível em: <https://www.comprerural.com/agradeca-aos-agrotoxicos-por-estar-vivo/>. Acesso em: jul. 2020.

Em novembro de 2017, em um artigo de opinião⁷ para a mídia “Brasil Agro: informação para ter opinião”, o autor do livro citado nas análises anteriores argumenta:

[...] de acordo com as informações do Sinitox, a principal causa de intoxicação no Brasil são os medicamentos [...] O que fazer diante dessa situação? Proibir a venda de remédios e produtos de limpeza? Se seguirmos a lógica dos que defendem o banimento dos pesticidas, a resposta é sim, já que são muito mais “mortais” que os agrotóxicos. [...] Enquanto o setor de agroquímicos não se mobilizar e começar a desvendar esses mitos, os orgânicos seguirão construindo a sua história, uma narrativa muito bonita, é preciso admitir, mas baseada em meias verdades, como os supostos benefícios nutricionais (nunca comprovados cientificamente), o sabor superior (o paladar humano é incapaz de diferenciar os produtos), a questão da sustentabilidade (produzir menos em mais espaço não me parece algo benéfico para a natureza), o fato de serem livres que químicos (metais pesados são utilizados em lavouras orgânicas), além da maior de todas as lendas: a de que os orgânicos podem alimentar o mundo.”

No excerto acima, o autor usa dados de outras pesquisas para argumentar que existem outros produtos mais nocivos para a saúde pelo nível de toxicidade, como remédios e produtos de limpeza, e que nem por isso existe um movimento para bani-los do mercado. De acordo com o jornalista, que segue desqualificando o discurso contra agrotóxicos e a favor dos orgânicos, a argumentação do grupo opositor é “baseada em meias verdades”. Ele desqualifica e, em seguida, apresenta um argumento que contradiz as afirmações dos oponentes, mas não fornece, ao menos nesse texto, dados científicos que comprovem suas alegações.

Outro ponto que chamou a atenção no trecho destacado é a questão da nomenclatura. Os termos “pesticida”, “agrotóxico” e “agroquímico” são utilizados como sinônimos, sem o cuidado de um esclarecimento etimológico para os leitores, em especial pessoas leigas no assunto. Pesticida e agrotóxico são utilizados, inclusive, na mesma frase. Não houve, por parte do autor, uma tentativa de camuflar o termo, visto que ele mesmo o utilizou algumas vezes, diferente das outras mídias pró-agrotóxicos analisadas até o momento.

O ano de 2018, em que ocorreu a aprovação do Projeto de alteração da Lei dos Agrotóxicos, no mês de junho, foi marcado por diversas notícias que circularam na intenção de movimentar a opinião pública sobre o tema e gerar ainda mais polêmica. No mês de março, um docente da Universidade de São Paulo (USP/Esalq) publica um artigo⁸ de opinião falando

⁷ VITAL, Nicholas. **Agrotóxicos**: um problema de percepção do risco. Disponível em: <https://www.brasilagro.com.br/conteudo/agrotoxicos-um-problema-de-percepcao-do-risco-por-nicholas-vital.html>. Acesso em: jul. 2020.

⁸ ROSA, João. **Aumentar a produção de alimentos**: uma tarefa divina? Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/artigos/aumentar-a-producao-de-alimentos-uma-tarefa-divina>. Acesso em: jul. 2020.

sobre produção de alimentos. O professor inicia o texto apresentando dados sobre o aumento populacional e da longevidade no mundo, o que, conseqüentemente, leva a pensar sobre o aumento na produção de alimentos. Ele argumenta que alimentos com agrotóxicos e alimentos transgênicos são considerados tão maléficos e, no entanto, a população e qualidade de vida só aumentam. O autor ainda apresenta uma alternativa nova para evitar o uso de agrotóxicos: a biotecnologia.

De acordo com dados do Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações Agrícolas Biotecnológicas (ISAAA), nas últimas duas décadas (de 1996-2015), 619 milhões de quilos de ingrediente ativo deixaram de ser aplicados graças às culturas biotecnológicas. E isso é apenas um dos benefícios. Mas advinha? Não pode também! Isso se seguirmos outra corrente que defende que os transgênicos fazem mal. Evidente, sem provas concretas. A reflexão que fica é: se todas as alternativas identificadas ou desenvolvidas pelo homem não são suficientes, nos resta delegar a tarefa de aumentar a produção de alimentos para uma entidade divina? Seria esperar um “Deus” descer e criar novas variedades, mais produtivas e resistentes? Eu particularmente acredito que não. Na verdade, o que tem que se parar é de gerar ambientes de discussão e nortear conclusões a partir de cunhos ideológicos, onde muitas vezes se cria o problema para vender a solução. Os argumentos devem ser baseados em ciência. E ciência, não tem partido, credo ou ideologia. Ciência é ciência.

Há uma desqualificação do discurso contra agrotóxicos feito de forma bastante opaca. Esse grupo é, ainda que sutilmente, associado à pessoas que seguem “ideologias” e tomam partido dessas causas “sem provas concretas”, sem embasamento científico. A sugestão de aumentar a produção de alimento por vias divinas é utilizada de forma irônica, como forma de satirizar grupos que criticam determinadas formas de produzir comida, inclusive essa nova que ele apresenta, através de meios tecnológicos. O docente cria uma nova polarização no final do texto: ideologia *versus* ciência. O discurso ideológico é colocado no mesmo patamar do discurso religioso, ao mesmo tempo em que é feita uma crítica aos cenários que geram debate, como “ambientes de discussão”. Para o autor, discussões só atrasam o lado científico, uma vez que “ciência, não tem partido, credo ou ideologia. Ciência é ciência”. Ao fazer essas afirmações, de acordo com a ideia de semântica global, proposta por Maigneueau (2005), o professor já se coloca em um grupo ideológico, pois sua formação discursiva só existe por estar em relação com outras num universo discursivo.

O mês de junho, no dia em que antecede o evento discursivo aqui tratado, traz a notícia veiculada pelo popular R7 Notícias⁹, de que o uso de agrotóxicos pode aumentar no

⁹ GIANNINI, Deborah. **Líder mundial, Brasil pode ganhar mais agrotóxicos na comida**. Disponível em: <https://noticias.r7.com/saude/lider-mundial-brasil-pode-ganhar-mais-agrotoxicos-na-comida-16052018>. Acesso

Brasil. A jornalista Deborah Giannini inicia o texto informando que o “Projeto de lei que flexibiliza uso de agrotóxicos no país tem previsão de ser debatido e votado nesta quarta-feira (16) na Câmara dos Deputados” (um dia antes da publicação da matéria). O texto é bastante informativo e a autora se distancia do tema, uma vez que não emite opiniões pessoais sobre o caso. Porém, o conteúdo todo é voltado para vozes que atuam contra a proposta. A jornalista informa que:

Diversos órgãos ligados à saúde e ao meio ambiente se posicionaram contra o projeto de lei, entre eles Fiocruz, Anvisa, Greenpeace e Abrasco, sendo este autor de um manifesto junto a outras 320 entidades denominado “Manifesto Contra o Pacote do Veneno”. A Abrasco ressalta que, se o projeto de lei for aprovado, órgãos como a Anvisa e o Ibama continuarão podendo avaliar o registro ou os estudos toxicológicos fornecidos pelas empresas.

O uso de “diversos órgãos ligados à saúde” não fica sem referência, enfraquecendo a confiabilidade do conteúdo. Em seguida, a jornalista apresenta alguns dos nomes que representam esses órgãos, que passam a agir como fiadores do discurso antiagrotóxicos, como a Abrasco, que, além de se posicionar contra, ainda reuniu um manifesto e coletou o apoio de mais de 300 entidades. Mais adiante, no mesmo texto, as informações contrárias aos produtos continuam:

De acordo com o “Dossiê: Alerta sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde”, um terço dos alimentos consumidos cotidianamente pelos brasileiros está contaminado por agrotóxicos, segundo análise de amostras coletadas em 26 Estados do Brasil.

Nesse ponto, apesar da autora respaldar o conteúdo na voz de outro texto, ela faz uso do verbo “contaminar”, que a aproxima do discurso do oponente. Pode-se concluir que, segundo ela, agrotóxicos não protegem ou defendem, mas sim contaminam, e seu consumo pode aumentar ainda mais se o Projeto for aprovado até as vias finais.

Sobre o dia 25 de junho de 2018, momento exato em que a Comissão Especial da Câmara aprovou o Projeto de alteração na Lei dos Agrotóxicos, a agência de notícias da Câmara publicou uma manchete sobre o ocorrido. A mídia informou que:

A comissão especial que analisa a proposta de mudanças na legislação brasileira sobre agrotóxicos aprovou nesta segunda-feira (25) o parecer do relator, deputado Luiz Nishimori (PR-PR). Foram 18 votos a favor e 9

contrários ao texto principal. A análise dos destaques apresentados manteve inalterado o parecer, que deve seguir agora para o Plenário da Câmara dos Deputados. [...] O relatório rechaça a palavra agrotóxicos, adota o termo pesticida.

O veículo midiático, pelo menos na parte inicial, não faz menções que denunciem a opinião do veículo, do público-alvo ou do jornalista. Os principais fatos são apresentados de forma resumida, inclusive a parte em que o relator do texto aprovado sugere a suspensão do termo agrotóxico, que é algo pouco citado na maioria do *corpus* reunido. O autor não se delonga muito em relação a terminologias, citando a quantidade exata de votos contrários e favoráveis ao tema tramitado. Mais adiante, o texto cita uma forte polarização por parte daqueles que participaram da reunião:

[...] houve intenso debate entre os deputados que defendem e os que criticam a proposta – o primeiro grupo formou a maioria na comissão especial, alegando a importância das mudanças para a agricultura, um dos motores da economia brasileira. Já os críticos argumentam que a proposta promove uma flexibilização exagerada nas normas atuais, com riscos para a saúde da população. [...] Os parlamentares contrários à matéria tentaram impedir a votação por meio de recursos regimentais. A maioria favorável ao substitutivo, por outro lado, valeu-se de mecanismos semelhantes e conseguiu acelerar a análise do texto, inclusive abrindo mão, em alguns momentos, da oportunidade de discursar durante a reunião e defender o substitutivo.

O excerto mostra que o espaço público dos parlamentares gerou o que Amossy (2017) chama de dicotomização, em que as partes discutem sem a intenção de chegar a um acordo, pois se colocam no debate de forma muito polarizada, buscando fortalecer somente os discursos daqueles que já compactuam com o Projeto e, talvez, uma terceira pessoa: o cidadão brasileiro. Isso fica claro no momento em que a matéria informa que a maioria dos parlamentares favoráveis ao texto abriu mão de sua oportunidade de fala. De um lado, há o grupo que aprovou o projeto, afirmando que há uma grande necessidade de mudanças nesse setor tão importante para a economia brasileira; do outro, o grupo que alega que o conteúdo flexibiliza demais a utilização dos produtos e coloca a saúde do consumidor em risco.

Por se tratar de um espaço que transmite notícias sobre a Câmara diariamente, era esperado que o conteúdo viesse num tom distante de opiniões dos jornalistas, porque não possui uma construção ideológica dos leitores (público-alvo). Ainda assim, a mídia cita instituições renomadas que são contrárias ao Projeto, como o Ibama, a Anvisa, o Ministério da Saúde, a ONU e o Instituto Nacional do Câncer (Inca); do outro lado, não traz nenhuma instituição ou personalidades além dos presentes deputados.

Inicia-se a partir de agora o período que sucede o acontecimento da aprovação do Projeto que gerou tamanha polêmica e que é tão relevante para a população. No mês seguinte, em julho de 2018, o jornal R7¹⁰ traz uma matéria informativa sobre a pesquisa realizada pela Humans Rights Watch, que alerta:

[...] o Brasil consome, em média, 7,5 kg de agrotóxicos por habitante a cada ano. Além dos possíveis efeitos nos alimentos, há outros danos imediatos [...] Os pesquisadores constataram problemas de saúde em pessoas que vivem em áreas rurais, incluindo indígenas e quilombolas [...] Segundo a HRW, dos dez agrotóxicos mais utilizados no Brasil, nove são considerados altamente perigosos pela organização não governamental Pesticide Action Network International. Quatro deles não são permitidos na Europa [...] Apesar de haver uma regulamentação que proíbe que sejam pulverizados agrotóxicos a 500m de locais povoados e mananciais de água, a fiscalização praticamente não existe. Quando há denúncias por parte da população, surgem ameaças.”

A matéria traz uma nova questão para a argumentação da problemática: a saúde das pessoas que vivem próximas às grandes áreas de cultivo de alimentos pulverizados com agrotóxicos. A divisão estatística aproximada da quantidade de Kg de agrotóxicos que um habitante consome anualmente causa certo impacto no leitor. Embasados nos dados da pesquisa da HRW, o jornal alerta para os possíveis danos à saúde das populações próximas desses locais rurais; em especial, indígenas e quilombolas. A argumentação diz que os agrotóxicos “são considerados altamente perigosos” e até proibidos em outros países.

A notícia contribui para o espaço da polêmica, trazendo a questão da saúde dessa população em tom informativo e, ao mesmo tempo, de denúncia. Mais adiante, a mídia retrata que existem leis que garantem a proteção à saúde dessas pessoas, mas que não são respeitadas por carência de fiscalização. Denuncia ainda que, se essas vozes ousam questionar esses atos, elas sofrem ameaças severas. No processo de coleta do *corpus*, deparou-se anteriormente com denúncias em relação à saúde das pessoas que manejam agrotóxicos, especialmente analfabetos que não tem acesso aos informativos de cuidados. Já sobre os riscos aos moradores de áreas próximas, trata-se de uma informação inédita.

A partir de agora, adentra-se ao cenário que sucede o momento da aprovação do Projeto, espaço em que a polêmica está no ápice da polarização e das discussões. A preocupação maior do grupo antiagrotóxico não é mais lutar contra o uso do produto, mas evitar que liberem ainda mais substâncias. Nesse período, surgiram muitos textos

¹⁰ MELLIS, Fernando. **Brasil consome 7,5 kg de agrotóxicos por habitante**. Disponível em: <https://noticias.r7.com/saude/brasil-consome-75-kg-de-agrotoxicos-por-habitante-21072018>. Acesso em: jul. 2020.

aparentemente isentos, que prometem trazer argumentos dos dois lados da questão para auxiliar o leitor a formar uma opinião consistente sobre o assunto. Por se tratar de um tema atual, *sites* educacionais exploraram os agrotóxicos como um possível tema de redação para os vestibulandos no ano de 2018/2019.

A Folha de São Paulo, em julho de 2018, publicou um texto em formato de perguntas e respostas com o título “Agrotóxico faz mal?”¹¹ É possível não usá-lo? Veja o que é verdade e mentira no debate”. O subtítulo “Riscos são maiores para quem vive no campo” levanta novamente a questão da saúde das pessoas que vivem nas proximidades de áreas que utilizam essas substâncias. O título da matéria cria a expectativa de sanar as dúvidas do leitor sobre o assunto, revelando o que é falso e verdadeiro nessa polêmica. A primeira questão mostra preocupação em dar explicações terminológicas.

Agrotóxico é a mesma coisa que defensivo agrícola e pesticida?

Sim. A diferença está relacionada à decisão de enfatizar determinado aspecto com a escolha da palavra (outro termo usado é fitossanitário). Agrotóxico está correto, já que se trata de substância tóxica usada na agricultura. O mesmo vale para defensivo agrícola, uma vez que o objetivo da aplicação é defender as plantações. Pesticida quer dizer “o que mata pragas”, enquanto a definição de praga, segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), é: “Qualquer forma de vida vegetal ou animal ou qualquer agente patogênico daninho para os vegetais”. Dessa forma, não há erro em usar nenhum dos termos acima.

Resumidamente, o excerto, apesar de dar espaço para a questão da nomenclatura, não se aprofunda no tema e diz, praticamente, que é tudo a mesma coisa e ambos os termos estão corretos. A mídia, no entanto, não traz nenhuma definição de dicionários ou instituições para nenhum dos termos referentes aos agrotóxicos. O único momento em que a definição de um referente, no caso a FAO, é citada, define a palavra “praga”. Essa ação desfavorece o conceito de fiador confiável sobre a similaridade dos termos.

O mesmo texto ainda informa: que agrotóxicos mais modernos são usados em menor quantidade; que, se os agrotóxicos fossem banidos, o preço dos alimentos iria pras alturas, por conta da baixa escala de produção; e que “não é realista esperar que a agricultura de grande escala no mundo abandone totalmente os agrotóxicos, mas os dados científicos indicam que há bastante espaço para redução e racionalização do uso”. Para validar a informação anterior, trouxeram a voz de um engenheiro da Embrapa.

¹¹ LOPES, José Reginaldo; ALVES, Gabriel. **Agrotóxico faz mal? É possível não usá-lo? Veja o que é verdade e mentira no debate**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2018/07/agrotoxico-faz-mal-e-possivel-nao-usa-lo-veja-o-que-e-verdade-e-mentira-no-debate.shtml>. Acesso em: jul. 2020.

Também relatam que, no quesito saúde, é necessário “diferenciar entre a exposição a agrotóxicos no caso de trabalhadores que lidam diretamente com as substâncias, bem como a população rural que vive em áreas onde há mais exposição, e pessoas que consomem alimentos cultivados com defensivos”. Segundo o texto, o primeiro grupo corre risco de desenvolver câncer e má formação fetal. Para validar essas informações, o jornal apresenta apenas “um estudo de longo prazo” como fiador da informação. Trata-se de um artigo indefinido, que coloca no leitor um ponto de interrogação no pensamento: Qual estudo? Realizado por quem? É um conteúdo que não transmite um nível satisfatório de confiabilidade.

Apesar do conteúdo se apresentar como isento de opiniões e prometer esclarecer verdades e mentiras, fica claro que a argumentação pró-agrotóxico é bem mais fundamentada. Por exemplo, quando questionados sobre a letalidade dos agrotóxicos, a resposta é singela e eufemista ao dizer que “sim [...] mas essa informação, por si só, não quer dizer muita coisa, já que praticamente todas as substâncias existentes têm uma dose letal”. Desse modo, pode-se concluir que dificilmente serão encontrados textos realmente isentos e que apresentem os dois lados numa escala argumentativa igualmente bem fundamentada.

O artigo a seguir, publicado pelo UOL Vestibular, tem os vestibulandos como público-alvo. O texto “Lei dos Agrotóxicos - entenda a polêmica da ‘PL do Veneno’”¹² foi publicado no mês de julho de 2018 e tem o objetivo de guiar estudantes apresentando bons argumentos, de modo que eles possam utilizá-los em uma possível redação sobre o tema agrotóxico. O artigo, de fato, apresenta o dos grupos em dicotomia:

O debate sobre a PL 6299/02 gerou uma divisão entre ruralistas e entidades de saúde e meio ambiente. Tanto que a proposta recebe o nome de Lei do Alimento Mais Seguro entre os defensores, e de Pacote do Veneno entre os críticos, que temem que a flexibilização libere ainda mais o uso de agrotóxicos [...] Na avaliação da presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputada Tereza Cristina (DEM/MS), o produtor rural poderá ter à disposição tecnologias mais avançadas e agilidade no registro de novos produtos. [...] A Organização das Nações Unidas (ONU) chegou a enviar carta ao Congresso alertando sobre os perigos do projeto.

O destacamento aforizado no título da maior visibilidade aos que são contra a flexibilização da Lei em relação aos agrotóxicos, pois deixam o grupo em destaque. No corpo

¹² CUNHA, Carolina. **Lei dos Agrotóxicos: entenda a polêmica da "PL do Veneno"**. Disponível em: https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/lei-dos-agrotoxicos-entenda-a-polemica-da-pl-do-veneno.htm?fbclid=IwAR2hKBrLzpGmSCJyThhXfkrfCdrNoFthT9C0bvc-KJMPMoLr72Hr71_0hW8. Acesso em: jul. 2020.

do texto, a polarização apresentada é composta por dois grupos ideológicos, com formações discursivas totalmente distintas disputando um nome popular para o Projeto no espaço público: “Lei do Alimento Mais Seguro” *versus* “Pacote do Veneno”. Na construção da argumentação, o texto traz a voz da presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária para defender a “Lei do Alimento Mais Seguro” e a voz da ONU para alertar sobre o “Pacote do Veneno”.

A autora do artigo tende a construir um fiador mais confiável do grupo opositor ao Projeto de Lei. Primeiro, por destacar somente o nome usado por esse grupo; depois, amparando o discurso dele na ONU, entidade que não é ligada ao setor do agronegócio, diferente da deputada Tereza Cristina, diretamente ligada ao tema tratado e tem interesses na causa. O conteúdo, do começo ao fim, apresenta argumentos contrários e favoráveis, citados pelos debatedores, mas os alertas para os riscos tem maior espaço, como a retirada da necessidade de receitas dos produtos e da obrigatoriedade de explicitar os riscos para a saúde nas publicidades.

Este é um dos artigos mais completos sobre a polêmica presente nesse *corpus*. Porém, ele não é suficiente para considerar o conteúdo isento. Há uma responsabilidade por parte desse autor em relação aos alunos que precisam construir o embasamento para opinar nessa discussão, mas isso não quer dizer que não se possa reconhecer uma sutil inclinação para um dos grupos. Trata-se de um dos poucos materiais analisados que trata sobre a questão da nomenclatura com maiores informações, que explica para o público que até as propagandas de agrotóxicos serão modificadas e informa que o Ministério da Agricultura será o único responsável pela avaliação dos pedidos de registros de agrotóxicos genéricos.

Saltando para o ano de 2019, pode-se analisar as consequências que tantos debates e a aprovação da Lei geraram no Brasil. No mês de maio, o G1 publica a matéria¹³ com a seguinte manchete: “Ministério da Agricultura aprova registro de mais 42 agrotóxicos, totalizando 211 no ano”.

As aprovações foram publicadas no Diário Oficial da União desta segunda-feira (24) e incluem apenas um ingrediente ativo novo (o chamado produto técnico). Os demais são “genéricos” de substâncias e produtos já disponíveis no mercado, afirmou o ministério.

Compreende-se pelo destacamento sobreasseverado que, meses após o acontecimento

¹³ REUTERS. **Ministério da Agricultura aprova registro de mais 42 agrotóxicos, totalizando 211 no ano.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/06/24/ministerio-da-agricultura-aprova-registro-de-mais-42-agrotoxicos-totalizando-211-no-ano.ghtml>. Acesso em: jul. 2020.

do Projeto de Lei ser aprovado e estar em trâmites de aprovação total, a liberação de agrotóxicos acelerou. Porém, no corpo do texto, o leitor tem uma certa quebra de expectativa gerada pela aforização, pois a informação é minimizada o tempo todo, como em “[...] apenas um ingrediente ativo novo” ou em “[...] os demais são ‘genéricos’ de substâncias e produtos já disponíveis”. Mais adiante, no mesmo texto, encontra-se o seguinte:

O ministério defende que a aprovação dos genéricos visa baratear o preço dos defensivos no país [...] O Ministério da Agricultura diz que as aprovações ganharam velocidade nos registros após medidas para desburocratização implementadas nos últimos três anos, em especial na agência de vigilância sanitária, a Anvisa.

É possível observar, de acordo com a argumentação do excerto, que o texto não só minimiza a questão das liberações, como também apresenta uma argumentação que favorece à prática, incluindo ideias sobre menores preços para o consumidor e garantia de menos burocracias na inovação dos produtos. Até mesmo uma mídia que parece fazer uma chamada de alerta ao aceleração das novas liberações, se analisada a fundo, propõe totalmente o contrário. A interpretação do leitor vai depender da proximidade que ele tem ou não com o texto fonte. Só pela manchete que circula em redes sociais, não é possível ter uma compreensão coerente do conteúdo.

Arrisca-se aqui dizer ainda que o autor talvez tivesse a intenção de atrair leitores contra a proposta e contra agrotóxicos, para que assim, no interior do texto que imaginaram fazer uma crítica negativa aos produtos, tivessem contato com argumentos opostos que levassem a outras reflexões. De todo modo, não se pode afirmar com certeza. São apenas análises dos dados. Há formações discursivas divergentes, mas que possuem uma mesma função social e, portanto, compartilham o mesmo campo discursivo (MAINGUENEAU, 2005). Realizar esse recorte de formações discursivas não é um trabalho fácil, nem para o leitor nem para o pesquisador, ainda mais quando se depara com títulos e textos contraditórios.

No mês de julho de 2019, foram divulgados resultados de uma pesquisa que durou anos, realizada por uma geógrafa da Universidade de São Paulo (USP) chamada Larissa Bombardi. A pesquisadora publicou um mapa que ilustra a quantidade de agrotóxicos usados no Brasil. O conteúdo chegou a ser publicado na Alamanha, lugar onde ficam as maiores empresas agroquímicas do mundo e, curiosamente, não permite em seu território o uso de produtos que exportam ao Brasil. De acordo com o Jornal USP, a geógrafa afirma que:

[...] as perdas não se limitam à contaminação de alimentos e dos cursos d'água. O atlas traz informações de que, depois de extensa exposição aos agrotóxicos, ocorrem também casos de mortes e suicídios associados ao contato ou à ingestão dessas substâncias [...] Entre 2007 e 2014, o Ministério da Saúde teve cerca de 25 mil ocorrências de intoxicações por agrotóxicos. O atlas mapeia as regiões mais afetadas: dos Estados brasileiros, durante o período da pesquisa, o Paraná ficou em primeiro lugar, com mais de 3.700 casos de intoxicação. São Paulo e Minas Gerais ficaram na segunda colocação, com 2 mil [...] Os mapas de faixa etária mostram que 20% da população afetada era composta de crianças e jovens com idade até 19 anos.

Aqui se analisa que a mídia resume os principais pontos levantados pela pesquisadora, como mortes relacionadas à intoxicação alimentar por conta de agrotóxicos, a faixa etária (grupo bastante jovem) mais afetada, os Estados que mais fazem uso dessas substâncias, além de citar o Ministério da Saúde como fonte (fiador) desses dados. Por mais que o jornalista se afaste do conteúdo, há de se ter em mente que o Jornal USP está veiculando a pesquisa de uma de suas alunas e é natural que esse meio de produção colabore para um alinhamento com o conteúdo, não havendo a intenção de desqualificá-lo.

Em contrapartida, no mesmo mês, outra mídia publicou uma notícia desqualificando as pesquisas da geógrafa e também a tão renomada USP. A BrasilAgro publica um artigo de opinião com o título “USP imputa aos agrotóxicos a encarnação do mal sobre a Terra”¹⁴, em que acusa a Universidade de “assassinar a moderna agronomia no Brasil”:

Larissa Bombardi, autora do apavorante texto, divulgado dias atrás, com estardalhaço, no exterior. Implacável, ela dispara sua metralhadora contra o agronegócio [...] A geógrafa da USP imputa aos agrotóxicos a encarnação do mal sobre a Terra. Qual numa fábula, ela romanceia a tradicional produção camponesa, vista como a bem-aventurança no campo. Bucolismo puro. Nota-se um desprezo pelo avanço científico. Pior. O Atlas promove uma falsificação da história. A professora Larissa deforma a realidade do agro, para assim endossar sua fantasia retrógrada.

Aqui há um forte espaço da polêmica acirrada. O autor do artigo da BrasilAgro só compreende o discurso da geógrafa dentro da formação discursiva dele, seguindo a regência da semântica global. Para o escritor, a geógrafa é digna de total desqualificação, possui opiniões retrógradas, despreza avanços científicos e seu discurso é “apavorante”, o que leva-o a acusá-la de falsificação. Ele polariza a outra parte envolvida ao qualificá-la como “implacável” e utilizar cenografias que remetem a tiros e armas para falar do material produzido pela pesquisadora. Se ela é “implacável”, ele entra no que Maingueneau classifica

¹⁴ GRAZIANO, Xico. **USP imputa aos agrotóxicos a encarnação do mal sobre a Terra**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaoeconomia/usp-imputa-aos-agrotoxicos-a-encarnacao-do-mal-sobre-a-terra-analisa-xico-graziano/>. Acesso em: jul. 2020.

como interincompreensão da polêmica, em que não há possibilidade de entender o outro dentro do modo de vista dele, apenas com o seu. Para fundamentar a argumentação, o engenheiro agrônomo diz que:

Na série histórica (1985/2016), foram notificados ao Sistema Nacional de Informações Toxicofarmacológicas (SINITOX), do Ministério da Saúde, cerca de 1.750.000 casos gerais de intoxicação. Desses, 29,1% foram causados por medicamentos, 22% por animais peçonhentos, 9,8% por produtos domissanitários e 6,1% por produtos fitossanitários (agrotóxicos). [...] Estes são os números. Frente aos mesmos, julgando-os modestos frente à sua tragédia fabricada, a professora Larissa preferiu aumentá-los em 50 vezes.

São citados o Ministério da Saúde e o SINITOX como fiadores das informações que, do ponto de vista dele, provam que a geógrafa aumentou a realidade do perigo dos usos de agrotóxicos, além de alegar que números são irrefutáveis. De acordo com as informações obtidas, há números maiores de mortes por outros fatores tóxicos; assim, os agrotóxicos seriam os menores causadores desses danos.

No fim de 2019, em dezembro, a Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos publica um texto com o polêmico argumento “Agrotóxico não existe”¹⁵. O autor, um engenheiro agrônomo, inicia o texto com uma analogia ao uso de medicamentos:

Imagine a seguinte situação: Você acorda com dor de garanta. Vai ao médico e recebe uma receita de anti-inflamatório. A receita diz que você deve tomar um comprimido por dia durante cinco dias. Mas a sua garganta dói muito e você decide tomar três comprimidos por dia e o faz por dez dias. Sabe o que você fez? Você intoxicou o seu fígado porque não seguiu a recomendação do médico. Apesar disso, você não chama anti-inflamatório de hepatotóxico, chama? Não chama porque não é. Anti-inflamatório é um medicamento que já salvou milhares de vidas, mas que pode ser tóxico se não for usado de acordo com as recomendações médicas. O mesmo raciocínio vale para os chamados agrotóxicos. Nenhum agrotóxico pode ser vendido sem um receituário agrônomo.

A analogia proposta busca argumentar que agrotóxicos só fazem mal se usados fora das recomendações prescritas, assim como vários outros produtos. É uma linha analógica, que busca desqualificar o discurso de quem entende agrotóxico como “veneno”, tendo, inclusive, um tom de denúncia de hipocrisia. Nessa dicotomização, o autor insinua que outros produtos não são atacados, apesar de apresentarem riscos. Logo em seguida, ele conta que homens do

¹⁵ CIQUEIRA, Ciro. **Agrotóxico não existe.** Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/economia/usp-imputa-aos-agrotoxicos-a-encarnacao-do-mal-sobre-a-terra-analisa-xico-graziano/>. Acesso em: jul. 2020.

campo costumavam ter pouca instrução escolar, sendo muitos deles analfabetos. Dessa forma, não conseguiam ter acesso às instruções corretas de uso. Além disso, o engenheiro surpreende ao contar que:

Deixar o produtor rural com medo do produto era uma forma bastante eficiente de fazê-lo ter cuidado no manuseio. Por essa razão os baldes de agroquímicos eram sempre pintados com faixas de cores fortes como amarelo e vermelho. Por isso os produtos vinham com caveiras e ossos cruzados desenhadas no recipiente. E é por conta dessa necessidade que se utilizou o termo agrotóxico. (...) Mas hoje a agricultura é feita, em grande medida, por agricultores instruídos. O termo agrotóxico hoje serve apenas para ser usado por quem detrata o setor rural. A utilidade que ele teve no passado se perdeu no tempo. Não existe mais.

O autor do texto traz dados históricos para validar seus argumentos e defender que o termo “agrotóxico” não deveria mais ser utilizado porque perdeu sua função social, sendo apenas usado por aqueles que mantêm essa “guerra” viva com denúncias e associações com venenos. Porém, em nenhum momento, esses dados são comprovados por gráficos, intuições ou outras pesquisas que apresentem ares de veracidade ao conteúdo narrado. Observa-se a falta de um fiador que transmita segurança, incubindo o leitor da tarefa de confiar no que está sendo dito e ponto.

Chega-se ao fim das análises diacrônicas, que abrangem até o ano posterior ao ápice da polêmica dos agrotóxicos. Esses dados serão úteis para os comentários conclusivos das questões propostas no início deste trabalho. O percurso de análise revelou conteúdos e intenções que não foram pensados no momento da coleta e de leitura dos textos que compõem o *corpus*. O processo de análise esmiuçada não se compara a qualquer outro método facilitador. Ainda assim, como já dito, as ferramentas tecnológicas não foram deixadas de lado nas análises. Seguem dados gerados pelo *Logicel AntConc*.

3.2 Uma Discussão sobre Memória e Apagamento

O grupo de textos transformados em PDF também precisou ser passado para o formato TXT, uma exigência do *Logicel AntConc* para trabalhar o grupo de textos. Esse *software* é configurado para processar textos em inglês e, devido a isso, o pesquisador brasileiro deve se atentar às configurações para evitar que o programa forneça dados inúteis, como partes “quebradas” de palavras que não são reconhecidas na língua portuguesa, que é cheia de acentuações, entre outras coisas. É recomendável que o usuário interessado em

instrumentação de pesquisa, antes de iniciar o tratamento dos textos, vá até “Global Setting” na barra inicial do *AntConc* e mude para “Unicode”, para facilitar a otimização de resultados gerados pela máquina. Utilizou-se a ferramenta “Concordance”, que fornece em formato de lista as palavras precedentes e posteriores ao enunciado buscado. A visualização do contexto pode ser mais satisfatória caso sejam feitas alterações em “Search Window Size”.

Figura 19: Resultados gerados pelo *Logiciel AntConc*

Word Types	Word Tokens	Search Hits
8979	69514	0

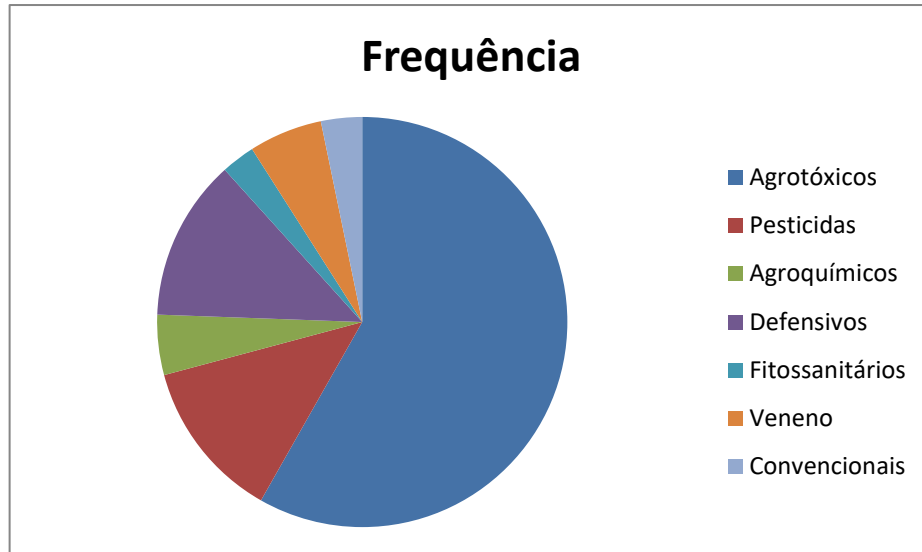
Freq	Word	Lemma Word Form(s)
3512	de	
2032	a	
1912	o	
1823	e	
1572	que	
1126	do	
1048	em	
928	da	
799	é	
767	no	
756	para	
752	os	
578	com	
560	não	
530	por	
524	mais	
509	na	
503	agrotóxicos	
465	um	

Search Term: Words Case Regex
 agrotóxicos
 Hit Location: Search Only: 0
 Lemma List: Loaded
 Word List: Loaded
 Sort by: Invert Order
 Sort by Freq

Fonte: *Logiciel AntConc*

A palavra de maior frequência foi “agrotóxicos”, em sua forma plural. Após as buscas, foi possível exportar arquivos em formato TXT com os resultados da análise e, a partir dos dados obtidos, serão iniciadas análises mais específicas. As observações a seguir foram feitas numa espécie de mescla entre a descrição dos dados coletados e as análises interpretativas.

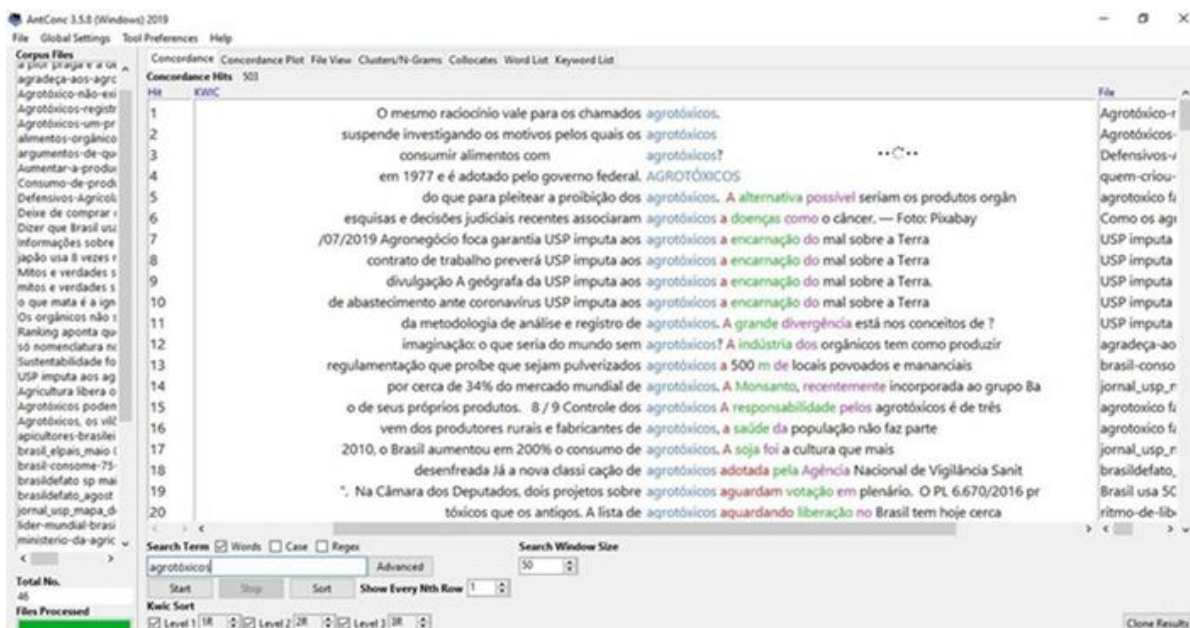
Figura 20: Gráfico gerado pelo Excel com a frequência dos termos coletados pelo *AntConc*



Fonte: Excel

Foram agrupadas todas as palavras usadas como “sinônimos” de agrotóxicos e suas respectivas frequências. Os dados obtidos foram: agrotóxicos (503 ocorrências); pesticidas (109 ocorrências); agroquímicos (41 ocorrências); defensivos (110 ocorrências); veneno (50 ocorrências); convencionais (28 ocorrências); e fitossanitários (23 ocorrências). Considerando que, ao todo, foram geradas 864 ocorrências de termos relacionadas a agrotóxicos, fez-se uma discussão geral sobre cada termo ao invés de analisar sentença por sentença.

Figura 21: Resultados para “agrotóxicos” no *Logiciel AntConc*



Fonte: *Logiciel AntConc*

Figura 22: Resultados para “pesticidas” no *Logicel AntConc*

AntConc 3.5.8 (Windows) 2019

File Global Settings Tool Preferences Help

Concordance Concordance Plot File View Clusters/N-Grams Collocates Word List Keyword List

Concordance Hits 109

Hit	KWIC	File
1	Internacional de Conduta para o Manejo de Pesticidas. A organização destaca, entretanto, que sem a	apicultores-t
2	que comprovam o contato dos insetos com pesticidas. A partir daí eles podem levar os	apicultores-t
3	toneladas de alimentos. Sem o uso de pesticidas a perda poderia chegar a 40% de toda	mitos e verd
4	lógica dos que defendem o banimento dos pesticidas, a resposta é sim, já que são	Agrotóxicos-
5	segundo o nível de perigo oferecido pelos pesticidas, agora a sistematização dos produtos passou a	brasildefato.
6	IVADO EM: Bancada Ruralista Substâncias Tóxicas Pesticidas Agricultura Transgênica Agricultura Ecológica	brasil_elpais
7	PL 6299/02: Saiba mitos e verdades sobre os pesticidas Agrosaber Imagem: Adobestock Por Agrosaber 08/03/	mitos e verd
8	• ENGLISH ESPAÑOL INÍCIO • POLÍTICA PESTICIDAS Agrotóxicos: 44% dos princípios ativos liberados	brasildefato.
9	maior facilidade na regulação e distribuição dos pesticidas ajudaria o país a manter a produtividade	agrotoxico fe
10	Ouçã o áudio: 00:00 Dos 353 princípios ativos de pesticidas autorizados no Brasil, 155 ou 44% são proibidos n	brasildefato.
11	para seu controle, como o uso de pesticidas autorizados. No entanto, na prática, as pragas,	Deixe de con
12	das regiões com uso mais intenso de pesticidas Brasil ocupa a 51ª posição entre 164 países	agrotoxico fe
13	da ONU que lida com resíduos de pesticidas chegou à mesma conclusão. P. Como podemos	Os orgânico-
14	uma política de redução do uso de pesticidas, com a criação de zonas livres da	Brasil usa 5C
15	analisou dados do Paraná, a relação dos pesticidas com a malformação também foi acompanhada por	Agrotóxicos
16	prevê a alteração do nome “agrotóxico” para “pesticidas”, com o objetivo de seguir os padrões	lei-dos-agro
17	, milho e cana de açúcar consumiram 72% dos pesticidas comercializados no País. O atlas Geografia do	jornal_usp_n
18	de insumos mulheres, por exemplo, imaginaram os pesticidas como número 9 na lista, enquanto os estudantes	Agrotóxicos-
19	legislação brasileira proibir o uso de alguns pesticidas, como por exemplo, o DDT, sua utilização	Pesticidas, H
20	de alimentos para cada dólar investido em pesticidas, contra oito kg do Japão), que cada	Agrotóxicos-

Search Term Words Case Regex Search Window Size 50

Start Stop Sort Show Every Nth Row 1

Kwic Sort Level 1 1R Level 2 2R Level 3 3R

Clone Results

Fonte: *Logicel AntConc*

Figura 23: Resultados para “agroquímicos” no *Logicel AntConc*

AntConc 3.5.8 (Windows) 2019

File Global Settings Tool Preferences Help

Concordance Concordance Plot File View Clusters/N-Grams Collocates Word List Keyword List

Concordance Hits 41

Hit	KWIC	File
1	hoje não são apenas agroquímicos, são smart-agroquímicos.	Agrotóxico-r
2	eia, 91,8% das amostras desse legume apresentaram agroquímicos acima do permitido. Além do pimentão, também	Agrotóxicos,
3	Em certas situações as pulverizações de agroquímicos alcançam 30% do custo de uma lavoura. Se	Agrotóxico-r
4	à scalização dos alimentos. Pelas novas normas, agroquímicos antes considerados “altamente tóxicos”, podem pas	brasildefato,
5	é possível por causa ciência e dos agroquímicos”, avalia o pesquisador. “A imagem que se	japão usa 8 \
6	natural que sejamos um grande consumidor de agroquímicos.	Agrotóxico-r
7	e outros 214 casos de intoxicação ocupacional por agroquímicos, com apenas sete óbitos registrados. Entre os 971	Agrotóxicos-
8	de agroquímicos do mundo?	Agrotóxico-r
9	em longevidade, Japão usa oito vezes mais agroquímicos do que o Brasil Na proporção do	japão usa 8 \
10	cultivada, os japoneses utilizam oito vezes mais agroquímicos do que o Brasil. “Não dá para	japão usa 8 \
11	câncer. Por outro lado, a indústria de agroquímicos e agências reguladoras em todo o mundo	Como os agri
12	m especialistas consultados pelo G1: Indústria de agroquímicos e agências reguladoras garantem que, desde que	Como os agri
13	mundo, portanto, não pode abrir mão dos agroquímicos – e Nicholas Vital mostra por quê. Sem	agradeça-ao
14	Por essa razão os baldes de agroquímicos eram sempre pitados com faixas de cores	Agrotóxico-r
15	017/10/10/rebound- crop-protection-industry-2017/ Agroquímicos Genéricos perdem espaço para especialidades – htt	o que mata €
16	colhemos mais. A cada dólar investido em agroquímicos, geramos 140 quilos de alimentos. O Japão conseguiu	Mitos e verd
17	”. Pelo contrário, todas as grandes empresas de agroquímicos hoje, têm uma divisão voltadas a este	A lei dos agr
18	avulsa de notícias negativas em torno dos agroquímicos, muitos consumidores se dispõem, inclusive, a pag	argumentos
19	de pesquisa analisou dados do uso de agroquímicos nas culturas de soja, milho, algodão e	japão usa 8 \
20	conta os riscos associados ao uso dos agroquímicos nas mais diversas situações, incluindo o mecanismo	japão usa 8 \

Search Term Words Case Regex Search Window Size 50

Start Stop Sort Show Every Nth Row 1

Kwic Sort Level 1 1R Level 2 2R Level 3 3R

Clone Results

Fonte: *Logicel AntConc*

Figura 24: Resultados para “convencionais” no *Logiciel AntConc*

AntConc 3.5.8 (Windows) 2019

File Global Settings Tool Preferences Help

Concordance Concordance Plot File View Clusters/N-Grams Collocates Word List Keyword List

Concordance Hits 28

Hit	KWIC	File
1	encionou nenhuma vantagem em se consumir produtos convencionais . Ao menos tiveram esse cuidado. * Responder	argumentos
2	menos eficiente e rentável que os sistemas convencionais . De acordo com o que diz o	plântio de or
3	superiores e mais seguros do que os convencionais . Diante da avalanche de notícias negativas em	argumentos
4	dos consumidores no Brasil preferem os alimentos convencionais e estão certos . Vamos a um exercício	agradeça-ao
5	AIO 14, 2019 Muitos acreditam que as agriculturas convencionais e orgânicas competem por um mesmo mercado	plântio de or
6	lhada de 237 estudos comparativos entre alimentos convencionais e produtos equivalentes produzidos sem agroquím	argumentos
7	síduos de agrotóxicos que permanecem nos alimentos convencionais e que param no organismo humano. Também	argumentos
8	, quando a temática tratada é “Orgânico vs. Convencionais ”, gira em torno dos resíduos encontrados nos	plântio de or
9	* O plântio de orgânicos e convencionais MAIO 14, 2019 Muitos acreditam que as agricultura	plântio de or
10	“mata”. A pessoa para de comer alimentos convencionais , mas esquece de parar com as drogas,	argumentos
11	orgânicos não têm vantagens em relação aos convencionais , mas viraram moda graças às campanhas contra	Agrotóxicos
12	ingestão de resíduos de agrotóxicos em alimentos convencionais ? Mesmo que seja um primo do irmão	agradeça-ao
13	ou de sabor, entre produtos orgânicos e convencionais . Na briga entre dois mercados tão diferentes,	agradeça-ao
14	que os alimentos orgânicos são superiores aos convencionais . O Diretor ainda complementa: “Crenças dos consum	plântio de or
15	não se conservem tão bem como os convencionais , o que ocasiona deteriorações fúngicas. Alguns d	Deixe de con
16	dos consumidores no Brasil optem pelos alimentos convencionais . Os orgânicos são , e sempre serão, produtos	agradeça-oi
17	de serem mais caros que os análogos convencionais . Os principais motivos para o aumento do	alimentos-oi
18	soja que puder”, saudáveis do que os convencionais ou que reduzem o risco de câncer.	plântio de or
19	Blog Syngenta O plântio de orgânicos e convencionais Post navigation Deixe um comentário Destaque da	Deixe de con
20	e não pelo seu sabor), os produtores convencionais priorizam o atrativo do alimento, sacrificando se	

Search Term Words Case Regex Search Window Size 50

convencionais Advanced

Start Stop Sort Show Every Nth Row 1

Kwic Sort

Level 1 Level 2 Level 3 3R

Clone Results

Fonte: *Logiciel AntConc*

Figura 25: Resultados para “veneno” no *Logiciel AntConc*

AntConc 3.5.8 (Windows) 2019

File Global Settings Tool Preferences Help

Concordance Concordance Plot File View Clusters/N-Grams Collocates Word List Keyword List

Concordance Hits 50

Hit	KWIC	File
1	tomar um galão de cinco litros de veneno a cada ano. É o que os	brasil_elpais
2	que estão tentando aprovar o “Pacote do Veneno ”, a luz de todas os fatos trazidos	o que mata
3	lei 6.299/02, que ficou conhecido como “pacote do veneno ”. A ministra Tereza Cristina, então deputada pelo	ritmo-de-lib
4	e plantar, comercializar e consumir alimentos sem veneno . Agroecologia é uma relação a partir de	argumentos
5	Agrotóxicos - entenda a polêmica da “PL do Veneno ” Alteração da palavra Maior poder ao Ministério	lei-dos-agro
6	tinha gente que mexia o caldo (de veneno , antes da aplicação na lavoura) com a	só nomencla
7	Zuben, diretor executivo da Andef. “Pacote do veneno ” Apesar de comemorar a celeridade nas liberações,	ritmo-de-lib
8	seguirá para o Senado – de lei do veneno . Confira a seguir os principais trechos da	A lei dos agr
9	“Manifesto Contra o FAST SHOP Pacote do Veneno ”. Cupom Fast Shop Galaxy Note 10 Lite R\$150	lider-mundi:
10	eto de Lei 147/2018, conhecido como “pacotinho do veneno ”. De autoria do ex-governador Geraldo Alckmin	brasildefato
11	Existem outras substâncias que estão presentes em veneno de rato , shampoo para piolhos, entre outros	a pior praga
12	ligação entre a espinha bífida e o veneno ; diz o pai de Emanuely. No norte	Agrotóxicos
13	não afasta a possibilidade de um conter veneno e o outro não, por exemplo. * Responder	argumentos
14	Comunidade científica brasileira rechaza “Ley del Veneno ” en análisis en el Congreso exhibilizando cada	brasildefato_
15	entre os defensores, e de Pacote do Veneno entre os críticos, que temem que a	lei-dos-agro
16	da saúde manifestam preocupação, dizendo que mais veneno está sendo “empurrado” à revelia para a	ritmo-de-lib
17	contrário aos agrotóxicos é o documentário “O veneno está sobre nossa mesa ” que questiona o	Agrotóxicos
18	Agrotóxicos - entenda a polêmica da “PL do Veneno ” Imagem: iStock Por Carolina Cunha, da Novelo	lei-dos-agro
19	país só avaliam os efeitos de cada veneno isolado na saúde humana, mas o que	ritmo-de-lib
20	as roupas que usavam na aplicação do veneno junto com as peças do resto da	Agrotóxicos

Search Term Words Case Regex Search Window Size 50

veneno Advanced

Start Stop Sort Show Every Nth Row 1

Kwic Sort

Level 1 Level 2 Level 3 3R

Clone Results

Fonte: *Logiciel AntConc*

Figura 26: Resultados para “defensivos” no *Logiciel AntConc*

AntConc 3.5.8 (Windows) 2019

File Global Settings Tool Preferences Help

Concordance Concordance Plot File View Clusters/N-Grams Collocates Word List Keyword List

Concordance Hits 110

Hit	KWIC	File
1	o sintéticos. As plantações orgânicas também usam defensivos, a diferença é que ao invés de	plântio de or
2	novas pragas) e químicos (produtos tossanitários/ defensivos). A sustentabilidade na agropecuária. . utilizaç	agrotóxicos i
3	iytrmmuthpfhjrjghqahi Conselheiros Vídeos morango defensivos agrícolas saude Artigos Palestras djgbylryud desa	agrotóxicos i
4	e impostos sobre produtos. No caso de defensivos agrícolas, a avaliação de quantidade é feita	Mitos e verd
5	Paulo (Unesp), apresenta outras visões sobre os defensivos agrícolas. A pesquisa mostra que o Brasil	Nova pesqui
6	ntoxicação humana em 2013, somente 4,23% eram por defensivos agrícolas. Além disso, metade desses casos foram	Agrotóxicos
7	saúde. (Budimir Jevtic/Fotolia) Pró: Todos os defensivos agrícolas brasileiros passam por anos de estudos	Agrotóxicos
8	gratuitamente o plano desse mês Agrotóxicos x Defensivos agrícolas Como o nome já diz, agrotóxico	Agrotóxicos
9	agrotóxicos e os favoráveis usam o termo defensivos agrícolas. Confira! Alto consumo de agrotóxicos	Agrotóxicos
10	. Além disso, ao dividir o total de defensivos agrícolas consumidos pela quantidade de hectares	Agrotóxicos
11	daninhas). Nos trópicos, onde a neve não Defensivos Agrícolas. . controla naturalmente as pragas, es	Agrotóxicos i
12	entre linhagens de aves garantem ganhos genéticos Defensivos Agrícolas: Coronavírus poderá impactar no preço d	Defensivos-7
13	Embora sejam produtos estudados profundamente, os defensivos agrícolas devem ser usados apenas quando necessár	uso de agrot
14	umidor de produtos fitossanitários ou agrotóxicos defensivos agrícolas do mundo. É necessário, como se	Consumo-de
15	insumos, como corretivos de solo, fertilizantes e defensivos agrícolas. E então caímos em outro ponto	Aumentar-a
16	o Brasil a aplicar os defensivos agrícolas em sua lavoura. Confira.	Agrotóxico-r
17	ima (são recomendados 250 metros) na aplicação de defensivos agrícolas entre as lavouras e as áreas	Nova pesqui
18	quantidade de noti cações de intoxicação pelos defensivos agrícolas. Foram 15,042 casos identi cados em 201	brasildefato
19	da Agricultura anunciou hoje o registro de 16 defensivos agrícolas formulados. Medida nesse sentido... 02	Agricultura l
20	da Agricultura anunciou hoje o registro de 16 defensivos agrícolas formulados. Medida nesse sentido... 02/	Agrotóxicos

Search Term Words Case Regex Search Window Size 50

defensivos

Start Stop Sort Show Every Nth Row 1

Kwic Sort

Level 1 Level 2 Level 3

Clone Results

Fonte: *Logiciel AntConc*

Figura 27: Resultados para “fitossanitários” no *Logiciel AntConc*

AntConc 3.5.8 (Windows) 2019

File Global Settings Tool Preferences Help

Concordance Concordance Plot File View Clusters/N-Grams Collocates Word List Keyword List

Concordance Hits 23

Hit	KWIC	File
1	tiinação adequada de embalagens vazias de produtos fitossanitários. A Receita Agronômica é um instrumento que	uso de agrot
2	por produtos domissanitários e 6,1% por produtos fitossanitários (agrotóxicos). Registraram-se no período 3.967 ó	USP imputa
3	eira. No mundo todo se utiliza produtos fitossanitários. De acordo com dados do SINDIVEG, do	Consumo-de
4	rtigo. Fontes consultadas: Evolução dos Produtos Fitossanitários e seu uso no Brasil -http://bibliotecadigital.	o que mata é
5	, sob o aspecto de resíduos de produtos fitossanitários em alimentos, é adequada. O LMR (Limite	uso de agrot
6	situação e, se a utilização de produtos fitossanitários for necessária, deve seguir as orientações do	uso de agrot
7	ABERTO ESPAÇO ABERTO Consumo de produtos fitossanitários no Brasil - Por José Otávio Menten Freq	Consumo-de
8	. Os dados disponíveis de consumo de produtos fitossanitários no mundo mostram valores bastante variáveis, em	Consumo-de
9	se refere ao custo energético dos produtos fitossanitários. O especialista exemplifica: “Em alguns cultivos	Deixe de con
10	da água, também em fertilizantes e tratamentos fitossanitários”, observa. Tudo vale a pena pela saúde?	Deixe de con
11	Brasil é o maior consumidor de produtos fitossanitários ou agrotóxicos/defensivos agrícolas do mu	Consumo-de
12	para controlar pragas e doenças são “produtos fitossanitários ou de proteção de plantas ou praguicidas	só nomencla
13	de obra, a menor eficiência dos produtos fitossanitários para o controle de pragas e doenças	Deixe de con
14	e tipos de culturas requerem diferentes manejos fitossanitários: “Por exemplo, fungicidas são mais utilizados no	Dizer que Br
15	que visa racionalizar a utilização de produtos fitossanitários, que só podem ser adquiridos com a	uso de agrot
16	puder”, diz especialista regulatória de produtos fitossanitários, sementes e insumos. Por - Leonardo Gottems A	Informações
17	de se expressar o consumo dos produtos fitossanitários. Simplesmente o total consumido, ou mesmo o	Consumo-de
18	.a./kg de grão. Como os produtos fitossanitários sofrem degradação após serem aplicados e devem	Consumo-de
19	oníveis. Detalhe fundamental: os produtos fitossanitários somente devem ser usados quando necessári	Consumo-de
20	temente, a aplicação de defensivos. Os produtos fitossanitários são adquiridos pelos agricultores como produtos c	Consumo-de

Search Term Words Case Regex Search Window Size 50

fitossanitários

Start Stop Sort Show Every Nth Row 1

Kwic Sort

Level 1 Level 2 Level 3

Clone Results

Fonte: *Logiciel AntConc*

De acordo com Guimarães (2005), que realizou um longo estudo sobre o processo de nomeação, tal ato tem uma ligação histórica. Desse modo, as contribuições de Guimarães fazem refletir sobre a memória que se construiu sobre agrotóxicos no Brasil. Como já mencionado, as discussões do autor vão além da etimologia e abrangem questões políticas,

econômicas e sociais. Quando um veículo de notícia opta por usar um termo e não outro para se referir aos agrotóxicos, ele está se posicionando ideologicamente na história. Fazer essa escolha é uma forma ética de se inscrever na história, pois nomenclaturas carregam historicidades que ainda significam no presente e podem significar até mesmo quando fazem omissões. Os termos coletados não são apenas termos para nomear. Eles fazem parte de um embate polêmico e são inseridos nesse discurso como forma de argumentação. De acordo com Paveau (2015), os cientistas têm o dever de fazer escolhas éticas ao argumentar.

Verificou-se que o termo “agrotóxicos” é usado por ambas as partes, mas os favoráveis à alteração da Lei quase sempre evitam essa nomenclatura. Quando a utilizam, é para criticar a forma negativa como a população brasileira vê o produto. Os outros “sinônimos” – lembrando que este trabalho não considera que todos esses termos sejam de fato sinônimos –, como “convencionais”, “pesticidas”, “agroquímicos”, “defensivos” e “fitossanitários”, são utilizados somente pelos defensores do Projeto. Em contraponto, “veneno”, é usado pelos opositores da proposta que a apelidaram de “PL do Veneno”.

“Agrotóxicos” remetem à toxicidade, que vem do tóxico, definido pelo dicionário Michaelis como “que ou o que envenena; que tem a propriedade de envenenar; venenoso”. No popular, a toxicidade lembra morte, doenças e danos graves no organismo. Quando essa memória é somada à unidade léxica “agro”, nossa memória discursiva associa o alimento com veneno. Além disso, há uma lembrança sobre agrotóxicos que, segunda Paveau (2015), é uma junção de memória cognitiva e discursiva, somada por fatores internos e externos. Os fatores internos, neste caso, são nossa capacidade de armazenar na lembrança os fatores externos, como campanhas para lavar alimentos com agrotóxicos, associação de toxicidade com letalidade etc.

Nas ocorrências para “agrotóxicos” geradas pelo Logiciel, como esperado, concluiu-se que as sentenças não obedecem somente a uma das partes na discussão, já que se trata do termo mais popular do espaço público. Ainda assim, é possível observar algumas recorrências. A maioria das sentenças é como: “A geógrafa da USP imputa aos agrotóxicos a encarnação do mal sobre a Terra”, “[...] o que seria do mundo sem os agrotóxicos?”, “[...] agradeça aos agrotóxicos por estar vivo” etc. Sendo assim, ironizam o discurso do opositor ou usam a necessidade e a vida para argumentar a favor destes produtos, apesar desse grupo (defensores da proposta) optar por outros termos. No *print* exposto, há apenas uma sentença em que é possível capturar que possivelmente se utiliza “agrotóxicos” de forma negativa: “[...] fabricantes de agrotóxicos, a saúde da população não faz parte”.

As buscas por veneno revelam que a palavra é mais usada por grupos antiagrotóxicos.

As sentenças encontradas são mais agressivas no sentido da argumentação, como por exemplo “[...] tomar um galão de cinco litros de veneno a cada ano”; “[...] comercializar e consumir alimentos sem veneno”; “Pacote do veneno entre os críticos”. De acordo com o dicionário *Online* do Português, veneno é uma “[...] substância que mata seres vivos ou os torna doentes.”. O grupo do “Pacote do Veneno” desqualifica seus opositores relacionando seus discursos à morte.

Sobre pesticidas, concluiu-se que quase a maioria das ocorrências pertence ao grupo que argumenta a favor dos agrotóxicos. Em alguns casos, agrotóxicos e pesticidas chegam a ser inseridos na mesma frase como sinônimos, sem nenhum tipo de distinção. As ocorrências para pesticidas são do tipo: “[...] sem o uso de pesticidas a perda poderia chegar a 40%”; “[...] maior facilidade na regulação e distribuição dos pesticidas ajudaria o país a manter a produtividade”. Vê-se pesticidas salvando lavouras e aumentando a produtividade. Há apenas uma sentença no *print* em destaque que claramente associa pesticidas com malformação.

De acordo com Baronas (2019), com base em um estudo sobre agrotóxicos e pesticidas, existe uma impossibilidade sinonímica entre os termos. Pesticidas são menos tóxicos e não combatem totalmente as pragas animais. O autor fez uma comparação entre dicionários de diferentes idiomas, concluindo que:

[...] embora ambas tenham em comum o traço de que se trata de substância usada para combater pragas da lavoura, no dicionário francês, pesticida é um produto de origem química, o que não é mencionado em português. Além disso, no Larousse, por um lado, o termo designa um produto utilizado para proteção ou tratamento de vegetais e, por outro, são sinônimos para o termo em francês produto fitossanitário e produto fitofarmacêutico e, para o termo em português, o Dicionário Dicio não especifica que tipo de pragas e parasitas a substância combate e, como sinônimo, apresenta somente praguicida” (BARONAS, 2019, p. 82).

Os resultados para “convencionais” indicam que o termo é sempre usado pelos defensores dos agrotóxicos. O termo “convencional” aparece mais vezes quando a discussão entra no âmbito dos produtos orgânicos. A expressão é quase um antônimo de alimentos orgânicos nos textos da mídia. Os exemplos são: “[...] a pessoa para de comer alimentos convencionais, mas não para de usar drogas”; “[...] muitos acreditam que as agriculturas convencionais e orgânicas e competem por um mesmo mercado”; e “[...] orgânicos não tem vantagens em relação aos convencionais”.

Observa-se que o termo “convencional” sempre sucede outro substantivo, na maioria das vezes “alimento”. Raramente aparece sozinho. “Convencional” implica que se trata de

algo conveniente, que, de acordo com o Dicionário *Online* do Português, significa “[...] apropriado ou oportuno; favorável ou interessante”. Dessa forma, este termo já possui uma forte memória discursiva em torno de algo positivo, e que tem mais impacto benéfico que “alimento orgânico”. Se considerar “alimento convencional” em comparação a “agrotóxicos”, há uma argumentação muito mais atenuante.

Em relação às buscas por “agroquímicos”, o termo é usado com a mesma função de “agrotóxicos”. Na maioria dos casos, é colocado no discurso dos defensores da substância. Eis algumas sentenças geradas: “Japão usa oito vezes mais agroquímicos que o Brasil”; “[...] a cada dólar investido em agroquímicos, geramos 140 quilos de alimentos”; e “[...] natural que sejamos um grande consumidor de agroquímicos”. Etimologicamente estão “agro” + “químico”, remetendo a substâncias químicas usadas no campo. Para uma definição mais detalhada, recorreu-se ao Dicionário Michaelis do Português e também a um glossário de termos agrícolas, que definiram como:

Dicionário Michaelis¹⁶: referente à agroquímica, conjunto de conhecimentos químicos relativos à fabricação de produtos químicos destinados à agronomia, como defensivos agrícolas, ou relativos à ação de produtos químicos sobre culturas agrícolas.

Glossário de Termos Usados em Atividades Agropecuárias, Florestais e Ciências Ambientais: denominação genérica dada aos fertilizantes e defensivos agrícolas de origem química ou petroquímica. (ORMOND, 2006, p. 23)

Nas duas definições, “agroquímicos” são colocados como sinônimos de “defensivos agrícolas”. As ocorrências para “defensivos” apontam que o termo sempre precede “agrícola”, e que também são usados na argumentação pró-agrotóxicos, como em “[...] todos os defensivos agrícolas passam por anos de estudo”; “[...] as plantações orgânicas também usam defensivos”. A expressão implica o verbo “defender”, que remete a sentidos de defesa, cuidado e proteção do alimento, atenuando bastante o termo “agrotóxico”, que sugere toxicidade.

“Defensivos agrícolas”, assim como “agroquímicos” e “fitossanitários”, são termos bastante técnicos. Sendo assim, entende-se aqui que é interessante oferecer as definições propostas por um glossário específico, como o já mencionado Glossário de Termos Usados em Atividades Agropecuárias, Florestais e Ciências Ambientais:

¹⁶ MICHAELIS. **Agroquímica**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/agroqu%C3%ADmica/>. Acesso em: maio 2021.

Defensivo agrícola – são substância de origem biológica, química ou física, simples ou compostas, que tem a finalidade de proteger uma cultura contra o ataque de qualquer tipo de vida animal ou vegetal ou de outro agente nocivo às plantas e/ou seus produtos. (ORMOND. 2006. p.96)

A definição proposta pelo glossário condiz com as afirmações anteriores dessa pesquisa, de que a expressão é usada para efeitos de sentido de proteção. A definição de “fitossanitários” não foi encontrada neste Glossário; contudo, nas poucas ocorrências nos textos, verificou-se que ela é usada como sinônimo de agrotóxicos, como em: “[...] no mundo todo se usa produtos fitossanitários”; “Brasil é o maior consumidor de produtos fitossanitários ou agrotóxicos/defensivos”. Porém, ela esteve presente na primeira versão do Projeto de Lei que foi para a Câmara, escrito pelo Deputado Luiz Nishimori (PR-PR). Inicialmente, foi proposta a alteração do termo “agrotóxico” para “produto fitossanitário”.

[...] o conceito de “agrotóxico” utilizado pela atual Lei é inadequado. Nas audiências públicas, alguns convidados defenderam a permanência da palavra “agrotóxico” e outros o termo “defensivos agrícolas” ou “produto fitossanitário”. Em relação ao termo agrotóxico, que parece ter tomado conotação depreciativa junto à opinião pública. (NISHIMORRI in BARONAS. 2019. P. 79)

O próprio deputado se increve no que Paveau (2015) coloca como ideia de *amemória discursiva*, pois está na ordem do apagamento e não da revisão de um termo. Trata-se de uma omissão de toda linha histórica gerada em torno dos agrotóxicos no popular, que é composto por um público muito além de consumidores de notícias *online*. De acordo com o autor do texto, a memória construída em torno dos agrotóxicos é, na maioria das vezes, negativa, ainda que muitos dos textos analisados até aqui argumentem a favor do produto. Essa conotação pejorativa não surgiu de uma simples má vontade da população, mas sim de fatores históricos que levaram a essa construção de sentido, como “doenças humanas”, “mortes”, “falta de políticas de manejo adequado para a população trabalhadora” etc. Entende-se aqui que essa tentativa de fazer esquecer é tão séria quanto o restante do texto do Projeto.

Ao longo das leituras para esta pesquisa, houve o contato com diversos artigos científicos que denunciam os riscos dos agrotóxicos, especialmente para pessoas que lidam diretamente com o produto. Uma equipe de psicólogos do Hospital das Clínicas da UFMG chegou a realizar um acompanhamento do comportamento de trabalhadores rurais e concluiu que “[...] esses sujeitos apresentavam queixas inespecíficas e sintomatologia difusa, num quadro de mal-estar físico e psíquico generalizado” (ARAÚJO *et al.*, 2014, p. 391). Além

disso, outras pesquisas associaram o uso de agrotóxicos a problemas auditivos, respiratório, neurológicos e cancerígenos na saúde humana.

A proposta que acabou indo para a votação foi a alteração de “agrotóxico” para “pesticida”. Como já explicitado com base em pesquisas anteriores, a palavra pesticida não pode ser utilizada com o mesmo sentido de agrotóxico porque sua composição é diferente, ainda que apresentem aspectos em comum. Existe uma notável e preocupante intenção dos relatores em fazer um apagamento consciente do que “agrotóxico” significa. Negar o passado dessa substância é omitir os diversos estudos médicos sobre essa situação e não levar em consideração a questão geográfica dos moradores próximos dessas regiões. Significa moldar nossa memória social a um termo mais atenuante, e até virtuoso. “Pesticida” remete a acabar com pestes, as quais são maléficas e mortais. Com base em todas as nossas considerações anteriores, “pesticida” fica no meio de uma escala argumentativa, que não soa estranho por ser tão técnico como “produto fitossanitário”, além de não remeter à morte, como “agrotóxicos”.

Apesar de ser um ponto de extrema importância, nota-se que poucas mídias deram a devida atenção à nomenclatura. No *corpus* dessa pesquisa, algumas delas fizeram apenas uma breve citação de que a questão existe, poucas se deram o trabalho de trazer algumas explicações terminológicas. A UOL Vestibular chegou a fazer uma breve explicação da questão, como se pode observar:

Alteração da palavra: o projeto prevê a alteração do nome “agrotóxico” para “pesticidas”, com o objetivo de seguir os padrões internacionais de nomenclatura. Antes, a proposta era alterar a nomenclatura para “produto fitossanitário”, de acordo com as normas vigentes no Mercosul. Quem defende a alteração também afirma que o termo “agrotóxico” é depreciativo e evoca algo negativo. Por isso, as empresas do setor preferem falar em “defensivos agrícolas”. Segundo organizações da sociedade civil, a modificação de nomenclatura é uma tentativa de colocar um nome menos impactante para mascarar o verdadeiro risco destes produtos.¹⁷

Trata-se de um breve resumo com os principais pontos da questão. Entretanto, analisando profundamente, observa-se que a mídia justifica a possível alteração por se tratar de um padrão internacional de nomenclatura. Ademais, cita o Mercosul como fiador da aprovação da mudança, enquanto que os críticos são nomeados apenas por “organizações da sociedade civil”, sem nenhuma referência.

¹⁷ CUNHA, Carolina. **Lei dos Agrotóxicos**: entenda a polêmica da "PL do Veneno". Disponível em: https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/lei-dos-agrotoxicos-entenda-a-polemica-da-pl-do-veneno.htm?fbclid=IwAR2hKBrLzpGmSCJyThhXfkrfCdrNoFthT9C0bvc-KJMPMoLi72Hr71_0hW8. Acesso em: jul. 2020.

O *site* Portal Educação forneceu alguns dados terminológicos em um de seus artigos com o objetivo de auxiliar alunos na diferenciação dos termos. De acordo com o *site*:

Pesticidas: são todas as substâncias que têm o objetivo de impedir, destruir, repelir ou mitigar qualquer praga. Um pesticida pode ser qualquer substância química ou um agente biológico (vírus ou bactéria), que é aplicado para o combate a pragas que estiverem destruindo uma plantação, disseminando doenças [...] Agrotóxico: substância ou produto químico fungicida, inseticida, herbicida, na prevenção ou no combate de pragas agrícolas.¹⁸

De acordo com a definição proposta por essa mídia, os “pesticidas” são mais úteis do que “agrotóxicos”, são mais combatentes e a definição é muito abrangente: “[...] qualquer substância química ou biológica no combate as pragas”. Os verbos colocados na definição de pesticida são mais convincentes, aparentam mais força, como “impedir”, “destruir”, “repelir”. No caso de agrotóxico, os verbos são mais brandos, como “prevenir”. Um texto publicado pela Globo Rural¹⁹ afirma que “[...] o termo ‘agrotóxico’ existe só no Brasil. Em outros países as palavras mais usadas para designar produtos químicos aplicados nas lavouras para controlar pragas e doenças são ‘produtos fitossanitários ou de proteção de plantas ou praguicidas e pesticidas’”.

Outra notícia da Folha de São Paulo traz um texto respondendo à seguinte questão: “Agrotóxico é a mesma coisa que defensivo agrícola e pesticida? Sim. A diferença está relacionada à decisão de enfatizar determinado aspecto com a escolha da palavra (outro termo usado é fitossanitário).” Considerando as análises anteriores, é possível notar uma inclinação da mídia no sentido de igualar o termo agrotóxico e pesticida. Quando não o fazem, atenuam a questão apresentando uma argumentação “enfraquecida”.

Com o objetivo de trazer maiores explicações e contribuir com estudos já realizados sobre as diferenças entre agrotóxicos e pesticidas, será explorado aqui o campo econômico do Brasil no cenário consumidor de agrotóxicos. Há um artigo que informa sobre o comércio internacional de agrotóxicos. De acordo com os pesquisadores, os principais países exportadores de agrotóxicos para o Brasil são: Alemanha, França e EUA. Com base nessa informação, e levando em conta que uma possível alteração na nomenclatura brasileira poderia gerar um conflito terminológico com seus principais exportadores, buscou-se fazer uma comparação entre definições brasileiras e estrangeiras desses dois termos.

¹⁸ CAMPONOGARA, Alexandre da Silveira. **Pesticidas, Herbicidas e Agrotóxicos no Contexto da Agricultura**. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/pesticidas-herbicidas-e-agrotoxicos-no-contexto-da-agricultura/57630>. Acesso em: maio 2021.

¹⁹ ESTADÃO CONTEÚDO. **O termo agrotóxico existe só no Brasil, diz professor da Esalq**. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2018/11/globo-rural-o-termo-agrotoxico-existe-so-no-brasil-diz-professor-da-esalq.html>. Acesso em: maio 2021.

Em vários dicionários da língua inglesa, é sugerido “pesticide” para tradução de “agrotóxicos”. Nos dicionários pesquisados (Oxford, Dictionary.com e Merriam-Webster), a tradução para “agrotóxico” não foi encontrada, embora ela tenha sido sugerida em poucos casos de tradução. Segundo o dicionário Oxford²⁰, *pesticide* significa “[...] uma substância química usada para matar insetos nocivos, pequenos animais, plantas selvagens e outros organismos indesejados.”

Na língua alemã, obteve-se a tradução sugerida pelo Google Tradutor para “pestizid” no famoso dicionário “Duden”. De acordo com ele, “pestizid” significa “*Pflanzenschutzmittel, Biozid, Schädlingsbekämpfungsmittel*” (Produtos fitofarmacêuticos, biocidas, pesticidas). Já na língua francesa, foi tomado o exemplo dado por Baronas (2019), do dicionário Larousse: *pesticides*. Conforme o dicionário, “pesticidas” são produtos de origem química, usados para a proteção ou tratamento de plantas (sinônimos de “produto fitossanitário”, “produto fitofarmacêutico”).

Em português, consultando o dicionário Michaelis, encontram-se a definição de agrotóxicos e, na sequência, a de pesticida:

Agrotóxico: Diz-se de ou qualquer produto químico, como herbicidas, inseticidas, fungicidas e s vegetais, usado para melhorar a qualidade e a produção da lavoura; defensivo agrícola.

Pesticida: Diz-se de ou qualquer substância utilizada no combate a pragas

As análises desta pesquisa apontam que todo o principal comércio exportador se identificaria com a nomenclatura “pesticida”, uma vez que, no vocabulário dele, é o termo comum, considerado sinônimo de “fitossanitário” pelos dicionários francês e alemão. Porém, no português, é omitido o fator químico dos “pesticidas”, diferente dos dicionários do inglês, francês e alemão. Existe uma diferença terminológica significativa, embora todas retratem o fator combatente à pragas nas plantações.

Finalizando as discussões apresentadas, conclui-se que há uma tendência midiática de ir em direção a proposta de alteração do termo “agrotóxico” para “pesticida”, com a intenção de apagar toda uma história de sentidos atribuída a esse primeiro termo. Paveau (2015, p. 238) afirma que está se falando de “[...] um esquecimento voluntário e orquestrado, um esquecimento ativo motivado pelo fato de que lembrar ou ‘ter em mente’ seria insuportável, por razões muito variadas”. Sendo assim, a proposta de alteração tenta obter uma brecha na

²⁰ CAMBRIDGE DICTIONARY. **Pesticide.** Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/pesticide>. Acesso em: maio 2021.

legislação para suavizar as lembranças relacionadas à toxicidade e a morte. Evidenciou-se também que o grupo de termos usados como sinônimos para “agrotóxicos” está inserido numa escala argumentativa que obedece à semântica global do que pode ou não ser dito dentro de determinado discurso. As palavras consideradas sinônimas de “agrotóxicos” carregam, assim como as ruas no estudo de Eduardo Guimarães, a história. Elas podem ser utilizados de acordo com a necessidade argumentativa das condições de produção.

4 ÚLTIMAS PALAVRAS E APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Ao apresentar o tema escolhido e justificar a relevância do *corpus* desse estudo, foram levantadas algumas questões para nortear as discussões propostas. Primeiramente, foi descrito o percurso histórico da “batalha” dos agrotóxicos no Brasil desde os primeiros anos em que foram inseridos na nossa cultura e economia. Espera-se que esta apresentação tenha contextualizado historicamente o leitor sobre todos os principais acontecimentos que culminaram até o momento da polêmica/acontecimento da aprovação do Projeto de alteração da Lei dos Agrotóxicos.

Fez-se ainda um recorte de notícias e artigos referente aos agrotóxicos de meados de 2016 até o fim de 2019, ano posterior ao ápice da polêmica no espaço público. Todos os textos foram selecionados a partir de *sites* de notícias que possuem páginas no Facebook, por conta do maior alcance e acirramento do campo polemista. Inicialmente, foi feito um percurso de análise diacrônico, partindo de pequenos excertos desses materiais, com foco nos acontecimentos mais relevantes desse embate. Foram selecionados materiais de diferentes campos ideológicos, buscando compreender como o discurso polêmico foi construído no gênero analisado para fomentar o debate. Respondendo a essa primeira questão, chegou-se a alguns apontamentos. Entende-se que tais observações permitiram ilustrar o campo argumentativo que envolve esse debate, sendo esse o maior objetivo nessa pesquisa.

No corpo do texto, procurou-se expandir o olhar dos leitores pesquisadores que darão continuidade ao assunto em questão, desde o início da inserção dos agrotóxicos na cultura econômica brasileira. Neste caminho, é extremamente satisfatório poder contribuir com uma causa social tão importante e que envolve tantas temáticas, como qualidade da alimentação na mesa, a saúde dos trabalhadores rurais, problemas geográficos (como a saúde das pessoas que vivem próximas aos locais de cultivo à base de agrotóxicos e danos ambientais) e economia. Isso é muito gratificante.

No quesito amparo científico, é conveniente utilizar os vastos estudos de Maigueneau, principalmente o conceito de destacamento, além das recentes contribuições de Ruth Amossy sobre discurso polêmico nas primeiras análises. Utilizou-se o modelo de análise de pequenos *corpora* proposto por Moirand. Buscou-se entrelaçar as teorias de acordo com o *corpus* e objetivos desta pesquisa, além de enquadrar a pesquisa em uma linha do tempo, numa perspectiva histórica.

Primeiramente, foi pensado que, por conta dessa grande memória discursiva que relaciona agrotóxicos à toxicidade e à letalidade, havia a expectativa de se encontrar, na

maioria dos casos, materiais que seguissem essa linha social e ideológica. Levantou-se a hipótese de abranger muitas matérias com argumentação contrária ao Projeto que quer flexibilizar a Lei dos agrotóxicos de 1989. A coleta dos dados foi feita apenas por palavras-chave; portanto, só houve acesso ao corpo dos textos após a coleta. Dos 46 textos reunidos, metade claramente defende o uso do produto e também acredita que as mudanças na Lei são necessárias, contrariando as hipóteses iniciais deste trabalho. O restante dos textos se divide entre opositores à proposta – estes se manifestam de forma bastante polarizada – e textos que buscam situar o leitor na polêmica, prometendo apresentar os dois lados da temática ou orientar alunos em possíveis redações argumentativas. Esse último grupo é composto por 11 textos, nos quais a opinião da mídia veiculadora ou do autor ficou bastante opaca.

A primeira parte do trabalho relatou a rede semântica referente ao termo “agrotóxico”. Analisar excertos menores, como propôs Moirand, permitiu ter acesso a um grupo argumentativo, situado em determinado momento da história e que, além de fornecer dados linguísticos, também revela parte da história que a sociedade vivenciou e está vivenciando através da linguagem. Esse método de análise possibilita uma captura mais esmiuçada do acontecimento. É possível que um método mais “mecânico”, como processadores de frequência de palavras, deixaria passar fatores importantes.

Ainda sobre as primeiras análises, é importante destacar como o conceito de destaque (MAINGUENEAU, 2015) esteve presente nesse momento de estruturar a pesquisa. Todos os enunciados são destaques fracos, uma vez que o leitor estava a um clique da matéria na íntegra, nas redes sociais. Esse fato não impediu que muitos títulos se tornassem aforizações de segundo grau, permitindo que os internautas comentassem a questão somente pelo título em destaque. O destaque sobreasseverado esteve presente em muitos momentos. Inclusive, foram eles que guiaram as análises em forma de linha do tempo, para que fosse possível identificar os momentos mais polêmicos da questão, como “Agrotóxico não existe”, “Agradeça aos agrotóxicos por estar vivo” e “Ritmo de liberação de agrotóxicos em 2019 é o maior já registrado”. Esses destaques permitiram contrapor argumentos sobre uma mesma questão e, por vezes, até a mesma mídia veiculadora. Não menos importante, o lugar das posições discursivas foi determinante para traçar esse percurso.

Em 2015, iniciou-se o trabalho com noticiários que alertavam a população sobre os riscos dos agrotóxicos. O excerto tem tom de denúncia, dizendo que, nos últimos anos, o Brasil aumentou o uso da substância, além de usar agrotóxicos ilegais. Esse é o único material retirado do ano de 2015, porque a discussão ainda não estava intensa. Nesse momento, os

agrotóxicos foram associados à toxicidade, morte, ilegalidade e doenças graves, como o câncer e malformação genética, conforme o esperado.

Saltando para 2016, agrotóxicos são defendidos por agrônomos que afirmam que são produtos seguros e que passam por uma série de cuidados burocráticos antes de serem comercializados para a população. No início de 2016, já se encontram discursos que levantam a questão da nomenclatura e que argumentam que o termo agrotóxico é inadequado para nomear “produtos fitossanitários”. Já foi estabelecido um embate polêmico que, por um lado, acredita que os agrotóxicos são nocivos e causadores de doenças graves e, por outro, assume um discurso negacionista, declarando que esses produtos são seguros até em demasia.

No mesmo ano, a mesma mídia, EL País, que denunciou o aumento dos usos do produto e o associou com doenças graves, afirma que alimentos orgânicos destroem o planeta, na manchete intitulada como “Deixe de comprar comida orgânica se quiser salvar o planeta”. É interessante o fato de trabalhar com diversas mídias. A contradição acima só prova que foi sábia a escolha de optar por um *corpus* mais diversificado, que amplia o olhar para os argumentos em circulação e não para uma fiscalização da opinião de um veículo de notícia específico. Aqui, agrotóxicos são classificados como “convencionais”, sugerindo não ser proveitosa outra forma de produção de alimentos.

Ao analisar conteúdos do ano de 2017, concluiu-se que as notícias em defesa do produto, apresentando as mais variadas argumentações, aumentam consideravelmente. Nesse sentido, os agrotóxicos são classificados como “vilões” e “mal sob a terra” por seus defensores como forma de ironizar e ridicularizar o discurso do outro. A substância é elevada a algo que garante a nossa vida e devemos “agradecer” que eles existam. Em contrapartida, alimentos orgânicos são introduzidos na mídia sendo associados aos efeitos devastadores do meio ambiente, com preço inacessível aos mais pobres e até causadores de mortes por intoxicação alimentar por conta de pragas não controladas. Além disso, o discurso contra agrotóxicos proposto pelos defensores dos alimentos orgânicos é desqualificado pelos opositores, que alegam se tratar de um interesse exclusivamente financeiro.

No ano de 2018, quando ocorreu a aprovação do Projeto de alteração da Lei dos Agrotóxicos, o discurso contra o produto é associado a pessoas que seguem “ideologias” e tomam partido sem conhecimentos científicos concretos. Um professor da Universidade de São Paulo ironiza os opositores dos agrotóxicos ao dizer que eles creem que a produção de alimentos deve ser uma “tarefa divina”. O docente polariza ideologia *versus* ciência, e o discurso ideológico é reduzido ao mesmo patamar do discurso religioso. A oposição, no entanto, começa a fortalecer a polarização ao falar sobre “PL do Veneno” para se referir ao

Projeto de Lei que estava em discussão.

No dia anterior ao evento discursivo que deu origem ao nosso trabalho, a R7 Notícias traz uma matéria alertando sobre um possível aumento de agrotóxicos no Brasil. Porém, a mídia apresenta argumentos fracos, fazendo o uso de muitos artigos indefinidos, ou seja, passando a ausência de um fiador confiável. Dessa forma, observou-se que, mesmo quando o cenário faz críticas negativas aos agrotóxicos, existe uma argumentação mais branda, de modo proposital ou não. Essa informação é exatamente o oposto do que esperávamos da mídia, considerando a questão da memória discursiva construída sobre esses produtos. Ainda assim, Moirand (2018, p. 12) alerta que “[...] a frequência de certas formas de linguagem na mídia não corresponde de maneira alguma à quantidade de exposição discursiva de cidadãos comuns, que não estão 24 horas por dia ouvindo canais de notícias on-line”. Então, ainda que a mídia apresente técnicas de linguagem que favorecem um lado nessa briga, não significa que a memória discursiva dos brasileiros sobre agrotóxicos tenha sido apagada.

A notícia analisada sobre o dia exato da aprovação do Projeto foi retirada da Agência de notícias da Câmara. O texto é bastante informativo e aparentemente distante de ideologias bem demarcadas. O autor faz um comentário bastante breve em relação às terminologias, apesar de citar que a proposta de alteração da nomenclatura existe no corpo do Projeto. O narrador descreve um cenário com forte polarização por parte daqueles que participaram da reunião. A matéria informa que a maioria dos parlamentares favoráveis ao texto abriu mão de sua oportunidade de fala, mostrando que não tinham a intenção de convencer os oponentes e, talvez, nem o brasileiro.

O período pós-aprovação do Projeto, de julho de 2018 a dezembro de 2019, trouxe novas associações para os agrotóxicos. Os opositores entraram com argumentos sobre danos à saúde que estes produtos podem causar, não só quanto ao consumo dos alimentos, mas também no sentido geográfico. Notícias denunciam que trabalhadores que lidam com a substância, bem como moradores de áreas próximas aos campos agrícolas, são mais suscetíveis ao desenvolvimento de doenças graves. Observou-se que, no cenário que sucede o momento da aprovação do Projeto, a preocupação maior do grupo antiagrotóxicos não é mais lutar contra o uso do produto como um todo, mas evitar que flexibilizem as leis e liberem ainda mais substâncias tóxicas para os alimentos. Todavia, adentrando em materiais que prometem formar opiniões, como os divulgados por *sites* de vestibular, que as entrelinhas tendem a atenuar ou favorecer o discurso dos defensores da alteração na Lei.

O destaque publicado pela Folha de São Paulo, por exemplo, cria a expectativa de sanar as dúvidas do leitor sobre o assunto, revelando o que é falso e verdadeiro nessa

polêmica. Apesar do conteúdo prometer esclarecer verdades e mentiras, deixa respostas vagas que não respondem com exatidão. Por exemplo, quando questionados sobre a letalidade dos agrotóxicos, a resposta é singela e eufemista ao dizer que “sim (...) mas essa informação, por si só, não quer dizer muita coisa, já que praticamente todas as substâncias existentes têm uma dose letal”.

No início de 2019, o G1 minimiza a questão das liberações e argumenta a favor da prática, incluindo questões como menores preços para o consumidor e garantia de menos burocracias na inovação dos produtos. A chamada do texto alertava para um grande aumento da utilização de agrotóxicos nos últimos meses. Até mesmo uma mídia que parece fazer uma chamada de alerta ao aceleração das novas liberações, se analisada a fundo, argumenta a pelo contrário. Arrisca-se aqui a dizer que existe a possibilidade do autor ter tido a intenção de atrair leitores contra a proposta para que, no interior do texto, tivessem contato com argumentos opostos que levassem a outras reflexões. Nem sempre essa prática deve ser vista como algo negativo, pois colocar os leitores no caminho da reflexão é interessante para abrir espaço para o diálogo.

Durante o ano de 2019, os agrotóxicos passam a ser ainda mais discutidos, especialmente quando uma geógrafa da USP publica um Atlas denunciando o Brasil como maior usuário de substâncias tóxicas. Em contrapartida, no mesmo mês, outra mídia divulgou uma notícia desqualificando as pesquisas da geógrafa, classificando-a como falsa, retrógrada e que possui um discurso apavorante, mesmo se tratando de uma pesquisa de nível internacional, realizada ao longo de muitos anos.

Por fim, em dezembro de 2019, a Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos publica um texto com o curioso título: “Agrotóxico não existe”. O autor do texto traz dados históricos para validar seus argumentos e defender que o termo “agrotóxico” não é apropriado, porque perdeu sua função social e só é usado por aqueles que mantêm essa polêmica viva em benefício próprio (os produtores orgânicos). Concluiu-se, no entanto, que, apesar do Brasil ter construído uma forte imagem negativa em relação aos agrotóxicos e seus discursos, a mídia não segue esse raciocínio. Existem mais materiais favoráveis do que contrários, ou mesmo os isentos, quando se aprofunda nas análises, os discursos pró-agrotóxico são mais favorecidos e bem mais fundamentados.

Um ponto importante para as conclusões desta pesquisa foi considerar o papel do jornalista em veicular verdades ou mentiras. Não se concluiu que os jornais tenham em mente um "plano conspiracionista" a favor de uma causa, até porque eles trabalham com as informações que chegam o tempo todo, com determinado público-alvo e, ainda que sejam

atravessados por suas ideologias, também são colocados em cenários de complexibilidade. Desse modo, acredita-se aqui que, ao invés de tentar transmitir verdades e mentiras, as mídias e seus colaboradores poderiam colocar mais espaços para reflexões. Todo o material analisado, até mesmo os mais polarizados, trouxeram esclarecimentos que inicialmente não foram considerados. Em suma, todo material analisado leva a pensar que a banalização dos produtos é algo bem distante da realidade, principalmente em termos econômicos. Produzir alimentos orgânicos é mais custoso, tanto para o produtor quanto para o consumidor final. Observou-se que, em termos de saúde, as pessoas que moram nessas zonas de cultivos ou que manuseiam os produtos, principalmente as que não conseguem ler as instruções de uso, correm muito mais riscos em relação àqueles que consomem o alimento “convencional”. Expor a realidade não significa que haja aqui uma defesa da passividade desse quadro social.

Sobre a segunda questão proposta, no tocante a como as nomenclaturas referentes aos agrotóxicos são articuladas nessa construção, conclui-se que os termos relacionados a agrotóxicos não são sinônimos, mas sim argumentos de grupos ideológicos, e que a mídia não deu a devida importância que a questão da nomenclatura merece, apesar de ter aparecido diversos *mídiuns* sobre a polêmica da “PL do Veneno” ou “Lei dos Agrotóxicos”. Espera-se ter contribuído para os estudos da linguagem e sociais, e ter alcançado os objetivos inicialmente propostos.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **A Apologia da Polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.

ARAÚJO, José Newton Garcia de; GREGGIO, Maria Regina; PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães. Agrotóxicos: a semente plantada no corpo e na mente dos trabalhadores rurais. **Psicol em Rev.** 2014;19(3):389–406.

BARONAS, Roberto Leiser. Agrotóxico versus persticida: notas de leitura sobre polêmica e amemória discursiva. **Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 62-87, abr. 2019 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732019000200062&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 jun. 2020. Epub Apr 15, 2019. <https://doi.org/10.1590/2176-457339267>.

CALDART, Roseli. **MST, Universidade e pesquisa**. – 1 ed. – São Paulo, 2014.

CASSAL Vivian Brusius, AZEVEDO Leticia Fátima de , FERREIRA Roger Prestes, SILVA Danúbio Gonçalves da, SIMÃO Rogers Silva. **Agrotóxicos: uma revisão de suas consequências para a saúde pública**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental – REGET. 2014;18(1):437-445.

CIQUEIRA, Ciro. **Agrotóxico não existe**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaio/economia/usp-imputa-aos-agrotoxicos-a-encarnacao-do-mal-sobre-a-terra-analisa-xico-graziano/>. Acesso em: jul. 2020

CUNHA, Carolina. **Lei dos Agrotóxicos**: entenda a polêmica da "PL do Veneno". Disponível em: https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/lei-dos-agrotoxicos-entenda-a-polemica-da-pl-do-veneno.htm?fbclid=IwAR2hKBrLzpGmSCJyThhXfkrfCdrNoFthT9C0bvc-KJMPMoLt72Hr71_0hW8. Acesso em: jul. 2020.

GIANNINI, Deborah. **Líder mundial, Brasil pode ganhar mais agrotóxicos na comida**. Disponível em: <https://noticias.r7.com/saude/lider-mundial-brasil-pode-ganhar-mais-agrotoxicos-na-comida-16052018>. Acesso em: jul. 2020.

GRAZIANO, Xico. **USP imputa aos agrotóxicos a encarnação do mal sobre a Terra**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaio/economia/usp-imputa-aos-agrotoxicos-a-encarnacao-do-mal-sobre-a-terra-analisa-xico-graziano/>. Acesso em: jul. 2020.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2005.

LOPES, Carla Vanessa Alves; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, p. 518-534, June 2018 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000200518&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 jun. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201811714>.

LOPES, José Reginaldo; ALVES, Gabriel. **Agrotóxico faz mal? É possível não usá-lo? Veja o que é verdade e mentira no debate**. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2018/07/agrotoxico-faz-mal-e-possivel-nao-usa-lo-veja-o-que-e-verdade-e-mentira-no-debate.shtml>. Acesso em: jul. 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. Tradução: Cecília P. de Souza e Silva, Décio Rocha. – 3 ed. – São Paulo: Cortez: 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Frases sem texto**. Tradução de Sírio Possenti et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. de Sírio Possenti. Curitiba, PR: Criar Edições, 2005.

MATA, João Siqueira da; FERREIRA, Rafael Lopes. **Agrotóxico no Brasil – Uso e Impactos ao Meio Ambiente e a Saúde Pública**. Ecodebate, 02 ago. 2013. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2013/08/02/agrotoxico-no-brasil-uso-e-impactos-ao-m-eio-ambiente-e-asaude-publica-por-joao-siqueira-da-mata-e-rafael-lobes-f-erreira/>. Acesso em: 05/2021.

MELLIS, Fernando. **Brasil consome 7,5 kg de agrotóxicos por habitante**. Disponível em: <https://noticias.r7.com/saude/brasil-consome-75-kg-de-agrotoxicos-por-habitante-21072018>. Acesso em: jul. 2020.

MENTEM, José Otávio. **Consumo de produtos fitossanitários no Brasil**. Disponível em: <https://www.beefpoint.com.br/consumo-de-produtos-fitossanitarios-no-brasil-por-jose-otavio-mentem/>. Acesso em: jul. 2020.

MOIRAND, Sophie. **A contribuição dos pequenos corpora para a compreensão dos eventos atuais**. 2018. Disponível em: <http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/826018>. Acesso em 05/2021.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**, Vol. II, 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003. Cap. 1, p. 13-52.

ORLANDI, Eni. "Análise do discurso". In: ORLANDI, E.; LAGAZZI, S. **Discurso e Textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

ORMOND, José Geraldo Pacheco. **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais**. José Geraldo Pacheco Ormond. – Rio de Janeiro : BNDES, 2006. 316 p. ; 23 cm.

PAVEAU, Marie-Anne. **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**. Trad. Ivone Benedetti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **O papel da memória**. In: ACHARD, P. et al. O papel da memória. Tradução de José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010.

POSSENTI, Sírio. MUSSALIN, Fernanda. **Contribuições de Dominique Maingueneau à AD**. In. Paula, L. STAFUZIN, G. Da análise do discurso no Brasil à AD do Brasil: três épocas históricas analíticas. Uberlândia, M. G, EDUFU, 2010.

REUTERS. **Ministério da Agricultura aprova registro de mais 42 agrotóxicos, totalizando 211 no ano.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/06/24/ministerio-da-agricultura-aprova-registro-de-mais-42-agrotoxicos-totalizando-211-no-ano.ghtml>. Acesso em: jul. 2020.

ROSA, João. **Aumentar a produção de alimentos: uma tarefa divina?** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/artigos/aumentar-a-producao-de-alimentos-uma-tarefa-divina>. Acesso em: jul. 2020.

ROSSI, Marina. **O “alarmante” uso de agrotóxicos no Brasil atinge 70% dos alimentos.** Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430321822_851653.html. Acesso em: jul. 2020.

SULENG, Kristin. **Deixe de comprar comida orgânica se quiser salvar o planeta.** Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/15/ciencia/1481801597_706486.html. Acesso em: jul. 2020.

VASCONCELOS, Yuri. **Agrotóxicos na berlinda.** Revista PESQUISA FAPESP, ano 19, n. 271. São Paulo, setembro de 2018.

VASCONCELOS, Nelson. **Livro Lançado: “Agradeça aos Agrotóxicos por Estar Vivo”.** Disponível em: <https://www.comprerural.com/agradeca-aos-agrotoxicos-por-estar-vivo/>. Acesso em: jul. 2020.

VENÂNCIO, Joaquim. **Impacto dos Agrotóxicos na alimentação, saúde e meio ambiente.** 2016. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Cartilha-Agrotoxicos-final.pdf>. Acesso em: maio 2021.

VITAL, Nicholas. **Agrotóxicos: um problema de percepção do risco.** Disponível em: <https://www.brasilagro.com.br/conteudo/agrotoxicos-um-problema-de-percepcao-do-risco-por-nicholas-vital-.html>. Acesso em: jul. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A: CORPORA (RESULTADO ANTCONC)

- 1 Lei dos Agrotóxicos - entenda a polêmica da "PL do Veneno". Julho 018.txt
- 2 Agrotóxico faz mal? É possível não usá-lo? Veja o que é verdade e mentira no debate. Julho 018.txt
- 3 Agrotóxicos: argumentos prós e contras para citar na redação do Enem. Agosto 019.txt
- 4 Aparência x Essência: agrotóxicos necessários ou não? Outubro 016.txt
- 5 Brasil usa 500 mil toneladas de agrotóxicos por ano, mas quantidade pode ser reduzida, dizem especialistas. Maio 019.txt
- 6 Como os agrotóxicos impactam os principais produtos na mesa dos brasileiros. Maio 019.txt
- 7 Nova pesquisa acirra polêmica sobre uso de agrotóxicos. Setembro 019.txt
- 8 Pesticidas, Herbicidas e Agrotóxicos no contexto da agricultura. Julho 014.txt
- 9 O plantio de Orgânicos e Convencionais. Maio 019.txt
- 10 Quem criou o termo 'agrotóxico' e por que não 'pesticida' ou 'defensivo agrícola'. Outubro 019.txt
- 11 Uso de agrotóxicos, benefícios, riscos e cuidados. Março 016.txt
- 12 Agricultura libera o registro de mais 36 agrotóxicos genéricos. Dezembro 019.txt
- 13 Agrotóxicos podem ser a causa de casos de câncer e malformação? Maio 019.txt
- 14 Agrotóxicos, os vilões da saúde. Janeiro 019.txt
- 15 Apicultores brasileiros encontram meio bilhão de abelhas mortas em três meses. Maio 019.txt
- 16 O “alarmante” uso de agrotóxicos no Brasil atinge 70% dos alimentos. Maio 015.txt
- 17 O Brasil consome 7,5 kg de agrotóxicos por habitante. Julho 018.txt
- 18 Maior consumidor de agrotóxicos no país, SP possui apenas 80 scais em todo o estado. Abril 019.txt
- 19 Agrotóxicos: 44% dos princípios ativos liberados no Brasil são proibidos na Europa. Agosto 019.txt
- 20 Lançado na Europa mapa do envenenamento de alimentos no Brasil. Julho 019.txt
- 21 Líder mundial, Brasil pode ganhar mais agrotóxicos na comida. Maio 018.txt
- 22 Ministério da Agricultura aprova registro de mais 42 agrotóxicos, totalizando 211 no ano. Maio 018.txt
- 23 Ritmo de liberação de agrotóxicos em 2019 é o maior já registrado. Maio 019.txt
- 24 A lei dos agrotóxicos precisa ser revista. Maio 019.txt

- 25 “A pior praga é a desinformação”, diz ministra da Agricultura em audiência disputada na Câmara. Abril 019.txt
- 26 Livro lançado “Agradeça aos agrotóxicos por estar vivo”. Outubro 017.txt
- 27 Agrotóxico não existe, afirma o engenheiro agrônomo Ciro Siqueira. Dezembro 019.txt
- 28 Agrotóxicos registrados têm pouca inovação. Setembro 019.txt
- 29 Agrotóxicos: um problema de percepção do risco. Novembro 017.txt
- 30 Alimentos orgânicos não são mais saudáveis, diz estudo. Abril 019.txt
- 31 Conheça argumentos de quem defende agrotóxicos e execra alimentos orgânicos. Fevereiro 018.txt
- 32 Aumentar a produção de alimentos. Uma tarefa divina? Março 018.txt
- 33 Consumo de produtos fitossanitários no Brasil. Dezembro 016.txt
- 34 Defensivos Agrícolas: Visão Agrônoma – Porque o brasileiro acha inseguro consumir alimentos com agrotóxicos? Julho 019.txt
- 35 Consumir 'orgânico' não faz de você amigo do meio ambiente: é uma ameaça para as florestas tropicais. Dezembro 016.txt
- 36 Dizer que Brasil usa defensivos banidos é "leviano". Julho 019.txt
- 37 Informações sobre pesticidas na água são manipuladas. Abril 019.txt
- 38 Campeão em longevidade, Japão usa oito vezes mais agroquímicos do que o Brasil. Dezembro 017
- 39 Mitos e verdades sobre os agrotóxicos. Outubro 018.txt
- 40 Projeto de Lei PL 6299/02: Saiba mitos e verdades sobre os pesticidas. Março 019.txt
- 41 O que mata é a ignorância e o que envenena é a mentira. Junho 018.txt
- 42 Orgânicos não são nem mais seguros, nem mais saudáveis. Novembro 018.txt
- 43 Ranking aponta que Brasil usa menos agrotóxico que a Europa. Junho 019.txt
- 44 O termo agrotóxico existe só no Brasil, diz professor da Esalq. Novembro 018.txt
- 45 Sustentabilidade foi tema do primeiro dia de One Agro, promovido pela Syngenta. Junho 019.txt
- 46 USP imputa aos agrotóxicos a encarnação do mal sobre a Terra. Julho 019.txt

APENDICE B: LINKS

1. Disponível em < https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/lei-dos-agrotoxicos-entenda-a-polemica-da-pl-do-veneno.htm?fbclid=IwAR2hKBrLzpGmSCJyThhXfkrfCdrNoFthT9C0bvc-KJMPMoLt72Hr71_0hW8> Acesso em 07/2020.
2. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2018/07/agrotoxico-faz-mal-e-possivel-nao-usa-lo-veja-o-que-e-verdade-e-mentira-no-debate.shtml>> Acesso em 07/2020.
3. Disponível em < <https://querobolsa.com.br/revista/agrotoxicos-argumentos-pros-e-contras-para-citar-na-redacao-do-enem?fbclid=IwAR28fCaD0ihaTSXUOFbr-9IEIeiBrZn5ECBxzs5K08-rSLsG9mye2tXMIX0>> Acesso em 07/2020.
4. Disponível em < <http://agriculturasustentavel.org.br/artigo/aparencia-x-essencia-agrotoxicos-necessarios-ou-nao> Acesso em 07/2020.
5. Disponível em < <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/05/27/brasil-usa-500-mil-toneladas-de-agrotoxicos-por-ano-mas-quantidade-pode-ser-reduzida-dizem-especialistas.ghtml> > Acesso em 07/2020.
6. Disponível em < <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/05/26/como-os-agrotoxicos-impactam-os-principais-produtos-na-mesa-dos-brasileiros.ghtml> > Acesso em 07/2020.
7. Disponível em < <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/nova-pesquisa-acirra-polemica-sobre-uso-de-agrotoxicos/>> Acesso em 07/2020.
8. Disponível em < <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/pesticidas-herbicidas-e-agrotoxicos-no-contexto-da-agricultura/57630> > Acesso em 07/2020.
9. Disponível em < https://blogsngenta.com.br/organicos-e-convencionais/?utm_source=Facebook_Organico_Convencional&utm_medium=Post%20FB&fbclid=IwAR01nhun0LsmBLYTVPoR5TehNJ6y1f-S9hZWYk23fN_Rs0rtExIXLRtAWCU > Acesso em 07/2020.
10. Disponível em < <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/10/07/quem-criou-o-termo-agrotoxico-e-por-que-nao-pesticida-ou-defensivo-agricola.ghtml>> Acesso em 07/2020.
11. Disponível em < <https://agronomos.ning.com/profiles/blogs/uso-de-agrot-xicos-benef-cios-riscos-e-cuidados> > Acesso em 07/2020.
12. Disponível em <[Agricultura libera o registro de mais 36 agrotóxicos genéricos - 27/12/2019 - UOL Notícias](#)> Acesso em 07/2020.
13. Disponível em <[Agrotóxicos podem ser a causa de casos de câncer e malformação? -](#)

[02/05/2019 - UOL Notícias](#)> Acesso em 07/2020.

14. Disponível em < [Os agrotóxicos causam câncer? - Revista Online ABRALÉ](#)> Acesso em 07/2020.
15. Disponível em < https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2019/05/apicultores-brasileiros-encontram-meio-bilhao-de-abelhas-mortas-em-tres-meses.html?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=post&fbclid=IwAR2Wsod4sAyuqILVbK9V75sbl5rsRFaP9vhjMTQNNUHEBShKnuiGJdpqNLE > Acesso em 07/2020.
16. Disponível em < [O “alarmante” uso de agrotóxicos no Brasil atinge 70% dos alimentos | Brasil | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](#) > Acesso em 07/2020.
17. Disponível em < [Brasil consome 7,5 kg de agrotóxicos por habitante - Notícias - R7 Saúde](#) > Acesso em 07/2020.
18. Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/27/maior-consumidor-de-agrotoxicos-no-pais-sp-possui-apenas-80-fiscais-em-todo-o-estado#:~:text=Apesar%20da%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20intensa%20de,e%20Abastecimento%20de%20S%C3%A3o%20Paulo.> > Acesso em 07/2020.
19. Disponível em < [Agrotóxicos: 44% dos princípios ativos liberados no Brasil | Política \(brasildefato.com.br\)](#) > Acesso em 07/2020.
20. Disponível em < [Lançado na Europa mapa do envenenamento de alimentos no Brasil – Jornal da USP](#) > Acesso em 07/2020.
21. Disponível em < [Líder mundial, Brasil pode ganhar mais agrotóxicos na comida - Notícias - R7 Saúde](#) > Acesso em 07/2020.
22. Disponível em < [Ministério da Agricultura aprova registro de mais 42 agrotóxicos, totalizando 211 no ano | Agronegócios | G1 \(globo.com\)](#) > Acesso em 07/2020.
23. Disponível em < [Ritmo de liberação de agrotóxicos em 2019 é o maior já registrado | Agronegócios | G1 \(globo.com\)](#) > Acesso em 07/2020.
24. Disponível em < [A lei dos agrotóxicos precisa ser revista - Canal Agro Estadão \(estadao.com.br\)](#) > Acesso em 07/2020.
25. Disponível em < [“A pior praga é a desinformação”, diz ministra da Agricultura em audiência disputada na Câmara – Agência FPA \(fpagropecuaria.org.br\)](#) > Acesso em 07/2020.
26. Disponível em < [Livro lançado: “Agradeça aos agrotóxicos por estar vivo” \(comprerural.com\)](#) > Acesso em 07/2020.
27. Disponível em < [Agrotóxico não existe, afirma o engenheiro agrônomo Ciro Siqueira -](#)

[Aenda](#) > Acesso em 07/2020.

28. Disponível em < [Agrotóxicos registrados têm pouca inovação \(beefpoint.com.br\)](#) > Acesso em 07/2020.
29. Disponível em < <https://www.brasilagro.com.br/conteudo/agrotoxicos-um-problema-de-percepcao-do-risco-por-nicholas-vital-.html> > Acesso em 07/2020.
30. Disponível em < [Alimentos orgânicos não são mais saudáveis, diz estudo \(agrolink.com.br\)](#) > Acesso em 07/2020.
31. Disponível em < <https://envolverde.com.br/conheca-argumentos-de-quem-defende-agrotoxicos-e-execra-alimentos-organicos/> > Acesso em 07/2020.
32. Disponível em < <https://www.campograndenews.com.br/artigos/aumentar-a-producao-de-alimentos-uma-tarefa-divina#:~:text=Restringindo%20a%20quest%C3%A3o%20apenas%20para,produzir%20mais%20na%20mesma%20%C3%A1rea.> > Acesso em 07/2020.
33. Disponível em < [Consumo de produtos fitossanitários no Brasil - Por José Otávio Menten \(beefpoint.com.br\)](#) > Acesso em 07/2020.
34. Disponível em < [AF News - Notícias Agrícolas](#) > Acesso em 07/2020.
35. Disponível em < [Deixe de comprar comida orgânica se quiser salvar o planeta | Ciência | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](#) > Acesso em 07/2020.
36. Disponível em < [Dizer que Brasil usa defensivos banidos é "leviano" \(agrolink.com.br\)](#) > Acesso em 07/2020.
37. Disponível em < [Informações sobre pesticidas na água são manipuladas \(agrolink.com.br\)](#) > Acesso em 07/2020.
38. Disponível em < [Campeão em longevidade, Japão usa 8 vezes mais agrotóxicos do que o Brasil \(gazetadopovo.com.br\)](#) > Acesso em 07/2020.
39. Disponível em < [Mitos e verdades sobre os agrotóxicos - Blog Next \(pecege.com\)](#) > Acesso em 07/2020.
40. Disponível em < [Projeto de Lei PL 6299/02: Saiba mitos e verdades sobre os pesticidas - 08/03/2019 - UOL conteúdo publicitario \(www.uol\)](#) > Acesso em 07/2020.
41. Disponível em < <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2020/08/17/opiniao-o-que-mata-e-a-ignorancia-e-o-que-envenena-e-a-mentira/#:~:text=Percebi%20nas%20conversas%20com%20pessoas,mensagem%2C%20ainda%20que%20seja%20falsa.> > Acesso em 07/2020.
42. Disponível em < [Bernhard Url: “Os orgânicos não são nem mais seguros nem mais nutritivos” | Ciência | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](#) > Acesso em 07/2020.

43. Disponível em < [Ranking aponta que Brasil usa menos agrotóxico que a Europa - Revista Globo Rural | Agricultura](#) > Acesso em 07/2020.
44. Disponível em < [O termo agrotóxico existe só no Brasil, diz professor da Esalq - Revista Globo Rural | Agricultura](#) > Acesso em 07/2020.
45. Disponível em < [Sustentabilidade foi tema do primeiro dia de One Agro, promovido pela Syngenta | Grupo Cultivar](#)> Acesso em 07/2020.
46. Disponível em < <https://www.poder360.com.br/opinia0/economia/usp-imputa-aos-agrotoxicos-a-encarnacao-do-mal-sobre-a-terra-analisa-xico-graziano/#:~:text=Compartilhe- USP%20imputa%20aos%20agrot%C3%B3xicos%20a%20encarna%C3%A7%C3%A3o%20do,a%20Terra%2C%20analisa%20Xico%20Graziano&text=A%20geografia%20agr%C3%A1ria%20da%20USP%20tenta%20assassinar%20a%20moderna%20agronomia%20no%20Brasil.&text=Intitulado%20Geografia%20do%20Uso%20de,engenheiros%20agr%C3%B4nomos%20contra%20o%20povo.> > Acesso em 07/2020.